



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Tiago Alexandre Fialho Troeira

UMA VIAGEM PELA UNIÃO EUROPEIA:

O JOGO COMO ESTRATÉGIA DIDÁTICA

Relatório de Estágio do Mestrado em Ensino de Geografia, orientado pelo/a Professor Doutor Paulo Nuno Maia de Sousa Nossa, apresentado ao Conselho de Formação de Professores da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Julho de 2021

FACULDADE DE LETRAS

UMA VIAGEM PELA UNIÃO EUROPEIA: O JOGO COMO ESTRATÉGIA DIDÁTICA

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Relatório de Estágio
Título	Uma viagem pela União Europeia
Subtítulo	O jogo como estratégia didática
Autor/a	Tiago Alexandre Fialho Troeira
Orientador/a(s)	Doutor Paulo Nuno Maia de Sousa Nossa
Júri	Presidente: Doutora Maria de Fátima Grilo Velez de Castro
	Vogais:
	1. Doutor João Luís Jesus Fernandes
	2. Doutor Paulo Nuno Maia de Sousa Nossa
Identificação do Curso	2º Ciclo em Ensino de Geografia
Área científica	Geografia
Especialidade/Ramo	Formação de professores
Data da defesa	10-09-2021
Classificação do Relatório	16 valores
Classificação do Estágio e Relatório	16 valores



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Agradecimentos

Deixo aqui os meus agradecimentos a todos aqueles que me apoiaram e deram força para alcançar esta etapa tão importante na minha vida.

À minha família, pois sem eles esta etapa não seria possível. O que hoje sou é graças a eles e o meu sincero obrigado por me ajudarem nesta caminhada, o vosso apoio foi fundamental.

A minha orientadora de estágio, a Professora Margarida Oliveira que tanto me ensinou e auxiliou nos momentos mais difíceis, que contribuiu desde sempre para conseguir alcançar o meu sucesso, realçando também a sua amizade, orientação, auxílio, cuidado e disponibilidade total. Agradeço-lhe também e a sua família, por me acolherem em sua casa, e por todo o apoio, amizade e carinho. O meu eterno e genuíno obrigado. Eternamente grato por tudo, estão no meu coração para sempre.

Ao meu orientador de relatório de estágio, Professor Doutor Paulo Nossa, pela sua disponibilidade e dedicação ao longo de todas as etapas da elaboração do relatório de estágio, pelo que desde já quero agradecer todo o seu profissionalismo, prontidão e os seus conhecimentos que foram fundamentais para a concretização deste relatório.

Quero agradecer também à Marta Cunha pelo apoio e motivação ao longo desta etapa.

A Coordenadora do mestrado Doutora Fátima Velez, por toda a paciência, aconselhamento e disponibilidade ao longo deste percurso.

Às minhas colegas de estágio que contribuíram para o meu sucesso nesta fase tão importante. A todo corpo docente e não docente da Escola Secundária Dr^a Maria Cândida de Mira, obrigado pela forma como me acolheram e trataram. O meu sincero obrigado.

Aos meus alunos, que jamais vou esquecer. Obrigado pela forma como me trataram, fizeram-me sentir que estava apto para ser um bom professor.

Aos meus amigos e colegas de curso por toda a amizade e apoio que me deram, sobretudo nos momentos mais difíceis.

Resumo

Este relatório de estágio tem como objetivo fazer uma descrição, análise e reflexão das atividades desenvolvidas ao longo do estágio pedagógico em geografia (2020/21). Além disso, pretende efetuar uma reflexão da aplicação da estratégia didático-pedagógica que, no meu caso, é o jogo como estratégia didática, aplicado ao tema a União Europeia.

O corpo deste relatório de estágio está estruturado em três partes fundamentais. Uma primeira, onde é feito um enquadramento geral da escola, do núcleo de estágio, da turma e das atividades desenvolvidas ao longo do ano. Na segunda parte é realizada uma reflexão teórica e científica sobre a formação, os alargamentos e os tratados que construíram a União Europeia até aos dias de hoje, sempre com o suporte científico sólido e rigoroso que é exigido neste relatório. E, por fim, na terceira parte são analisados os resultados de um inquérito realizado aos professores da escola sobre o jogo como estratégia didático-pedagógica e a análise da estratégia utilizada, que foi o jogo “Liga da Europa”, realizado na plataforma *kahoot*.

Após a análise dos elementos didáticos, como o inquérito feito aos professores da escola e os resultados obtidos pelos alunos no kahoot feito à turma em questão, elaborou-se um subcapítulo dedicado à reflexão destes resultados com o intuito de perceber se o jogo é, de facto, uma boa estratégia didática a implementar no contexto de sala de aula.

Esta reflexão estende-se a mais um subcapítulo no qual são expostas as vantagens e as desvantagens desta estratégia didática, de modo a analisar todos os aspetos que obtiveram resultados positivos e os aspetos que podem ser melhorados.

Após a aplicação da estratégia didático-pedagógica foi possível verificar que os resultados da sua aplicação foram positivos. No entanto, relativamente à utilização do jogo no meio docente, é possível concluir que há alguns aspetos que precisam de ser melhorados de forma que esta estratégia possa complementar e enriquecer o processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: União Europeia, Jogo didático, Estratégia didática, Processo ensino-aprendizagem

Abstract

This internship report aims to make a description, analysis and reflection of the activities developed during the pedagogical internship. It also has the objective of reflecting on the application of the didactic-pedagogical strategy which, in my case, is the game as a didactic strategy, applied to the theme, The European Union.

The body of this internship report is structured in three fundamental parts. The first one portrays a general framework of the school, the internship nucleus, the class, and the activities developed throughout the year. The second part contains a theoretical and scientific reflection on the formation, enlargements and treaties that helped to build the European Union to this day, always with the solid and rigorous scientific support that is required in this report. And, finally, the third part analyzes the results of a survey made to the school teachers about the game as a didactic and pedagogical strategy and the analysis of the strategy used, which was the game “Liga da Europa”, carried out on the kahoot platform.

After analyzing the didactic elements, such as the survey made to the school teachers and the score obtained by the students in the kahoot game made to the class in question, a subchapter was elaborated dedicated to the reflection of these results in order to understand if the game is, in fact, a good didactic strategy to be implemented in the classroom context.

This reflection extends to another subchapter in which the advantages and disadvantages of this didactic strategy are exposed, in order to analyze all the positive aspects and those that could be improved.

After the application of this didactic and pedagogical strategy, it was possible to verify that the results of the application of the strategy were positive. However, one can conclude that the use of the game in the teaching environment has some aspects which need to be improved so that this didactic strategy can complement and enrich the teaching-learning process.

Key words: European Union, Educational game, Didactic strategy, Teaching-learning process

Índice de Conteúdos

Índice de figuras	7
Índice de gráficos e tabelas	8
Índice de Anexos.....	11
Introdução.....	12
Capítulo 1: Caracterização do estágio pedagógico.....	13
1.1) A Escola	13
1.2) Núcleo de estágio	14
1.3) Turma de formação	14
1.4) Atividades realizadas durante o estágio.....	19
1.4.1) Atividades letivas.....	19
1.4.2) Atividades não letivas	20
1.5) Reflexão sobre o Estágio Pedagógico.....	21
Capítulo 2: Caracterização da União Europeia	21
2.1) Contexto histórico e político da fundação e construção da União Europeia	21
2.2) Objetivos dos países fundadores.....	28
2.3) Processos de alargamentos da União Europeia	31
Capítulo 3: Adesão de Portugal à União Europeia	37
3.1) Aspetos práticos da adesão à União Europeia.....	37
3.2) O desenvolvimento socioeconómico de Portugal com a integração na CEE.....	39
3.2.1 Indicadores económicos	40
3.2.2 Desenvolvimento das infraestruturas	42
3.2.3 Indicadores sociodemográficos.....	45
3.3) As fragilidades de Portugal no contexto da União Europeia	51
Capítulo 4: Fronteiras Externas comuns na União Europeia	54
Capítulo 5: Estratégia Pedagógico-didática.....	61
5.1) O Jogo didático como estratégia de ensino: Enquadramento teórico	61
5.2) Caracterização e procedimentos da estratégia didático-pedagógica	65

5.3) Resultados da aplicação da estratégia didático-pedagógica na ótica da comunidade escolar	68
.....	
5.3.1) Resultados do inquérito realizado à comunidade docente escolar alusivo à utilização do jogo como estratégia didático-pedagógica.....	68
5.3.2) Resultados da aplicação da estratégia didático-pedagógica em contexto de sala de aula.....	73
Capítulo 6: Vantagens e desvantagens da aplicação do jogo didático com estratégia pedagógica	75
.....	
6.1) Vantagens da aplicação do jogo didático com estratégia pedagógica.....	75
6.2) Desvantagens da aplicação do jogo didático com estratégia pedagógica	75
Conclusão	77
Referências bibliográficas.....	79
ANEXOS	83

Índice de figuras

Fig. 1: Enquadramento Geográfico do Concelho de Mira.....	13
Fig. 2: Mapa geopolítico dos países europeus em 1923 (após a 1ª Guerra Mundial).....	22
Fig. 3: Mapa político da Europa (antes da II Guerra Mundial).....	22
Fig. 4: Mapa geopolítico das zonas de influência (bloco ocidental e bloco soviético) após a 2ª Guerra Mundial.....	23
Fig. 5: Divisão geopolítica da Alemanha após a 2ª Guerra Mundial.....	24
Fig. 6: Mapa dos países europeus que foram financiados pelo <i>Plano Marshall</i>	25
Fig. 7: Mapa dos países que constituíam a <i>Comunidade Europeia do Carvão e do Aço</i> (CECA), em 1951.....	27
Fig. 8: Mapa dos países que constituíam a <i>Comunidade Económica Europeia</i> (CEE), em 1973.....	31
Fig. 9: Mapa dos países que constituíam a <i>Comunidade Económica Europeia</i> (CEE), em 1981.....	32
Fig. 10: Mapa dos países que constituíam a <i>Comunidade Económica Europeia</i> (CEE), em 1986.....	32
Fig. 11: Mapa dos países que constituíam a <i>União Europeia</i> , em 1995.....	34
Fig. 12: Mapa dos países que constituíam a <i>União Europeia</i> , em 2004.....	35
Fig. 13: Mapa dos países que constituíam a <i>União Europeia</i> , em 2013.....	36
Fig. 14: Mapa dos países que constituíam a <i>União Europeia</i> , em 2020.....	37
Fig. 15: Rede ferroviárias e de Autoestradas (1973-2011)	42
Fig. 16: Isócronas às cidades de Lisboa e Porto (1985-2000)	45
Fig. 17: Mapa do Espaço Schengen.....	55
Fig. 18: Disposição inicial do jogo didático “Liga da Europa”	66

Fig. 19: Percentagem de acerto na realização do kahoot “Liga da Europa”74

Fig. 20: Percentagem de acerto por cada questão do kahoot “Liga da Europa”74

Índice de gráficos e tabelas

Gráfico 1: Género dos alunos da turma do 7º X.....	14
Gráfico 2: Nacionalidade dos alunos da turma do 7º X.....	15
Gráfico 3: Nacionalidade dos alunos da turma do 7º X.....	15
Gráfico 4: Modo de deslocação casa-escola por parte dos alunos da turma do 7º X.....	16
Gráfico 5 : Tempo de deslocação casa-escola por parte dos alunos da turma do 7º X.....	16
Gráfico 6: Dificuldades dos alunos da turma do 7º X durante o ensino à distância.....	17
Gráfico 7: Realizações futuras após a escolaridade obrigatória, por parte dos alunos do 7ºX..	17
Gráfico 8: Classificação média da turma à disciplina de Geografia.....	18
Gráfico 9: Disciplinas com os melhores resultados na turma.....	18
Gráfico 10: Taxa de crescimento real do PIB.....	40
Gráfico 11: PIB <i>per capita</i> (riqueza produzida, em média, por pessoa).....	41
Gráfico 12: Rendimento médio disponível por agregado familiar.....	41
Gráfico 13: Extensão da rede de autoestradas em Portugal Continental.....	44
Gráfico 14: Despesas do Estado português na Educação, em % do PIB.....	46
Gráfico 15: Número de estabelecimentos de educação pré-escolar, privados e públicos.....	47
Gráfico 16: Taxa de pré-escolarização (%), por idade, em Portugal.....	47
Gráfico 17: Taxa de escolarização (%), nos Ensinos Básico e Secundário (1970/71 a 2007/08)	48
Gráfico 18: Número de alunos inscritos em cursos profissionais de nível 3.....	49
Gráfico 19: Diplomados no Ensino Superior por mil habitantes.....	50
Gráfico 20: Indivíduos com 16 e mais anos que utilizam computador e Internet em % do total de indivíduos e total de níveis de escolaridade.....	51

Gráfico 21: Transferências Financeiras entre Portugal e a EU (1986-2010).....	52
Gráfico 22: Requerentes de asilo, por principais países da União Europeia, em 2017.....	58
Gráfico 23: Pedidos de proteção internacional em Portugal, entre 2007 e 2017.....	59
Gráfico 24: Concessão do estatuto de refugiado e de autorizações de residência por razões humanitárias ou proteção subsidiária em Portugal, entre 2007 e 2017.....	60
Gráfico 25: Caracterização dos docentes do Agrupamento de Escolas de Mira, por sexo.....	68
Gráfico 26: Caracterização dos docentes do Agrupamento de Escolas de Mira, por grupo disciplinar.....	69
Gráfico 27: Caracterização dos docentes do Agrupamento de Escolas de Mira, por anos de serviço.....	69
Gráfico 28: Frequência de utilização do jogo como estratégia didática.....	70
Gráfico 29: Motivos para pouca (nunca ou raramente) utilização do jogo como estratégia didática.....	70
Gráfico 30: Em que ano de escolaridade há a utilização do jogo como estratégia didática.....	71
Gráfico 31: Tipologia de jogos didáticos que os docentes mais utilizam.....	71
Gráfico 32: Aplicações digitais de jogos didáticos que os docentes mais utilizam.....	71
Gráfico 33: Vantagens (apontadas pelos docentes) do jogo como estratégia didática.....	72
Gráfico 34: Desvantagens (apontadas pelos docentes) do jogo como estratégia didática.....	72
Gráfico 35: Frequência com que os docentes já realizaram formação em jogos didáticos.....	73

Tabela 1: Total de recursos destinados aos países auxiliados pelo Plano Marshall, em milhões de dólares.....	26
Tabela 2: Investimentos por fundos comunitários em Acessibilidades e Transportes 1989-1993.....	44
Tabela 3: Capturas Totais por Estado-Membro, 2013.....	53
Tabela 4: Sequência dos momentos da aula.....	65
Tabela 5: Etapas de execução do jogo como estratégia didático-pedagógica.....	67

Índice de Anexos

Anexo 1: Planificação de longo prazo.....	84
Anexo 2: Planificação de curto prazo e respetiva aula (1ª).....	86
Anexo 3: Planificação de curto prazo e respetiva aula (2ª).....	97
Anexo 4: Fichas de avaliação.....	103
Anexo 5: Inquérito realizado à comunidade docente escolar alusivo à utilização do jogo como estratégia didático-pedagógica.....	116
Anexo 6: Distribuição de presentes de Natal, oferecidos pela Câmara Municipal de Mira (18 de dezembro 2020).....	121
Anexo 7: Dia de Aulas ao Ar Livre (25 de maio 2021).....	122
Anexo 8: Campanha de apoio aos animais “Abrigo de Carinho - Associação Amigos dos Animais” – esta atividade consistiu na recolha de alimentos e outros bens (7 de junho 2021).....	123
Anexo 9: <i>Surf no Crowd</i> (12 junho 2021).....	124

Introdução

O mundo está repleto de mudanças, que ocorrem tão depressa e de forma tão impactante que acabam por ditar o ritmo do dia-a-dia. A entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, mudou significativamente a realidade socioeconómica do país, nomeadamente a nossa capacidade produtiva, o acesso à educação bem como os nossos costumes com influências de um mundo ocidental cada vez mais multicultural.

A União Europeia (UE), como instituição, surgiu após uma “desunião” entre países europeus, materializada de forma violenta na II Guerra Mundial, facto que mudou e reconfigurou a sociedade e a economia europeia. Deste modo, uma série de países juntaram-se para formar os primeiros pilares da UE. Desde os seus primórdios com o Tratado de Paris (1951) e a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), a União Europeia, entre outras coisas, nasceu com o firme propósito de assegurar um futuro de paz e prosperidade a um conjunto de países europeus envolvidos no conflito, autorizando, posteriormente, sucessivos alargamentos a mais Estados-membros, desafiando cada vez mais a vontade intergovernamental e económica de uma Europa unida e próspera.

Estes conceitos e estas temáticas são abordadas no 7º ano do Ensino Básico, na disciplina de Geografia. Muitas são as estratégias que podem ser utilizadas pelos docentes para lecionar este tema da União Europeia, no qual a cartografia das fronteiras e dos alargamentos é fundamental para desenvolver a memória geográfica nos alunos.

Contudo, é necessário garantir e estimular a atenção, participação e empenho por parte dos alunos no processo ensino-aprendizagem. Os jovens, nos dias de hoje estão muito ligados à globalização, e dominam relativamente bem as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC). Por este motivo, o docente deve procurar estratégias que estimulem os alunos nos parâmetros da atenção, participação e empenho.

Desta forma, o jogo didático pode ser utilizado como estratégia a incorporar dentro da sala de aula, mas sempre com regras e orientações pré-estabelecidas de forma que os alunos não encarem o jogo como um mero momento de entretenimento, mas sim como uma ferramenta para adquirir e colocar em prática os conhecimentos adquiridos. Assim, o jogo foi a estratégia didática utilizada para abordar a componente letiva relacionada com a União Europeia.

Capítulo 1: Caracterização do estágio pedagógico

O estágio pedagógico realizou-se no âmbito do Mestrado em Ensino de Geografia do 3º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra no ano letivo 2020/21. O estágio tem como principal objetivo colocar em prática os conhecimentos adquiridos durante a licenciatura e o mestrado, o que constitui uma excelente forma de iniciar o contacto com os alunos, a sala de aula, a escola, o agrupamento e também a comunidade escolar, permitindo dar os primeiros passos na vida de docente.

O meu percurso como estagiário, foi bastante exigente e trabalhoso, mas ao mesmo tempo bastante enriquecedor, aprendi muito com a minha orientadora de estágio, com os demais docentes, comunidade escolar e com os alunos. Desta forma, sinto que vou bastante preparado para o futuro enquanto profissional de ensino.

1.1) A Escola

O Agrupamento de Escolas de Mira fica localizado no distrito de Coimbra, mais propriamente no concelho de Mira, que administrativamente, pertence a Região Centro (NUT II) (figura 1). A escola Secundária Dr.^a Maria Cândida, estabelecimento de ensino onde decorreu o estágio, leciona os níveis básico e secundário. Foi a escola onde lecionei durante o ano letivo de 2020/2021.

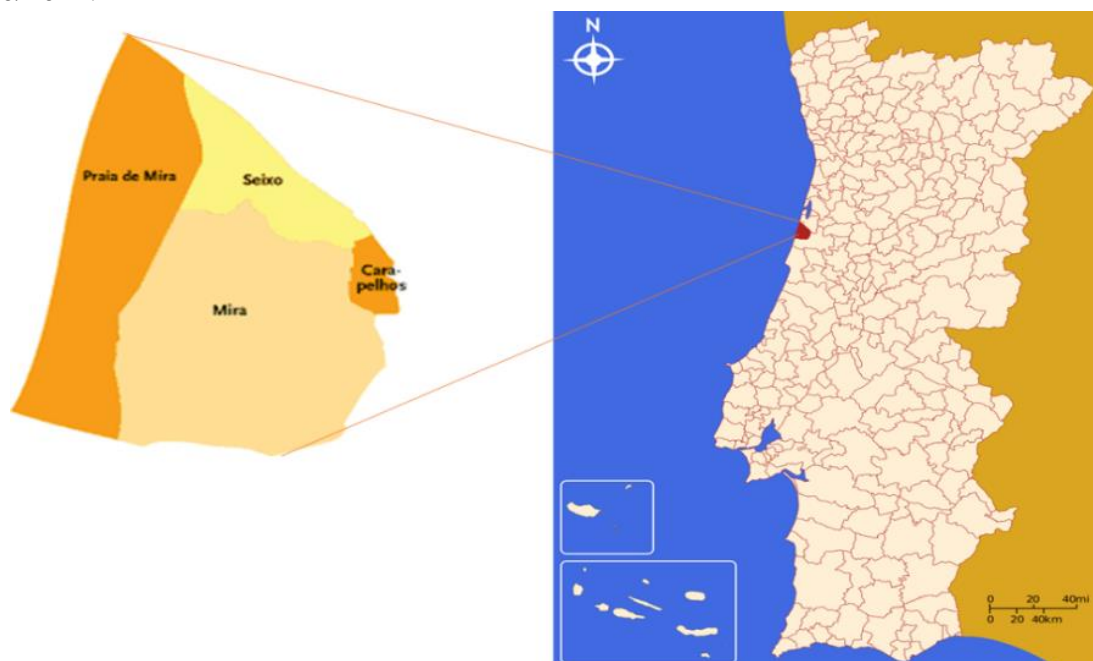


Fig. 1: Enquadramento Geográfico do Concelho de Mira. Fonte: <https://abrir.link/ZNmrl>. Acesso a 19 de julho de 2021

A escola Secundária Dr.^a Maria Cândida tem um total de 524 alunos e cerca de 128 professores.

Da escola Secundária Dr.^a Maria Cândida fazem parte vários blocos, onde estão distribuídos os vários serviços e equipamentos que servem de apoio, como a biblioteca, salas de informática, salas de aula equipadas com computadores e projetores e acesso à internet, sala de professores, gabinetes de estudo, gabinetes de trabalho (nomeadamente de geografia), pavilhão gimnodesportivo e piscina municipal.

1.2) Núcleo de estágio

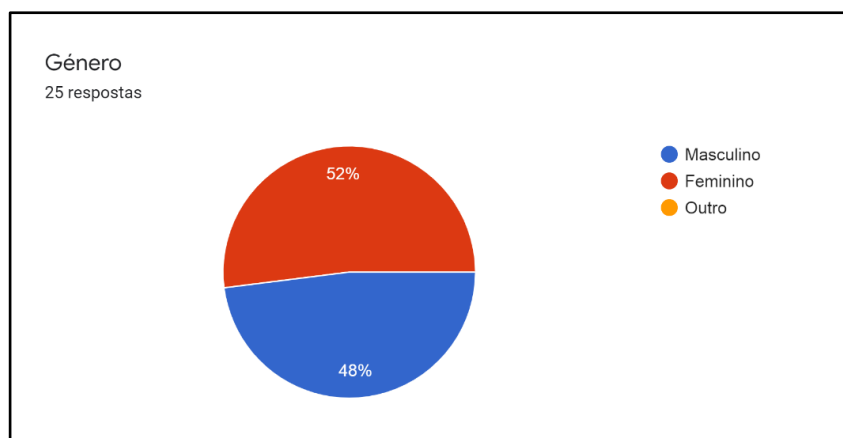
O núcleo de estágio de Geografia no Agrupamento de escolas de Mira, no ano letivo 2020/2021 é composto por 3 elementos: Tiago Troeira, Gabriela Gonçalves e Beatriz Dias. A orientação do estágio pedagógico ficou a cargo da professora Margarida Oliveira, e a orientação académica ficou a cargo do professor Doutor Paulo Nossa.

1.3) Turma de formação

A turma que me foi atribuída para formação inicial de professor, por acordo entre os vários membros do núcleo de estágio, foi o 7º X, turma composta por 25 alunos, 12 do género masculino e 13 do género feminino (gráfico 1). As idades dos alunos estão compreendidas entre os 12 e 15 anos de idade.

Gráfico 1: Género dos alunos da turma do 7º X

Fonte: Agrupamento Escolas de Mira

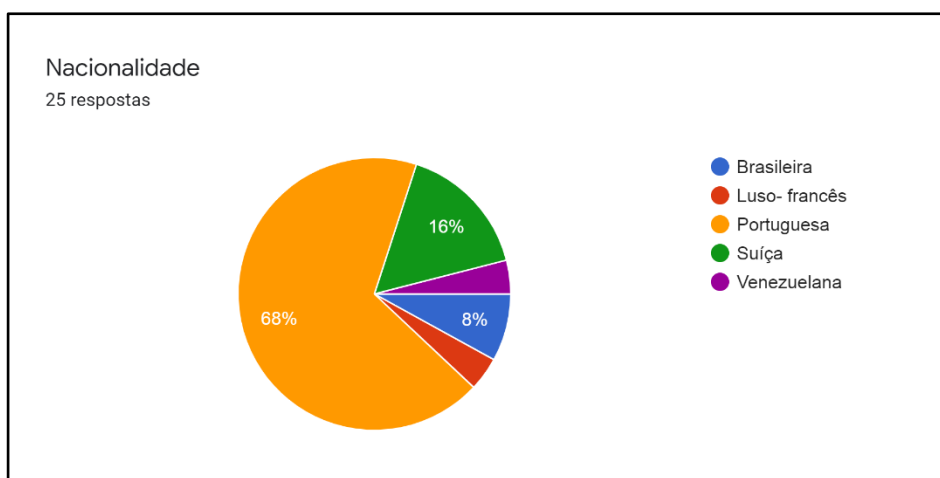


Salienta-se que nesta turma há dois alunos com retenções em anos transatos, no qual um deles reprovou duas vezes e outro uma vez.

Esta turma apresenta uma grande diversidade de origens nacionais que se traduz num contexto multicultural. Existem cinco nacionalidades diferentes, que inclui a nacionalidade portuguesa, brasileira, suíça, venezuelana, e a dupla nacionalidade luso-francesa, como se pode verificar no gráfico 2.

Gráfico 2: Nacionalidade dos alunos da turma do 7º X

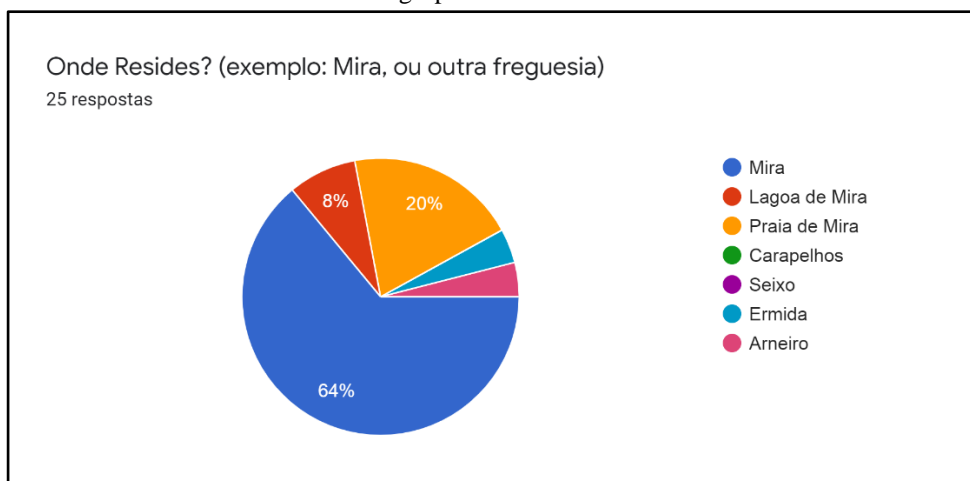
Fonte: Agrupamento Escolas de Mira



A grande maioria dos alunos reside em Mira (64 %), 20 % na Praia de Mira, 8% na Lagoa de Mira, e os restantes em Ermida, Arneiro e Carapelhos, como pode ser comprovado através do gráfico 3.

Gráfico 3: Local de residência dos alunos da turma do 7º X

Fonte: Agrupamento Escolas de Mira



Esta informação é interessante quando conjugada com a distância e o meio de deslocação para a escola, no qual mais de metade dos alunos desloca-se de automóvel, realçando que 40% deslocam-se a pé. Noventa e dois por cento dos alunos completa este trajeto em 15 minutos ou menos, o que indicia uma proximidade residencial dos alunos e famílias. Estes dados podem ser analisados nos gráficos 4 e 5, respetivamente.

Gráfico 4: Modo de deslocação casa-escola por parte dos alunos da turma do 7º X

Fonte: Agrupamento Escolas de Mira

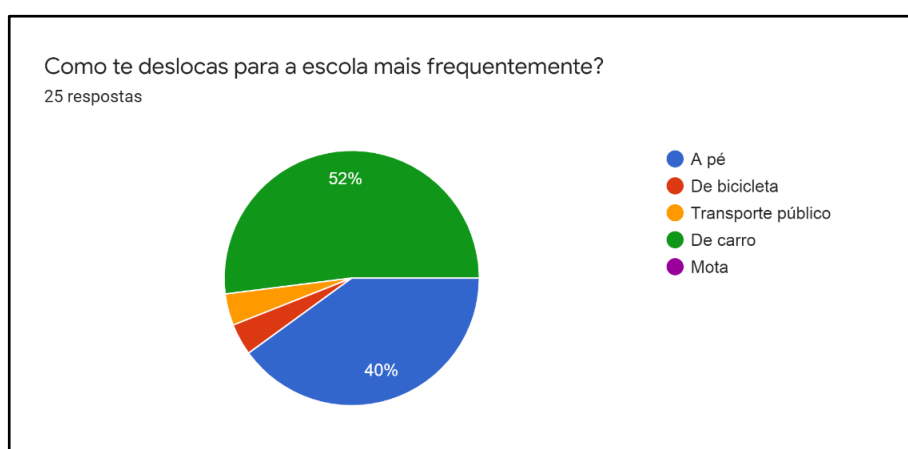
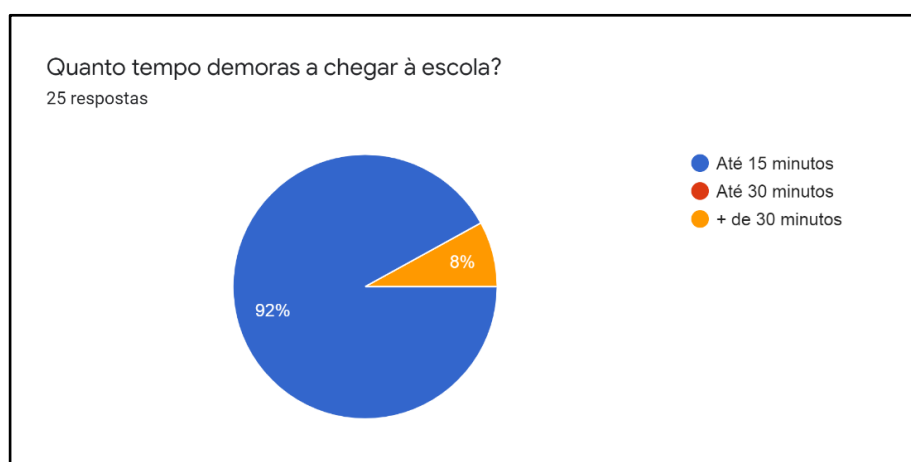


Gráfico 5: Tempo de deslocação casa-escola por parte dos alunos da turma do 7º X

Fonte: Agrupamento Escolas de Mira

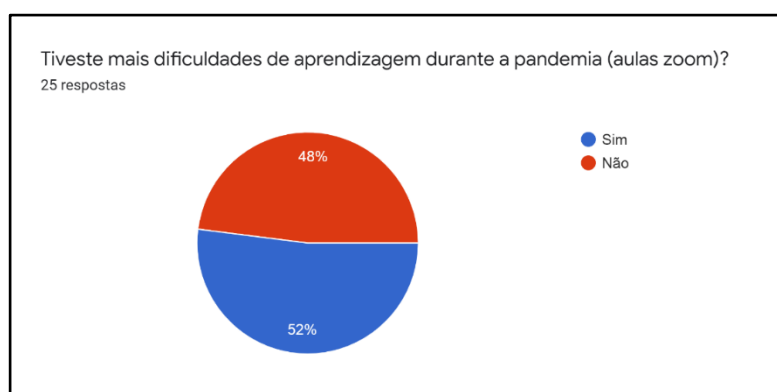


Tendo em conta a atual situação pandémica que eclodiu no final do primeiro trimestre de 2020, analisou-se o impacto do ensino à distância no ano letivo passado (2019/2020) e no presente ano letivo (2020/2021), bem como os efeitos positivos e negativos do método de ensino à distância verificados na turma do 7ºX.

Através do gráfico 6 é possível verificar que, mais de metade dos alunos (52%) tiveram dificuldades na aprendizagem durante a pandemia, mais especificamente durante o confinamento decretado.

Gráfico 6: Dificuldades dos alunos da turma do 7º X durante o ensino à distância

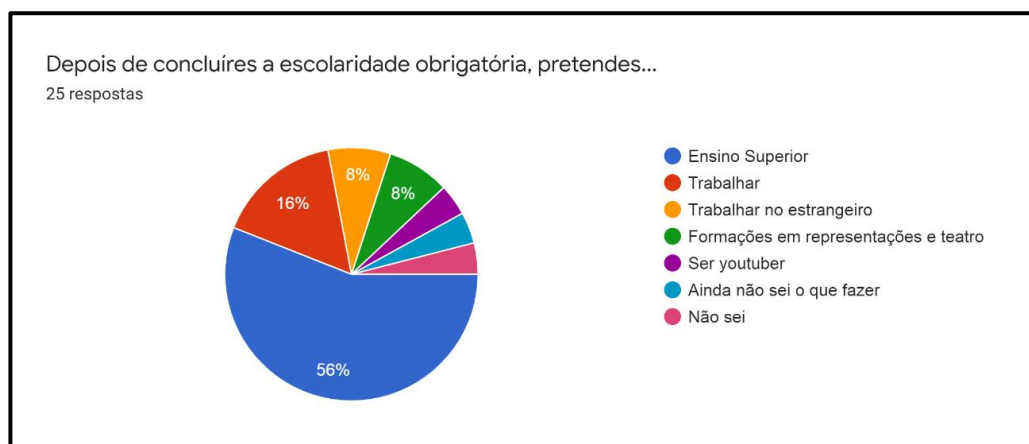
Fonte: Agrupamento Escolas de Mira



É de salientar a ambição positiva da turma 7ºX. A maioria dos alunos, a esta data, aspira frequentar o ensino superior (56%) e prosseguir com a sua formação; 16% ambiciona trabalhar em vários ramos e apenas 8% ainda não tem definido o seu futuro após a escolaridade obrigatória. O gráfico 7 é representativo desta variedade de escolhas já elaboradas por parte dos alunos.

Gráfico 7: Realizações futuras após a escolaridade obrigatória, por parte dos alunos do 7ºX. Fonte: Agrupamento

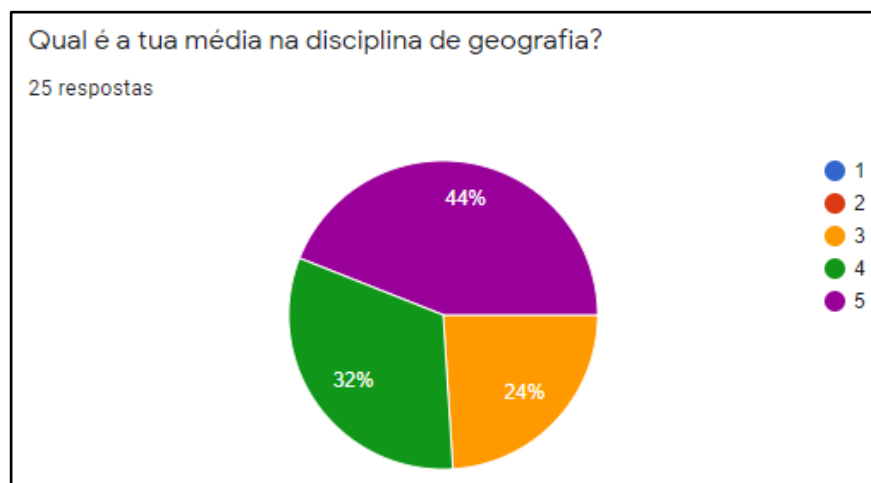
Escolas de Mira



Com o recurso ao gráfico 8, verifica-se que não existem alunos com níveis negativos na disciplina de Geografia.

Gráfico 8: Classificação média da turma à disciplina de Geografia

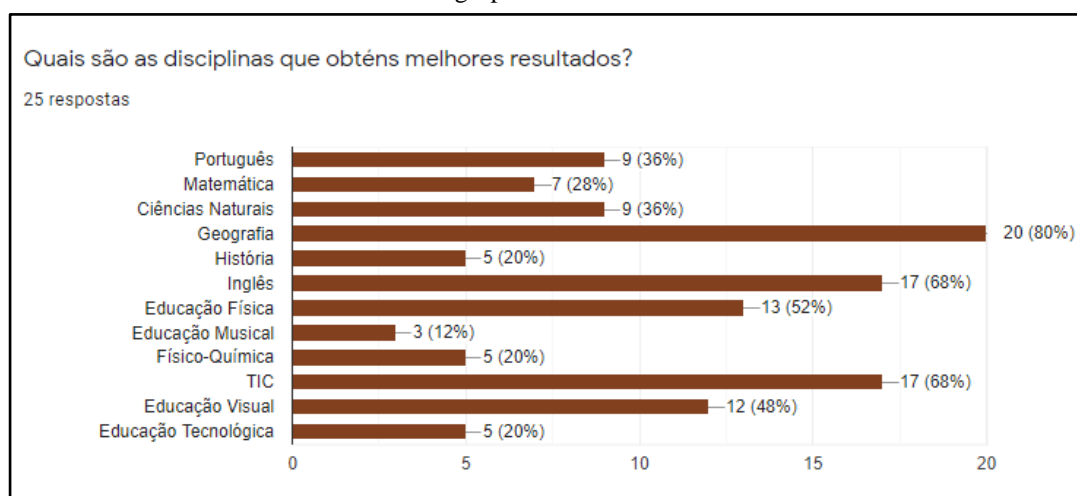
Fonte: Agrupamento Escolas de Mira



Relativamente às disciplinas em que os alunos obtêm melhores resultados, através do gráfico 9 é visível o destaque da disciplina de Geografia, onde 80 % dos alunos apresentam boas classificações (classificação 4 ou superior), seguida das disciplinas de Inglês e Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), com 68% dos alunos a obterem bons resultados classificativos (classificação 4 ou superior).

Gráfico 9: Disciplinas com os melhores resultados na turma

Fonte: Agrupamento Escolas de Mira



1.4) Atividades realizadas durante o estágio

1.4.1) Atividades letivas

Ao longo do estágio pedagógico tive a oportunidade de lecionar em diferentes turmas, mas aquela em que eu estava associado era do 7º ano e foi onde decorreram as aulas assistidas, tanto *online*, devido ao COVID-19, como presencialmente.

Durante o estágio realizou-se um processo de auto e hetero avaliação de forma a aperfeiçoar algumas falhas, melhorando competências pedagógicas. O núcleo de estágio reunia-se nos vários espaços da escola, com mais frequência na sala de professores e na sala de Geografia para fazer as planificações das aulas, reunir e partilhar materiais diversos de forma a melhorar e consolidar o trabalho a desenvolver. O sucesso deste estágio deve-se ao grande acompanhamento feito pela orientadora no sentido de nos preparar para a carreira de docente.

O ano letivo decorreu entre setembro de 2020 e junho 2021. Os tempos letivos atribuídos, com duração de 50 minutos, decorreram à segunda-feira das 15:30h às 16.20h e à sexta-feira das 10:30h às 11:20h. Nas turmas sobranes do sétimo ano lecionei de forma intercalada com as minhas colegas de estágio.

Durante o ano letivo contei também com a presença do Doutor Paulo Nossa em dois blocos de aulas, tal como previsto no contexto de acompanhamento e avaliação de profissionalização docente. O primeiro foi observado por videoconferência, através da plataforma *Zoom* no dia 26/3/2021 (anexo 2) devido ao confinamento decretado no âmbito da pandemia COVID-19, e o segundo bloco foi observado na escola Secundária Dr.ª Maria Cândida no dia 27/4/2021 (anexo 3).

Quanto à avaliação, cada aluno realizou uma ficha de avaliação escrita e elaborou um trabalho por período letivo. Ficou a cargo do grupo de estágio, sob a orientação da professora Margarida Oliveira, elaborar as fichas de avaliação, fazer o levantamento dos trabalhos e a respetiva correção e avaliação.

Houve também a oportunidade de realizar ações de formação, contactar com outras turmas e outros professores, através da vigilância de fichas de avaliação e na participação em reuniões.

1.4.2) Atividades não letivas

Ao longo do estágio existiu a oportunidade de participar em algumas atividades fora do contexto de sala de aula, aqui designadas por não letivas. Estas atividades decorreram em diferentes contextos, permitindo-nos crescer tanto a nível profissional como pessoal.

- 18 de dezembro 2020- Distribuição de presentes de Natal, oferecidos pela Câmara Municipal de Mira.

- 19 de maio de 2021- Reunião de Departamento de Geografia, para análise do resultado do Questionário SELFIE, no âmbito do Plano de Transição Digital do Agrupamento de Escolas de Mira, Mira.

- 25 maio 2021- “Dia de Aulas ao Ar Livre- é um movimento global para que o contacto com o ar livre seja uma realidade diária na vida das crianças. Assinalado todos os anos em duas datas específicas, os professores proporcionam tempo ao ar livre para aprender e brincar.” O grupo de geografia celebrou o dia de aulas ao ar livre, através de pesquisa/visualização e partilha de vídeos.

- 7 de junho 2021- Campanha de apoio aos animais “Abrigo de Carinho - Associação Amigos dos Animais” – esta atividade consistiu na recolha de alimentos e outros bens.

- 12 junho 2021- “*Surf no Crowd*” - é uma iniciativa promovida pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, em parceria com os Municípios de Cantanhede, Figueira da Foz e Mira. Este projeto teve como objetivo potenciar a prática de *surf* nas praias da Região de Coimbra. O programa de evento foi variado e extenso, com diversas atividades como *surf* e *stand up paddle*.

1.5) Reflexão sobre o Estágio Pedagógico

A fase inicial deste estágio pedagógico foi desafiante e exigente. Contudo, à medida que ia adquirindo mais experiência, e com a ajuda da professora Margarida Oliveira, comecei a ganhar mais confiança e a melhorar de dia para dia com muita dedicação e empenho.

Os membros da escola, o corpo docente e não docente, foram bastante prestáveis e acolhedores, promovendo a nossa integração e contribuindo de forma positiva para o sucesso do estágio pedagógico, com a sua disponibilidade, carinho e espírito de entejuda no meio escolar.

O apoio da professora Margarida Oliveira foi fundamental. Desde o início do estágio, dispus imediatamente de toda a sua ajuda, orientação e os seus conselhos, contribuindo assim para que a minha evolução e progresso fossem notáveis.

Capítulo 2: Caracterização da União Europeia

2.1) Contexto histórico e político da fundação e construção da União Europeia

O termo União Europeia (UE) evoca uma recente construção geopolítica de “Estados-membros” no continente europeu, formando e delimitando as fronteiras políticas de um conjunto de países. De facto, o processo da construção da UE iniciou-se durante a reconstrução europeia, no virar da segunda metade do séc. XX, em que este processo advém de acontecimentos passados que revelaram fragilidades e inseguranças entre países europeus.

A primeira metade do séc. XX ficará marcada para a história da Humanidade, com a eclosão de duas guerras mundiais que deixaram sobretudo a Europa em grande debilidade, desde o fator económico, social e acima de tudo geopolítico, com a indefinição das fronteiras conquistadas e reconquistadas, mas também o clima de insegurança que se condensava pela Europa. É possível observar o mapa geopolítico da Europa e suas fronteiras depois da Primeira Guerra Mundial, em 1923 (figura 2) e antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial (figura 3).



Fig. 2: Mapa geopolítico dos países europeus em 1923 (após a 1ª Guerra Mundial)

Fonte: <http://alcanceageografia.blogspot.com/2009/10/aspectos-geograficos-da-europa-antes-e.html>

Acesso a 19/07/2021



Fig. 3: Mapa político da Europa (antes da II Guerra Mundial)

Fonte: <https://url.gratis/UOCuRZ>

Acesso a 19/07/2021

Nos anos seguintes à 2ª Guerra Mundial, enquanto os países se reerguiam, o clima de desconfiança e ressentimento iam dificultando as negociações de conciliação entre as diferentes nações europeias. «Após a ocorrência de duas grandes guerras mundiais, vários estados da Europa sentiram necessidade de colocar de lado as suas diferenças e de se unirem de forma a evitarem uma terceira grande guerra mundial, colocando um fim definitivo ao tenebroso começo do século XX com Duas destrutivas guerras mundiais» (Varandas, 2015: p.25).

Entre vencedores e derrotados, todas as nações enfrentaram consequências da guerra, quer fossem sociais, quer fossem relativas à profunda crise económica, mas sobretudo na questão da Democracia. Havia uma necessidade urgente de reerguer os Direitos Humanos e os valores da Democracia, como Churchill tanto defendia, (...) foi Whinston Churchill (...) quem, pouco depois do final do conflito e a rendição dos vencidos, avançou com a ideia de que era necessária criar uma instituição que estudasse e propusesse tudo o que seria fundamental dar a Europa renascente no sentido de um respeito pelos princípios basilares da chamada Democracia Ocidental, em particular os chamados Direitos do Homem (Oliveira, 2001, p:114). Na figura 4 é observado o mapa geopolítico das zonas de influência (bloco ocidental e bloco soviético) após a 2ª Guerra Mundial.



Fig. 4: Mapa geopolítico das zonas de influência (bloco ocidental e bloco soviético) após a 2ª Guerra Mundial.

Fonte: <http://alcanceageografia.blogspot.com/2009/10/aspectos-geograficos-da-europa-antes-e.html>

Acesso a 19/07/2021

Com a frágil divisão da Alemanha entre os países vencedores da guerra a ocidente, e a URSS (também vencedora) a oriente, era necessária uma conciliação conjunta para evitar outra escalada bélica; *Um abismo separa os europeístas do pós-1945 dos seus «precursores». A novidade reside na vontade de restituir a riqueza, o poder, o brilho, a nações que os perderam, reduzindo o valor «nação» e exaltando o valor da união num quadro europeu que lhes parece simultaneamente mais natural — dadas as semelhanças entre as nações — e mais prático — dada a proximidade geográfica.* (Faria, 1992: p.988).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América surgem como a maior potência económica mundial, muito devido à sua posição geográfica, longe dos conflitos na Europa, bem como a sua entrada tardia na guerra. O processo de industrialização durante os anos de guerra foi exponencial, tendo sido um importante fator para o crescimento económico na primeira metade dos anos 40. Com a Alemanha dividida entre Federações Este e Oeste e muitos dos países do leste europeu sob a alçada da URSS (figura 5), o motor económico da Europa encontrava-se dividido entre estas duas superpotências, começando a surgir o clima de guerra fria que mais tarde se iria acentuar, (...) *com o final da Segunda Guerra Mundial, surge a guerra fria que divide a Europa e, também, uma grande parte do mundo, em sistemas ideológicos, políticos e económicos opostos. As duas superpotências emergentes da guerra (a União Soviética e os EUA) vão deter uma influência económica, política, social e cultural sobre estados, seja no Leste ou no Ocidente Europeu* (Fulbrook, 2009).



Fig. 5: Divisão geopolítica da Alemanha após a 2ª Guerra Mundial. Fonte: <https://url.gratis/VZHPj9> Acesso a 19/07/2021

A crescente influência socialista pela União Soviética na Europa de Leste voltou a dividir o mapa geopolítico europeu, com o emergir das duas superpotências que iriam ditar a balança político-económica mundial nas seguintes décadas. Depois da segunda guerra mundial, o *Plano Marshall*¹, esboçado e executado pelos Estados Unidos em 1947 (com um tempo de financiamento de 4 anos), foi uma grande alavanca para a reestruturação económica dos países europeus (a oeste) devastados pela guerra, embora não fosse suficiente para apaziguar o clima de insegurança diplomática e geopolítica. *Perante o rumo que os acontecimentos começavam a tomar na Europa de Leste, esta perspectiva não servia os interesses dos EUA e, na Europa, de todos os que queriam evitar a expansão do mundo socialista. Foi neste contexto que surgiu o Plano Marshall, o primeiro programa de auxílio a países estrangeiros organizado por um país capitalista* (Nunes, 2017: p.2). A figura 6 apresenta a distribuição monetária do Plano Marshall, em que a quantidade das quantias/verbas disponibilizadas é representada através das barras a azul.

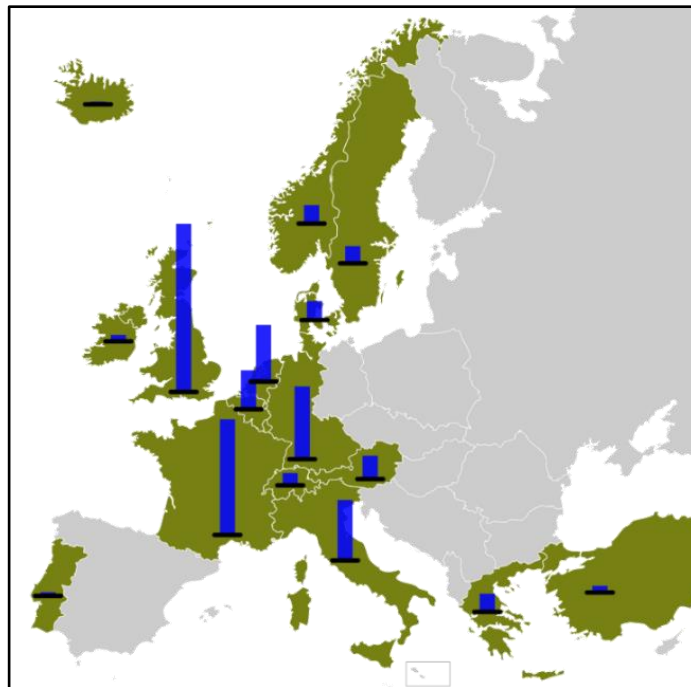


Fig. 6: Países europeus que foram financiados pelo Plano Marshall. Fonte:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Plano_Marshall#/media/Ficheiro:Marshall_Plan.svg . Acesso a 06/12/2020.

¹ O Plano Marshall foi, essencialmente, um programa de auxílio à indústria americana sobredimensionada, que precisava de mercados alternativos ao da guerra, condição indispensável para evitar a falência de muitas empresas e para fugir à séria ameaça de depressão que se fez sentir no imediato após-guerra. Daí a ideia de ajudar a recuperar a Europa (o maior parceiro comercial dos EUA), para que ela “possa comprar uma quantidade substancial dos nossos produtos” Fonte: (Nunes, 2017: p.2).

A distribuição dos fundos deste Plano às nações europeias não foi homogénea, na qual as maiores “fatias” de financiamento foram para os países que mais consequências sofreram com a 2ª Guerra Mundial. No total os EUA desembolsaram 13 mil milhões de dólares para ajudar os países europeus. A tabela 1 mostra os financiamentos do *Plano Marshall*.

Tabela 1: Total de recursos destinados aos países auxiliados pelo Plano Marshall, em milhões de dólares. (Fonte: Costa, 2017: p.37)

<i>País</i>	<i>1948/49 (\$ milhões)</i>	<i>1949/50 (\$ milhões)</i>	<i>1950/51 (\$ milhões)</i>	<i>Acumulado (\$ milhões)</i>
Áustria	\$232,00	\$166,00	\$70,00	\$488,00
Bélgica e Luxemburgo	\$195,00	\$222,00	\$360,00	\$777,00
Dinamarca	\$103,00	\$87,00	\$195,00	\$385,00
França	\$1,09	\$691,00	\$520,00	\$2,30 mM
Alemanha*	\$510,00	\$438,00	\$500,00	\$1,45 mM
Grécia	\$175,00	\$156,00	\$45,00	\$366,00
Irlanda	\$88,00	\$45,00	-	\$133,00
Itália e Trieste	\$594,00	\$405,00	\$205,00	\$1,20 mM
Holanda	\$471,00	\$302,00	\$355,00	\$1,13 mM
Noruega	\$82,00	\$90,00	\$200,00	\$372,00
Portugal	-	-	\$70,00	\$70,00
Suécia	\$39,00	\$48,00	\$260,00	\$347,00
Suíça	-	-	\$250,00	\$250,00
Turquia	\$28,00	\$59,00	\$50,00	\$137,00
Reino Unido	\$1,32	\$921,00	\$1,06	\$3,30 mM

(*) Refere-se às zonas da Alemanha sob o controle dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França.

FONTE: WERNER, Alice Helga; COMBAT, Flávio Alves: *História “viva” e história “objetivada”*: George F. Kennan e o Plano Marshall, pág 190

A partir do início da década de 50, a Europa parecia demonstrar evidências de crescimento económico, contudo o clima de instabilidade intergovernamental continuava a pairar sobre a Europa. Várias foram as tentativas para uma conciliação política e de relações diplomáticas entre os países europeus, inclusive em 1948, em que surgiu a Organização Europeia de Coordenação Económica (OECE), para coordenar o *Plano Marshall*.

Este foi o primeiro passo “embrionário” para contruir a União Europeia. Com a exigente tarefa de trazer equilíbrio às nações europeias, em 1951 foi assinado o Tratado de Paris onde foi instituída a *Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA)*, fundada pela coligação que envolvia França, Bélgica, Luxemburgo, Países Baixos, Itália e República Federal da Alemanha. (...) *reconhecida que fora a importância da produção equilibrada do carvão e do aço para a reconstrução material da Europa, a CECA apareceu como um instrumento de reorganização e*

de controle desses produtos basilares (Oliveira, 2001: p. 116). Na figura 7 observa-se os países que constituíam a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), em 1951.



Fig. 7: Países que constituíam a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), em 1951. Fonte: Manual de Geografia “Fazer Geografia 3.0”; Porto Editora. Acesso a 06/12/2020

A CECA levou à criação de mercados comuns para o carvão e aço entre os Estados-membros, podendo assim competir economicamente com outras potências como os EUA e a URSS pela produção destes bens essenciais ao paradigma económico vigente. O sucesso destes mercados alavancou a possibilidade de criar um mercado comum para todos os produtos, com a finalidade de instituir uma circulação livre de bens, serviços e pessoas. Em paralelo continuavam os esforços diplomáticos para tentar criar uma comissão a respeito da defesa e da política externa. Estes só foram conseguidos com o Tratado de Roma em 1957, com a criação da *Comunidade Económica Europeia (CEE)* para além da abolição das tarifas e barreiras alfandegárias.

Com o surgimento da CEE, é também criada a EURATOM (Comunidade Europeia da Energia Atómica), que tinha como objetivo o progresso numa rede de energia limpa destinada aos civis e, paralelamente, assegurar a supervisão do progresso da energia nuclear a fim de não ser utilizada para fins militares. «(...) foi com o surgimento destas duas organizações que foram criados as fundações e o início daquilo que mais tarde se viria a transformar na atual União Europeia, quer através da adesão sucessiva de vários países, da realização de vários tratados, da implementação de políticas comuns, etc.» (Varandas, 2015: p. 21).

2.2) Objetivos dos países fundadores

Após a segunda guerra mundial, a Europa estava mergulhada numa crise socioeconómica e geopolítica, na qual era urgente solucionar também o clima de desconfiança diplomática. Após o Tratado de Paris em 1951, nasce a CECA, fundada pela coligação intergovernamental entre França, Bélgica, Luxemburgo, Países Baixos, Itália e República Federal da Alemanha, com um plano de objetivos que seriam a primeira fase de construção da União Europeia. O principal objetivo da *Comunidade Europeia do Carvão e do Aço* era reerguer as economias europeias o quanto antes, com a criação de um mercado comum para o carvão e aço, no qual Soares (2009: p.8) afirma que: (...) *o Tratado CECA continha todas disposições que os Estados-membros consideraram necessárias para o funcionamento do mercado comum do carvão e do aço, de par com as normas relativas à estrutura institucional da Comunidade, e os procedimentos necessários à sua atividade.*

A questão da insegurança em torno do armamento dos Estados-membros, em especial a Alemanha, levou a que estes se reunissem em maio de 1952 para criar a Comunidade da Defesa, no qual assentava mais um objetivo fundamental da CECA, que era assegurar o clima de paz pós-guerra, (...) *a Comunidade da Defesa visava impedir que a Alemanha pudesse dispor de um poderio militar que ameaçasse os parceiros comunitários, em particular, a França.* (Soares, 2009: p.9).

Contudo, alguns destes objetivos eram comprometidos pela política externa europeia, que se encontrava no epicentro da guerra fria, entre Estados Unidos e a URSS, de modo que seria necessário repensar e reestruturar a CECA de forma a alicerçar objetivos mais transversais aos domínios da política e diplomacia, estabilidade socioeconómica, geopolítica internacional e política externa. Assim, os mesmos Estados-membros fundadores voltam a reunir em 1957, com a assinatura do Tratado de Roma.

O Tratado de Roma (1957) foi o marco de maior relevância para alicerçar os principais objetivos da geopolítica europeia até aos dias de hoje. Os Estados-membros reuniram um conjunto de objetivos que foram essenciais para o sucesso das nações europeias. Desde logo, a nomenclatura da organização deixou de ser CECA para se passar a designar CEE (Comunidade Económica Europeia), na qual vigorava um conjunto de políticas esboçadas essencialmente para a vertente económica da Europa.

Com o Tratado de Roma, tentou-se rever e melhorar a política europeia entre os Estados-membros e que permitisse uma cooperação intergovernamental a nível económico. Assim, é concebido um dos principais objetivos da CEE, a criação de um mercado comum europeu, na qual pudessem circular bens, serviços e pessoas, entre os Estados-membros de modo a estimular a economia e o progresso económico e tecnológico.

Com a criação do Mercado Comum, as questões alfandegárias deixavam de ser um problema logístico, uma vez que bens, pessoas e serviços circulavam de forma “livre” entre os países da CEE, *um dos mais significativos preceitos da criação do chamado Mercado Comum, era a queda das fronteiras nacionais entre os Estados-membros. A livre circulação de pessoas e bens (...) se não quebrava ou anulava as regras de mercado, impunha o desaparecimento dos aparelhos alfandegários e das respetivas pautas alfandegarias nacionais entre os membros* (Oliveira, 2001: p.119). O Mercado Comum foi uma forma de dinamizar a economia entre os Estados-membros e, simultaneamente, estimular a concorrência com os mercados exteriores, de modo a implementar uma política externa mais notória.

Com a implementação do Mercado Comum, surge a oportunidade de implementar um conjunto de políticas que fossem direcionadas para um setor extremamente importante, o setor primário. Nesta altura, os alimentos eram escassos quer em termos de quantidade, quer de qualidade, devido a uma produção agrícola maioritariamente em minifúndios, que era destinada para consumo familiar e de autoabastecimento. Além disso, a escassez de alimentos obrigava os países europeus a importar alimentos de outros mercados externos, desequilibrando a balança comercial europeia, no qual surgia a urgente necessidade da Europa se tornar autossustentável: *(...) visualizou-se, a partir desse contexto, a evidente necessidade da Europa em buscar autossuficiência alimentar, modernizar a zona rural e melhorar as condições de vida da população rural* (Squeff, 2016: p.379).

Quando foi assinado o Tratado de Roma, *a agricultura, ao final da década de 1950, representava “mais de 25% do emprego total e quase 10% do Produto Interno Bruto (PIB) na Europa,* (Cunha, 2004: p.13), no qual era necessário estimular este setor económico, em que a Política Agrícola Comum (PAC) desempenhou um papel fundamental do desenvolvimento de produção agrícola, bem como a dinamização dos mercados agrícolas entre Estados-membros.

No Tratado de Roma, no artigo nº39 estavam evidenciados os principais objetivos da PAC:

- a) Incrementar a produtividade da agricultura, fomentando o progresso técnico, assegurando o desenvolvimento racional da produção agrícola e a utilização ótima dos fatores de produção, designadamente da mão-de-obra;
- b) Assegurar, deste modo, um nível de vida equitativo à população agrícola, designadamente pelo aumento do rendimento individual dos que trabalham na agricultura;
- c) Estabilizar os mercados;
- d) Garantir a segurança dos abastecimentos;
- e) Assegurar preços razoáveis nos fornecimentos aos consumidores.

Deste modo a PAC surgiu como instrumento fundamental para modernizar e dinamizar a agricultura (e suas comunidades rurais) e, simultaneamente, estimular a economia de cada país, integrando a produção alimentar no mercado entre Estados-membros. Este foi um dos principais objetivos da CEE, no qual a PAC teve uma importância fulcral, até aos dias de hoje.

Ainda tendo em conta o Acordo de Roma (1957), surge uma outra instituição, a Comunidade Europeia da Energia Atómica (CEEA ou EURATOM), que visava no desenvolvimento e supervisão da energia nuclear para fins civis. Além disso, esta instituição facilitava os investimentos e o aprovisionamento para a criação de instalações nucleares, bem como a apertada supervisão do desenvolvimento e utilização da energia nuclear de modo que esta não seja utilizada para finalidades bélicas.

A segurança era um objetivo muito importante na cooperação intergovernamental entre os Estados-membros da CEE. A segurança e a salvaguarda dos Direitos Humanos² a todos os cidadãos dos países da CEE, bem como a criação de uma justiça eficaz e que servisse todos os cidadãos de igual modo, era uma prioridade que mereceu a sua devida relevância, (...) *tornar a União Europeia um espaço de liberdade, de segurança e de justiça, em que todos sejam igualmente protegidos pela lei e tenham igual acesso à justiça é um novo desafio que requer estreita cooperação entre governos* (Fontaine, 2010, p. 6).

² Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a 10 de dezembro de 1948 (Fonte: *Diário da República Eletrónico*, acesso a 18 de dezembro de 2020)

Toda a construção da União Europeia foi conseguida através de processos de alargamentos a mais países europeus e a assinatura de Tratados que visavam em melhorar a política da instituição que hoje é a UE. Um dos objetivos era, desde muito cedo, a criação de uma moeda única, que circulasse de forma livre entre os Estados-membros, (...) *a agenda política europeia apontava a união monetária como meta sucessiva da Comunidade, enquanto corolário natural do mercado interno. Todavia, o objetivo de uma moeda única europeia provocava (...) as autoridades responsáveis pela condução da política monetária* (Soares, 2009, p. 6). A consagração da moeda única foi conseguida com o Tratado de Maastricht, em 1992, com a implementação da moeda “euro”, que mais tarde entrou em circulação com a viragem para o século XXI.

2.3) Processos de alargamentos da União Europeia

Com o sucesso da CEE, começaram as negociações para um alargamento desta organização a mais Estados-membros europeus. Em 1973 o Reino Unido, a República da Irlanda e a Dinamarca concretizam a sua adesão à CEE (figura 8).

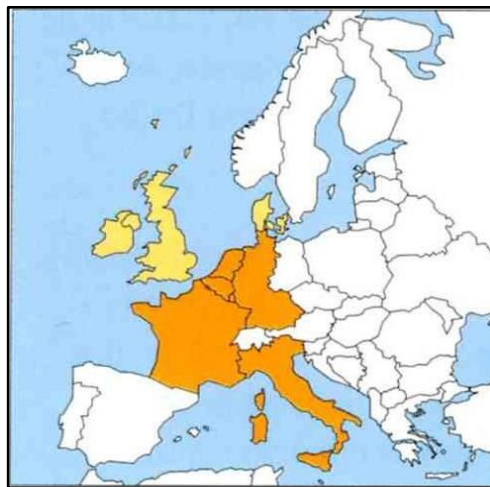


Fig. 8: Países que constituíam a Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1973.

Fonte: Manual de Geografia “Fazer Geografia 3.0”; Porto Editora.

Acesso a 06/12/2020

A CEE tornou-se uma oportunidade para a expansão dos mercados europeus dos seus Estados-membros que viriam a recuperar a sua economia e estabilidade política e social. Assim, muitos outros países viram uma oportunidade na CEE para reestruturarem e melhorarem as suas

economias frágeis. Como foi o caso da Grécia que assinou a adesão à CEE em 1981 (figura 9) e cinco anos depois viriam a assinar Portugal e Espanha (figura 10).



Fig. 9: Países que constituíam a Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1981. Fonte: Manual de Geografia “Fazer Geografia 3.0”; Porto Editora. Acesso a 06/12/2020.



Fig. 10: Países que constituíam a Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986. Fonte: Manual de Geografia “Fazer Geografia 3.0”; Porto Editora. Acesso a 06/12/2020.

A adesão de Portugal à CEE foi um marco essencial para o desenvolvimento socioeconómico nacional. Portugal começou a beneficiar de fundos que foram direcionados para o desenvolvimento tecnológico e a modernização da economia nacional, mas também nas infraestruturas e redes de telecomunicações, bem como o apoio à formação profissional com vista a uma formação mais qualificada da população.

Para Portugal, a adesão à CEE representa uma opção fundamental para um futuro de progresso e modernidade. Mas não se pense que seja uma opção de facilidade. Exige muito dos portugueses, embora lhes abra simultaneamente largas perspectivas de desenvolvimento. (discurso de Mário Soares na cerimónia da assinatura da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, a 12 de junho de 1985).

Ainda em 1986, foi assinado o Ato Único Europeu, que se verificou ser mais um pilar seguro na construção da União Europeia. Este documento permitiu “juntar a Europa política e a Europa económica debaixo da mesma tutela institucional” (Varandas, 2015: p26), no qual foi instituído um mercado sem fronteiras internas e também reforçar a cooperação entre os Estados-membros em novos ramos da política, como a política ambiental, da tecnologia e da investigação.

Passados três anos, mais concretamente a 9 de novembro de 1989, a Europa e o mundo testemunha à queda do Muro de Berlim que dividia a Alemanha desde 1961 em República Federal Alemã e República Democrática Alemã. Após este marco histórico dá-se início à reunificação da Alemanha. Este foi um acontecimento que debilitou a hegemonia da URSS na Europa de leste. Este evento alavancou o processo de democratização não só da Alemanha, mas também de alguns países da Europa de leste que estavam sob a alçada do modelo soviético, onde este “caiu” em 1991. No total foram 14 as ex-repúblicas soviéticas que se separaram do modelo russo: Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Estónia, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Letónia, Lituânia, Moldávia, Tadjiquistão, Turquemenistão, Ucrânia e Uzbequistão.

Mais tarde, em 1993 entraria em vigor um dos tratados mais importantes da União Europeia, o Tratado de Maastricht. Este tratado veio reestruturar alguns termos de política internacional, economia e mercado entre os Estados-Membros, bem como a políticas de apoio social: (...) *um desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentável das atividades económicas; um crescimento sustentável e equilibrado; um elevado nível de emprego e de proteção social; o reforço da coesão económica e social; a solidariedade entre os Estados-Membros* (Pérez-Bustamante & Colso, 2004: pp.159-160). O Tratado de Maastricht serviu para dar um novo nome à CEE, na qual se passou a designar União Europeia, designação que prevalece até aos dias de hoje. Em 1995 ocorre o 4º alargamento da União Europeia, com a adesão da Áustria, Suécia e Finlândia, na qual a UE passa a ser composta por quinze Estados-Membros (figura 11).

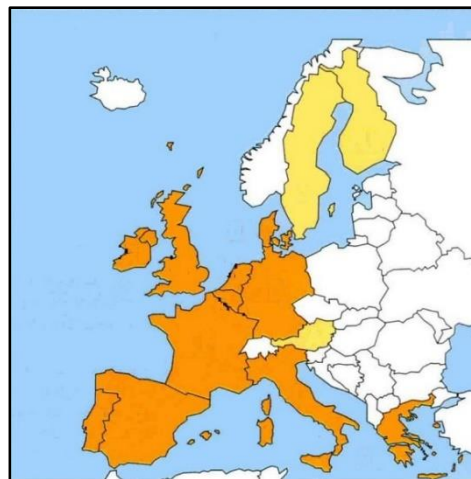


Fig. 11: Países que constituíam a União Europeia, em 1995. Fonte: Manual de Geografia “Fazer Geografia 3.0”; Porto Editora. Acesso a 06/12/2020

Dois anos após este alargamento, a União Europeia assina um novo tratado, o Tratado de Amesterdão, em 1997, com a finalidade de reafirmar a posição da União Europeia no panorama internacional, bem como aumentar a coesão interna com o Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) que consiste num (...) *conjunto de regras destinadas ao controlo orçamental, à coordenação das políticas económicas e aos procedimentos a seguir em caso de défice excessivo* (Silva, 2010: p. 226).

O PEC foi responsável pela implementação de uma moeda única, designada de “euro”, que viria a entrar em vigor na União Europeia em 1999, em forma não material (cheques, transferências, etc.) e em 2002 com a introdução de moedas e notas. Muitos consideram que este tratado foi uma reestruturação do que o Tratado de Maastricht não conseguiu concretizar como objetivos, no qual foram novamente debatidos quatro temas fundamentais como (...) *a adaptação das Instituições a uma União alargada, a articulação jurídica de um diverso ritmo para os Estados no processo de concluir as distintas fases e formas da União Europeia, a “comunitarização” da Justiça e dos Assuntos Internos enquanto exigências últimas do ideal do espaço comum europeu, e uma verdadeira e eficaz política externa de segurança e defesa* (Pérez-Bustamante & Colsa, 2004: p.201).

A ratificação do Tratado de Amesterdão (1997) constituiu um avanço significativo no que diz respeito à política comum, política externa, na cooperação entre Estados-Membros nos ramos da Justiça e Assuntos Internos.

Neste mesmo ano foi assinado mais um importante acordo para a Europa, o acordo de Schengen que visa na abertura das fronteiras entre os países da Europa, com a circulação livre

de serviços, bens e pessoas, no qual se passou a designar “Espaço Schengen” a toda a área geográfica dos estados que assinaram esta convenção.

A instabilidade política na Europa de leste continuava a preocupar a União Europeia, depois de alguns anos de conflitos nas Balcãs. Com o virar do milénio foi realizado o Tratado de Nice, que reuniu um esforço intergovernamental nas áreas da união económica e da união política entre os Estados-Membros, bem como a cooperação diplomática e político-económica dos países de leste, *o objetivo era “concluir” a integração econômica e acompanhá-la com integração política. Esse objetivo de aprofundamento foi apresentado como um pré-requisito para a ampliação na parte oriental e como forma de prever os efeitos da transição democrática e econômica em países que não mais estavam sujeitos ao domínio soviético.* (Costa, 2017, p. 40).

Após este tratado, a União Europeia assiste ao seu quinto alargamento, em 2004, com a adesão de dez países da Europa de Leste (Chipre, República Checa, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Eslováquia e Eslovénia) (figura 12). Este foi o maior alargamento da UE, que passou a ser composta por 25 Estados-Membros.

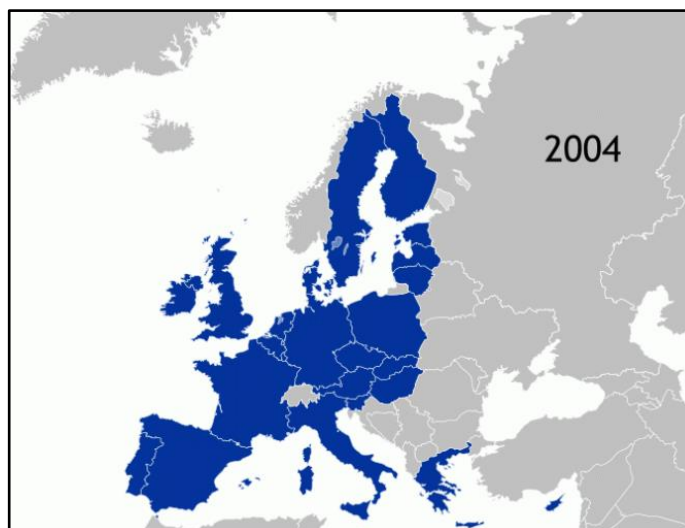


Fig. 12: Países que constituíam a União Europeia, em 2004.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Uni%C3%A3o_Europeia#/media/Ficheiro:EC-EU-enlargement_animation.gif. Acesso a 02/12/2020

No início de 2007 a Roménia e a Bulgária aderiram à União Europeia e à zona do euro, na qual a UE passaria a ser constituída por vinte e sete Estados-Membros.

Mais tarde nesse mesmo ano foi assinado o Tratado de Lisboa que veio transformar o Tratado da CEE no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE). A questão da

sustentabilidade ambiental também foi um pilar fundamental neste tratado, com a atribuição de novas áreas de codécisão legislativa e jurídica.

O Tratado de Lisboa visava também aproximar os centros de decisões da UE de escala macro às escalas micro, para fomentar a coesão territorial e combater as assimetrias territoriais das áreas e comunidades menos desenvolvidas: *A fim de promover um desenvolvimento harmonioso do conjunto da União, (...) (a União) procurará reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões menos favorecidas. Entre as regiões em causa, é consagrada especial atenção às zonas rurais, às zonas afetadas pela transição industrial e às regiões com limitações naturais ou demográficas graves e permanentes, tais como as regiões mais setentrionais com densidade populacional muito baixa e as regiões insulares, transfronteiriças e de montanha* (Artigo 174º, TFUE).

O processo de alargamento mais recente ocorreu em 2013 com a adesão da Croácia à União Europeia (figura 13). Estava, na altura, constituída a Europa dos 28.

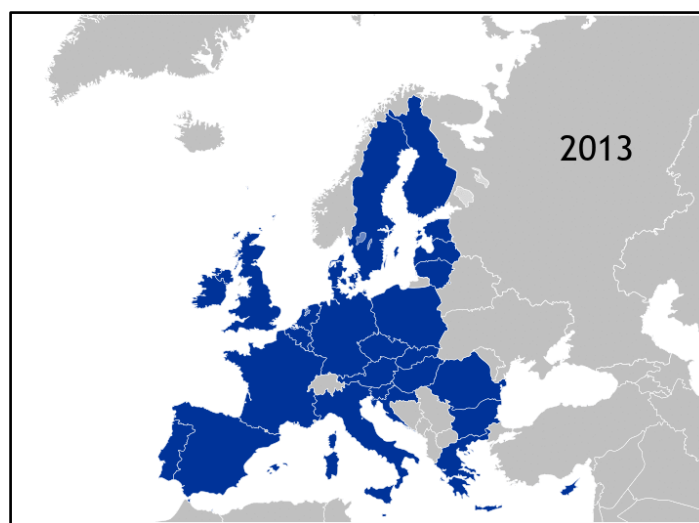


Fig. 13: Países que constituíam a União Europeia, em 2013. Fonte:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Uni%C3%A3o_Europeia#/media/Ficheiro:EC-EU-enlargement_animation.gif.

Acesso a 02/12/2020

Contudo, o processo de construção da União Europeia assistiu a vários episódios de nacionalismo e populismo nos últimos anos, na qual resultou na saída do Reino Unido da União Europeia no seguimento do referendo Brexit (figura 14). A saída do Reino Unido estimulou muitos movimentos nacionalistas, sobretudo em Barcelona e na Escócia.

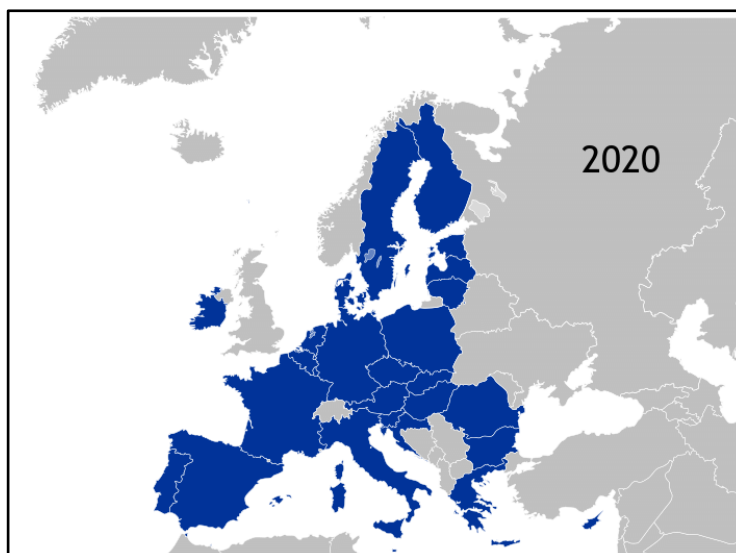


Fig. 14: Países que constituíam a União Europeia, em 2020. Fonte:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Uni%C3%A3o_Europeia#/media/Ficheiro:EC-EU-enlargement_animation.gif.

Acesso a 02/12/2020

Muitos são os desafios que colocam à prova as raízes e pilares que formam a União Europeia, desde a legislação intergovernamental, a segurança dos cidadãos dos Estados-Membros, as questões éticas dos avanços tecnológicos, a sustentabilidade ambiental, bem como a economia, que foi bastante abalada com a questão pandémica da covid-19.

Capítulo 3: Adesão de Portugal à União Europeia

3.1) Aspetos práticos da adesão à União Europeia

Década após década, a CEE foi tendo uma crescente importância para o sucesso dos países europeus, reerguendo a importância deste continente após a emergência dos EUA e URSS como potências mundiais. O desenvolvimento socioeconómico, tecnológico, e até mesmo nas políticas intergovernamentais tornaram a CEE como uma instituição importante e atraente, no qual assiste-se a várias adesões de países europeus à CEE, e Portugal não foi exceção. O pedido de Portugal para aderir à CEE remonta a 1978, ano em que se iniciaram as negociações.

O 25 de abril foi um marco histórico e uma oportunidade para Portugal virar a página e contruir uma nova nação democrática, aberta à política externa, à modernização e ao processo de construção de uma Europa unificada.

O ritmo de crescimento variou muito de país para país, e mesmo com a integração na Comunidade Económica Europeia, o percurso de desenvolvimento de alguns Estados-membros é muito inferior comparativamente a outros, (...) *integração na União Europeia dos países candidatos deverá levar a um processo de “catching-up” do nível médio de desenvolvimento dos mesmos relativamente à média comunitária. Só que, comparativamente com os processos de convergência anteriores, nomeadamente o caso de Portugal, alguns desses países encontram-se numa situação de distanciamento tão grande que dificilmente o processo de convergência será conseguido num espaço de tempo relativamente curto.* (Fonte: A Economia portuguesa e o alargamento da União Europeia (2004), Relatório Final).

Após a adesão oficial, a 29 de março de 1985 e no qual entraria em vigor no ano seguinte, Portugal viu na CEE uma excelente oportunidade para ambicionar novas metas e objetivos socioeconómicos, bem como assegurar o desenvolvimento, (...) *Portugal, com a opção que decidiu tomar de aderir à CEE, tinha como objetivos, no imediato, a estabilização e consolidação da democracia, estar ativamente num enquadramento político multilateral de importância crescente. A médio prazo Portugal pretendia a melhoria das condições de vida dos portugueses, assegurar um desenvolvimento económico e social de tipo europeu ocidental, garantir no seio das Comunidades a sua independência face à Espanha* (Chaves, 2012: p. 292).

Nos anos seguintes após a adesão de Portugal à CEE, começaram-se a refletir alguns aspetos práticos desta mesma adesão, a aceleração do crescimento económico com a exposição aos mercados externos (europeus e internacionais), as melhorias na qualidade de vida dos portugueses (indicadores como a empregabilidade, educação/formação, saúde pública), bem como o consumo privado e os investimentos em obras públicas.

Este progresso deve-se muito aos instrumentos e fundos de financiamento e investimento europeus³ que vieram melhorar setores como o comércio, serviços, infraestruturas entre outros, (...) *os principais fatores que explicam estes resultados positivos foram: um grande crescimento*

³ Instrumentos e Fundos de Investimento europeu da Comunidade Económica Europeia:

FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – promove um desenvolvimento equilibrado entre as diferentes regiões da EU

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural – centra-se na resolução de problemas específicos com que se deparam as zonas rurais da UE.

FSE - Fundo Social Europeu – apoia projetos relacionados com o emprego em toda a Europa e investe no capital humano europeu (trabalhadores, jovens e pessoas à procura de emprego).

do comércio externo; um rápido aumento do investimento estrangeiro; a utilização dos fundos estruturais comunitários (Amaral, 2006: p.117).

Alguns fundos comunitários foram direcionados para as atividades económicas menos desenvolvidas, como o caso da agricultura e da indústria, que maior urgência manifestava para um desenvolvimento tecnológico, assim como a sua integração nos mercados internacionais. Assim surgem fundos como o PEDIP⁴, que visava na dinamização, desenvolvimento e crescimento da competitividade das empresas industriais portuguesas, e o FEDAP⁵, que tinha como objetivos o desenvolvimento tecnológico da produção agrícola e dinamização dos mercados deste setor.

Os aspetos económicos da adesão de Portugal à CEE foram extremamente importantes. Portugal encarava-se como um Estado-membro das Comunidades Europeias, sendo uma nação participativa nos centros de decisão europeia e integrava a sua influência graças à sua posição geoestratégica privilegiada em relação à Europa, o que faz do nosso país uma “porta” de oportunidades para o Atlântico e para as trocas comerciais transatlânticas.

3.2) O desenvolvimento socioeconómico de Portugal com a integração na CEE

Uma vez feita uma breve análise dos aspetos práticos da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, é altura de verificar o impacto desta decisão política no desenvolvimento socioeconómico e no progresso de Portugal desde a sua entrada na CEE até aos dias de hoje. Para isso serão analisados alguns indicadores para comprovar os efeitos práticos da adesão de Portugal às Comunidades Europeias.

⁴ **PEDIP** – Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa

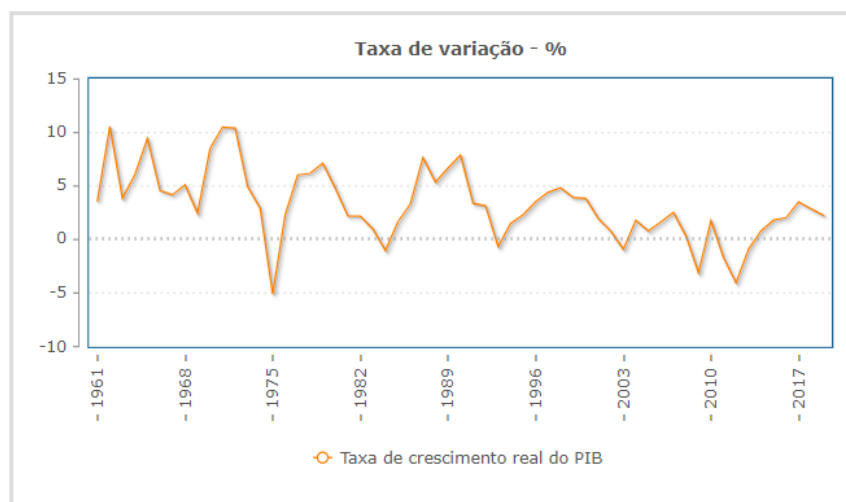
⁵ **PEDAP** – Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa

(Fonte: site oficial da União Europeia, em https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/funding-opportunities/funding-programmes/overview-funding-programmes/european-structural-and-investment-funds_pt Acesso a 23/12/2020)

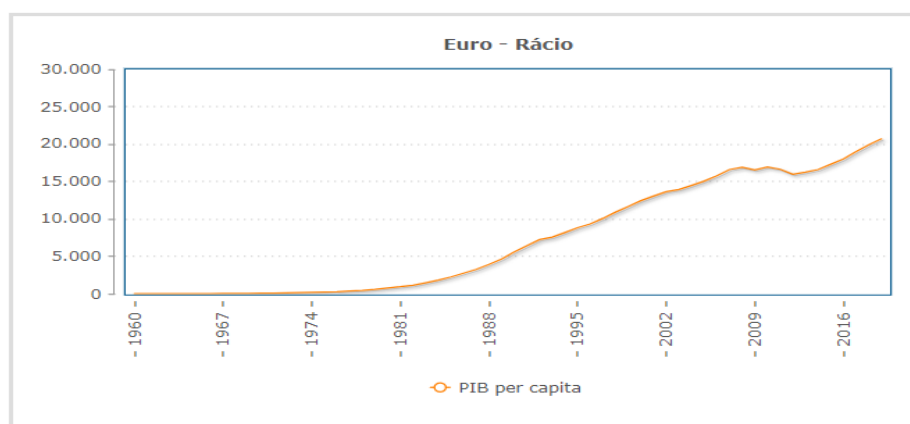
3.2.1 Indicadores económicos

O Produto Interno Bruto (PIB) variou ao longo das décadas, não só a partir do momento de adesão de Portugal à CEE, mas também nas décadas posteriores a 1986. Os efeitos práticos e económicos desta adesão só se começaram a refletir alguns anos depois. A taxa de crescimento real do PIB demonstra várias oscilações ao longo das últimas seis décadas, como é possível observar no gráfico 10.

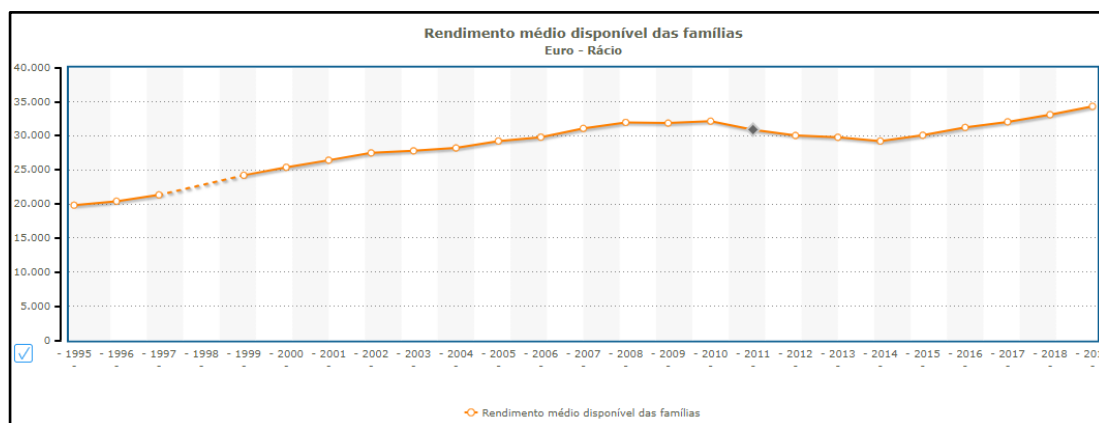
Gráfico 10: Taxa de crescimento real do PIB (Fonte: Pordata)



A quebra mais acentuada foi em 1975 e deve-se muito à Revolução de Abril, que, embora pacífica, culminou numa instabilidade política que afetou os mercados internacionais em relação a Portugal. Em 1986 este indicador tem uma subida exponencial, resultando na abertura do país aos mercados europeus e à livre circulação de bens, serviços e pessoas, estimulando a economia das empresas portuguesas. Segue-se uma breve análise do PIB *per capita* (gráfico 11), do qual a adesão às Comunidades Europeias pode ter refletido de forma substancial na produtividade nacional.

Gráfico 11: PIB per capita (riqueza produzida, em média, por pessoa) (Fonte: Pordata)

O crescimento da riqueza produzida, em média, por pessoa era praticamente zero, numa economia muito ligada à agricultura rudimentar e de subsistência. Tendência que se reverteu e passou a um aumento exponencial nos anos 80, com um regime democrático bem implementado, associado à adesão na CEE, refletindo numa produção mais desenvolvida e consistente em vários setores de atividade, nomeadamente na indústria e nos serviços. Com o crescimento da produção nacional e com uma economia estimulada quer no mercado interno, quer nos mercados externos era de esperar que o rendimento médio das famílias também fosse aumentar. Factualmente este crescimento tem vindo a aumentar progressivamente até 2010, após a crise económica de 2008.

Gráfico 12: Rendimento médio disponível por agregado familiar (Fonte: Pordata)

O Relatório Final da Economia e o Alargamento da União Europeia (2014: p 576) afirma que (...) o aumento do PIB da União Europeia em consequência do alargamento resulta num aumento do emprego e da atividade económica em geral nos diversos países. Este aumento do emprego e da atividade resulta num acréscimo do rendimento disponível das famílias.

Os efeitos práticos da adesão resultaram num balanço positivo a nível económico, com a conjugação de vários fatores que tornaram esta estatística uma realidade, (...) os principais

fatores que explicam estes resultados positivos foram: um grande crescimento do comércio externo; um rápido aumento do investimento estrangeiro; a utilização dos fundos estruturais comunitários. Todos estes fatores são diretamente relacionáveis com a adesão, pelo que se pode dizer que se trata, de facto, de efeitos da adesão (Amaral, 2006: p. 117).

3.2.2 Desenvolvimento das infraestruturas

No que diz respeito às infraestruturas de circulação, as ferroviárias e rodoviárias apresentaram uma evolução díspar uma da outra, fruto do forte investimento nas autoestradas e o pouco investimento nas linhas férreas e ligações ferroviárias (...) *em menos de quatro décadas, a rede de autoestradas passou de escassos 65 quilómetros, concentrados em três pequenos lanços em Lisboa e um no Porto, para 2759 quilómetros. A rede ferroviária evoluiu em sentido inverso: os 3595kms de linhas em exploração em 1973 encolheram para 2842kms. Mais do que a rede ferroviária, foi Portugal inteiro que encolheu: para ir de um ponto a outro do país demora-se hoje quase metade do tempo do que há 40 anos* (Lains, 2007: pp.35-36).

Nos mapas da figura 15 é possível ver a evolução das redes ferroviária e rodoviária (autoestradas) entre 1973 e 2011.

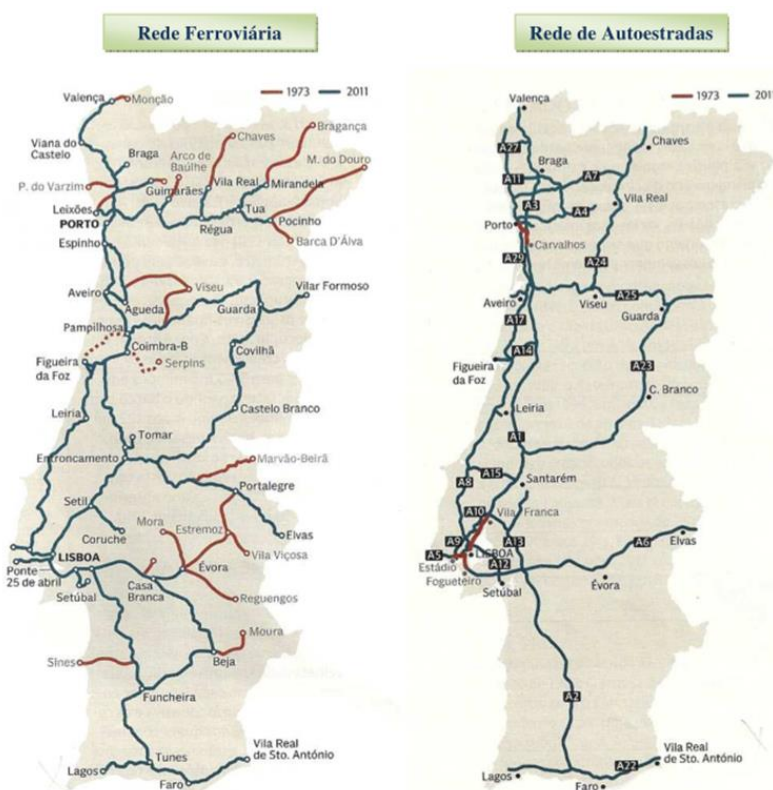


Fig. 15: Rede ferroviária e Autoestradas (1973-2011)

Fonte: Pinto, 2011: p.78. Acesso a 10/12/2020.

O desenvolvimento económico de Portugal após a adesão às Comunidades Europeias fez-se acompanhar de um desenvolvimento no que diz respeito às infraestruturas, especialmente das vias de comunicação ferroviárias e rodoviárias, marítimas, bem como as plataformas para aeronaves como os aeroportos. Sobretudo estas infraestruturas de circulação proporcionaram não só uma maior e melhor circulação de pessoas, bem como foram importantes para a circulação de bens e serviços, contribuindo diretamente para o padrão da balança comercial.

Com a adesão à CEE, os fundos comunitários foram novamente importantes para que se fosse investido nas infraestruturas e dinamizar o progresso socioeconómico dos Estados-membros, e no qual Sousa, J. Galiaú, S. & Fernandes, A. (2009: pp. 2627-2628) afirmam que *(...) os transportes e as acessibilidades desempenham um importante papel para a coesão económico-social e territorial, interna e externa, nomeadamente ao nível da União Europeia, facto que justificou a canalização de avultados investimentos para a expansão e beneficiação das infraestruturas e a reorganização dos serviços nas últimas décadas, apoiados sobretudo pelos fundos estruturais comunitários.*

Portugal contou com o investimento de Fundos comunitários como o FEDER⁶, INTERREG⁷, POAT⁸, entre outros, e que se revelaram cruciais para o desenvolvimento do país a partir da segunda metade da década de 1980.

Na tabela 2 constam alguns indicadores que podem comprovar a importância das infraestruturas para o desenvolvimento nacional, começando pelos investimentos em acessibilidades e transportes entre 1989 e 1993.

⁶ FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

⁷ INTERREG – conjunto de programas que visam estimular a cooperação intra e internacional dos países da União Europeia

⁸ POAT – Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes

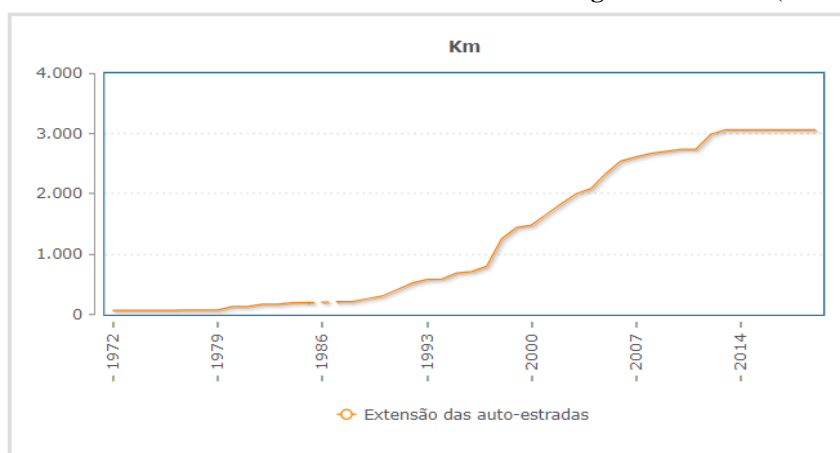
(Fonte: Sousa, J. Galiaú, S. & Fernandes, A. (2009) *A evolução das acessibilidades em Portugal e suas repercussões na Organização do Território* – 2º Congresso Lusófono de Ciência Regional, Cabo Verde.)

Tabela 2: Investimentos por fundos comunitários em Acessibilidades e Transportes 1989-1993

Fonte: Observatório do QCA III, 2005.

Transporte Rodoviário	61,4%
Transporte Ferroviário	33,2%
Transporte Marítimo	0,4%
Transporte Aéreo	5%

Segundo a tabela 2, mais de metade dos fundos comunitários destinados às infraestruturas foram para os transportes rodoviários, no qual as acessibilidades eram muito reduzidas e com poucas condições nas vias de circulação. Era ainda necessário investir em vias de circulação rápida de modo que os acessos fossem mais rápidos. O gráfico 13 retrata a quantidade de quilómetros de rodovias que foram construídos ao longo das últimas quatro décadas.

Gráfico 13: Extensão da rede de autoestradas em Portugal Continental (Fonte: Pordata)

A extensão de vias rápidas em Portugal era praticamente nula, porém esse panorama começou a mudar, e este indicador começou a crescer quase exponencialmente entre o final da década de 1980 e 2006, passando de 66 km de extensão para 2545 km. Estes valores estagnaram, ainda que com algum aumento em 2012, fixando-se nos 3065 km de extensão desde 2013 até à data de 2018.

As acessibilidades vieram aumentar consideravelmente, reduzindo a distância-tempo entre dois pontos de um trajeto, ainda que o interior Portugal e as regiões fronteiriças continuem

a enfrentar algumas assimetrias no que diz respeito às acessibilidades terrestres. A figura 16 representa as isócronas⁹ em Portugal Continental, relativamente às cidades de Lisboa e Porto.

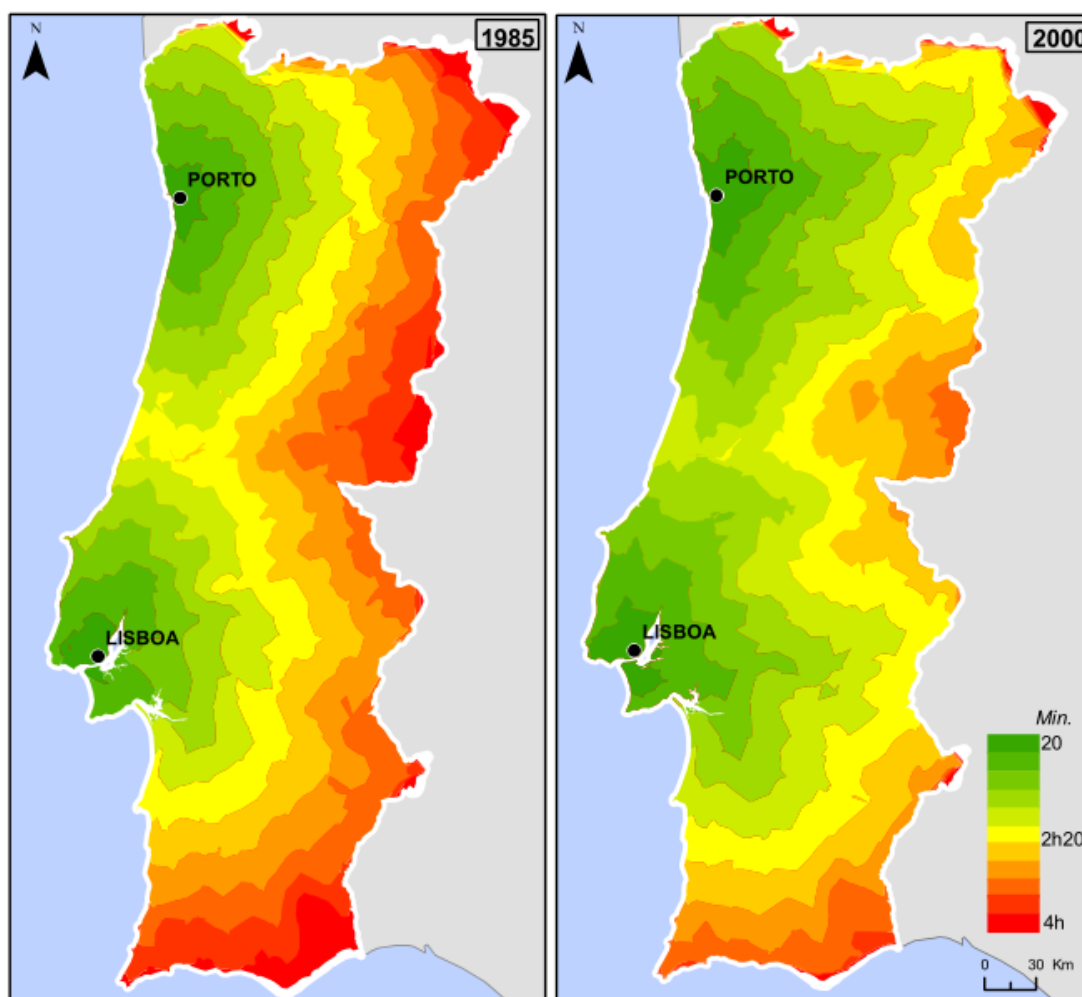


Fig. 16: Isócronas às cidades de Lisboa e Porto (1985-2000)

Fonte: Sousa, Galiaú & Fernandes (2009: p. 2637). Acesso a 09/12/2020

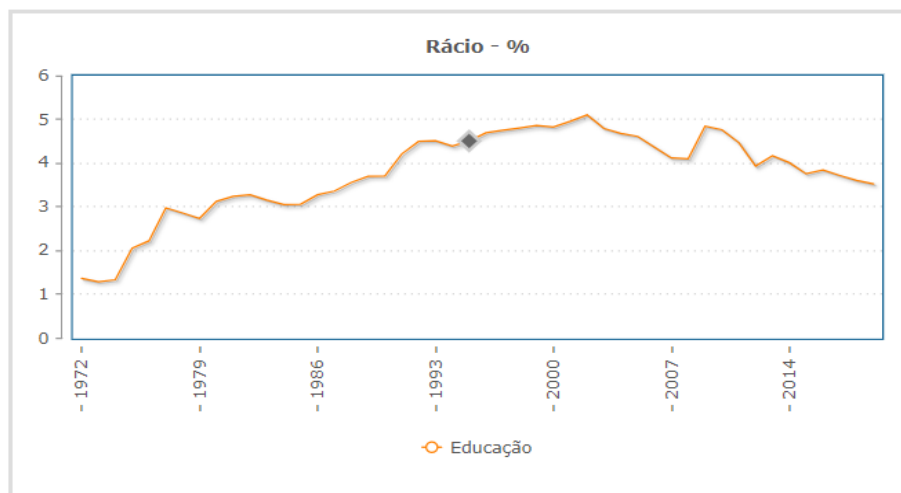
3.2.3 Indicadores sociodemográficos

As taxas de emprego e desemprego dependem muito da dinâmica do mercado de trabalho, mercado esse que se tornou cada vez mais diversificado e “exigente” à medida que o nível de escolarização da população portuguesa veio a aumentar. A qualificação da população ativa, nomeadamente com o ensino superior, tem sido uma aposta do Estado, ao melhorar as condições físicas e das infraestruturas de ensino, bem como proporcionar bolsas de estudo para o ensino

⁹ Isócronas – linhas num mapa que unem todos os pontos/lugares à mesma distância-tempo

superior. O gráfico 14 mostra as despesas do estado português na Educação desde 1972, em percentagem do PIB.

Gráfico 14: Despesas do Estado português na Educação, em % do PIB (Fonte: Pordata)



Após o “25 de Abril”, o Estado português inicia um forte investimento na educação para tentar reverter a taxa de analfabetismo em Portugal, que em 1970 se situava nos 25,6% da população. A crescente curva do investimento na Educação passou dos 3,3% do PIB em 1986 para os 5,1% em 2002. Com o eclodir da crise económica em 2008, as despesas do Estado neste setor foram diminuindo e ainda em 2019 era de apenas 3,5%.

As evoluções no ramo da educação foram bastante positivas, em vários indicadores e nos vários níveis de educação. Começando pelo ensino pré-escolar¹⁰ a progressão estatística é notória, no qual o investimento em estabelecimentos de ensino pré-escolar (quer sejam públicos ou privados) o que levou a um aumento da sua procura por parte das famílias portuguesas. Para melhor ilustrar estes indicadores, os gráficos 15 e 16 são alusivos, respetivamente, ao número de estabelecimentos pré-escolares (público e privado) e a taxa de pré-escolarização em Portugal, por idade.

¹⁰ A educação pré-escolar destina-se a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no Ensino Básico e de frequência facultativa. (Fonte: Situação da Educação: dados de referência -Relatório: 2010, p. 22)

Gráfico 15: Número de estabelecimentos de educação pré-escolar, privados e públicos. (Fonte: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação – Instituto Nacional de Estatística)

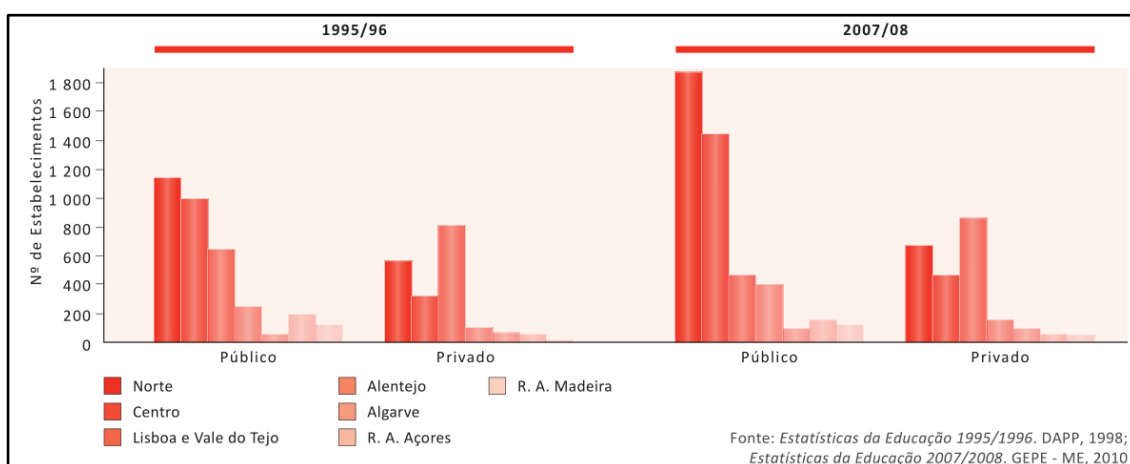
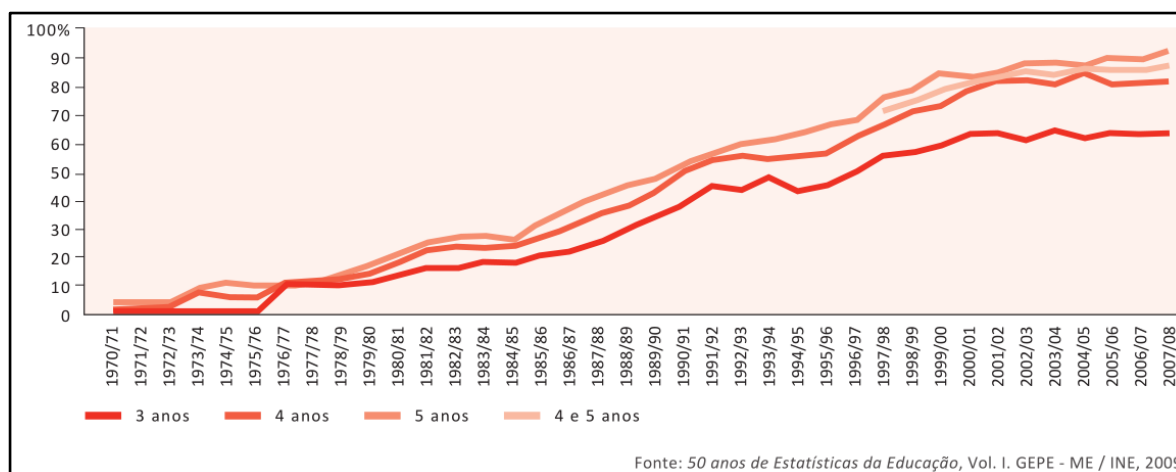


Gráfico 16: Taxa de pré-escolarização (%), por idade, em Portugal. (Fonte: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação – Instituto Nacional de Estatística)



Os sucessivos investimentos nas instalações escolares, neste caso no pré-escolares, levaram a um crescimento significativo da procura das famílias portuguesas por estas instalações. O crescimento mais significativo foi na natureza de estabelecimentos públicos, passando de quase 1200 em 1995/1996 para mais de 1800 em 2007/2008.

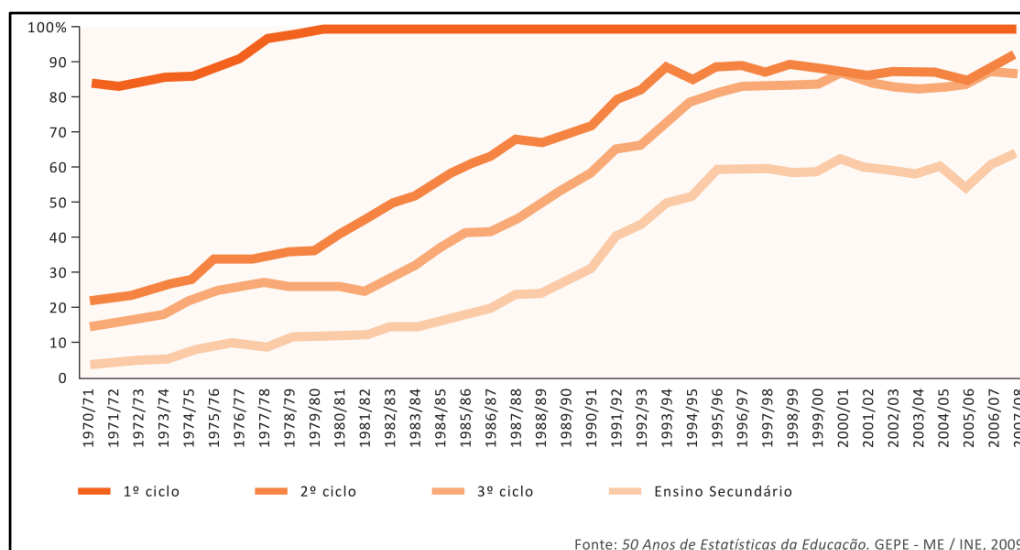
A taxa de pré-escolarização subiu de menos de 10% em 1970/71 para acima dos 80% em 2007/08, nas faixas etárias dos 4 aos 5 anos, no qual as crianças com 3 anos teve um crescimento para perto dos 70%, (...) a taxa de pré-escolarização tem vindo a crescer consistentemente desde a sua institucionalização, em finais de 1970, tendo-se registado na década de 1990 um novo

impulso para a expansão da rede, particularmente nos 3 e 4 anos de idade (Fonte: Situação da Educação: dados de referência -Relatório: 2010, p. 22).

Nos níveis de ensino seguintes (básico e secundário) a dinâmica estatística evolutiva destes indicadores foi díspar, especialmente no ensino secundário, no qual surgiram novas oportunidades como os cursos profissionais, na oferta pública.

Observa-se os dados relativos ao Ensino Básico e Ensino Secundário presentes no seguinte gráfico 17, onde se verifica um crescimento expressivo após a segunda metade da década de 1980, especialmente nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e no Ensino Secundário.

Gráfico 17: Taxa de escolarização (%), nos Ensinos Básico e Secundário (1970/71 a 2007/08)... (Fonte: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação – Instituto Nacional de Estatística)



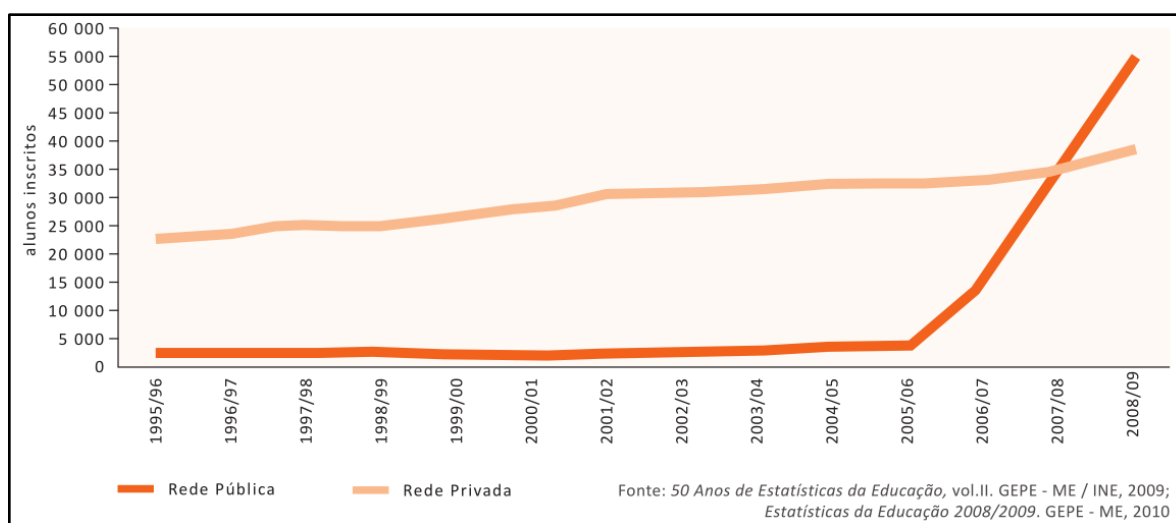
Fazendo uma breve análise, o 2º Ciclo do Ensino Secundário atingiu os 90% de escolarização em 2007/08 e o 3º Ciclo do Ensino Básico obteve a subida mais expressiva, chegando aos 86,8% no mesmo ano letivo referido. O Ensino Secundário passou de menos de 10% em 1970/71 para os 63,2% em 2007/2008, tendo sido também uma das subidas mais significativas da taxa de escolarização em Portugal.

A oferta de ensino, especialmente a pública, veio a ficar cada vez mais diversificada, com a implementação dos cursos profissionais no nível de ensino 3 (Ensino Secundário), (...) *no Ensino Secundário e no que se refere a modalidades de ensino “não regular”, a preferência vai para os cursos profissionais. Esta oferta deu os primeiros passos no final dos anos 1980,*

funcionando quase exclusivamente em Escolas Profissionais Privadas. A partir de 2004-05, os Cursos Profissionais de nível 3 sofreram um incremento muito significativo, graças à sua recente introdução em escolas secundárias (Fonte: Situação da Educação: dados de referência - Relatório: 2010, p. 36).

No gráfico 18 denota-se a forma exponencial de inscrições em Cursos Profissionais de nível 3 nos estabelecimentos públicos nacionais, entre os anos letivos de 1995/96 e 2008/09.

Gráfico 18: Número de alunos inscritos em cursos profissionais de nível 3. (Fonte: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação – Instituto Nacional de Estatística)



Para além do combate ao analfabetismo, a aposta da escolarização veio também para combater o abandono escolar precoce¹¹, fenómeno que condiciona imenso a inserção no mercado de trabalho, (...) *as consequências do abandono escolar precoce afetam as pessoas durante toda a sua vida e reduzem a possibilidade de participarem na vida social, cultural e económica da sociedade em que estão inseridas. Aumentam o risco individual de desemprego, pobreza e exclusão social, e repercutem-se nos rendimentos auferidos ao longo da carreira, no seu bem-estar, na sua saúde e na dos seus filhos. Reduzem também a possibilidade de sucesso escolar*

¹¹ O conceito de «abandono escolar precoce» abrange todas as formas de abandono da educação e formação antes da conclusão do ensino secundário ou nível equivalente do ensino e formação profissionais.

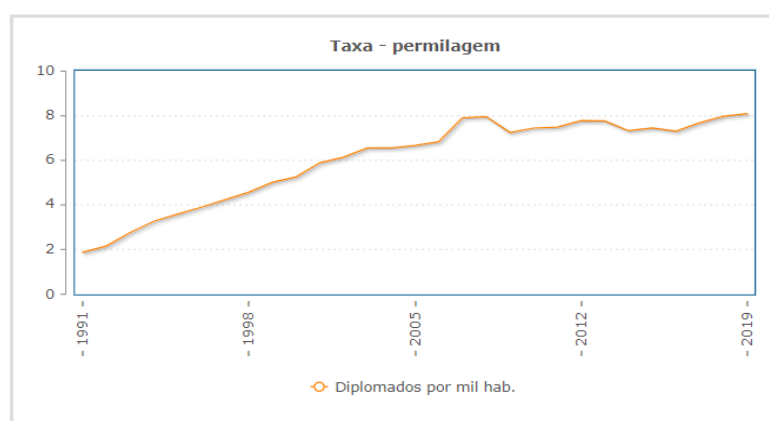
Fonte: Comissão Europeia: *Combater o Abandono Escolar Precoce: Um Contributo Essencial para a Estratégia «Europa 2020»*, COM (2011) 18 final – Bruxelas (2011, p.3)

dos seus filhos (Fonte: Comissão Europeia: Combater o Abandono Escolar Precoce: Um Contributo Essencial para a Estratégia «Europa 2020», 2011, p.3).

No final da primeira década do século XXI, a taxa de abandono escolar precoce na União Europeia era ainda preocupante, com cerca de 6 milhões de jovens (14,4% de todos os jovens entre os 18 e os 24 anos de idade). Como se não fosse já preocupante, os dados indicam que destes 6 milhões de jovens, 17,4% destes mesmos apenas concluíram o ensino primário.

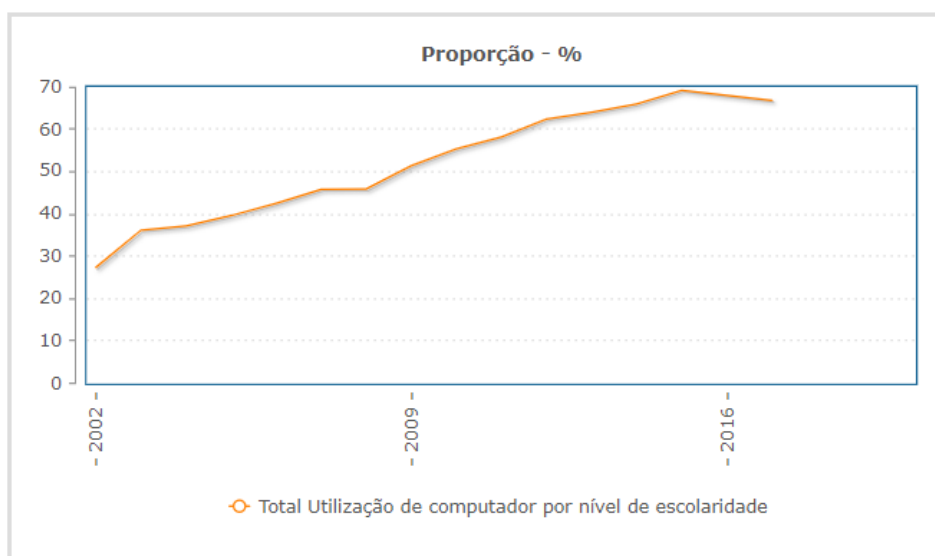
Em contrapartida, a quantidade de indivíduos com diploma de ensino superior tem vindo a aumentar quase linearmente desde o início da década de 1990, como demonstra o gráfico 19. Em 1991 a quantidade de diplomados no Ensino Superior era de apenas 1,9 por cada mil habitantes. Em 2019 a realidade é bem diferente, com números a rondar os 8,1%, demonstrando um aumento na formação académica.

Gráfico 19: Diplomados no Ensino Superior por mil habitantes (Fonte: Pordata)



Para finalizar a análise dos aspetos práticos da adesão de Portugal às Comunidades Europeias relativamente aos indicadores da educação, há mais um dado importante a analisar que é a percentagem de indivíduos com 16 anos ou mais que utilizam computador e internet (gráfico 20). Este dado permite fazer a correlação entre o sucessivo crescimento/melhoria na escolarização e a aptidão para as novas tecnologias, visto ser uma sociedade enraizada no processo da globalização e das telecomunicações.

Gráfico 20: Indivíduos com 16 e mais anos que utilizam computador e Internet em % do total de indivíduos e total de níveis de escolaridade (Fonte: Pordata)



Ao analisar este gráfico comprova-se que em 2002, 27,4% dos indivíduos com 16 ou mais anos (do total de níveis de escolaridade) possuíam computador e internet, valor que atingiu os 68,8% em 2019.

3.3) As fragilidades de Portugal no contexto da União Europeia

Portugal, já anteriormente à integração nas Comunidades Europeias, destacava várias fragilidades, nomeadamente a nível do desenvolvimento interno. A economia frágil e pouco desenvolvida para a interação com os mercados externos, a própria demografia, bem como as infraestruturas e a estrutura social, revelavam inúmeras preocupações. Felizmente, com a integração na CEE, Portugal foi capaz de dar resposta a muitos destes pontos frágeis graças ao investimento externo, que colocaram o país no panorama europeu, ainda que com muitas assimetrias comparativamente a outros Estados-membros, (...) *em resultado do aumento do investimento e das exportações que se seguiu à adesão de Portugal à Comunidade em 1986, o país atravessou, desde então, um período de crescimento que o aproximou dos padrões de desenvolvimento económico dos seus parceiros Europeus* (Pinto, 2011; p.75).

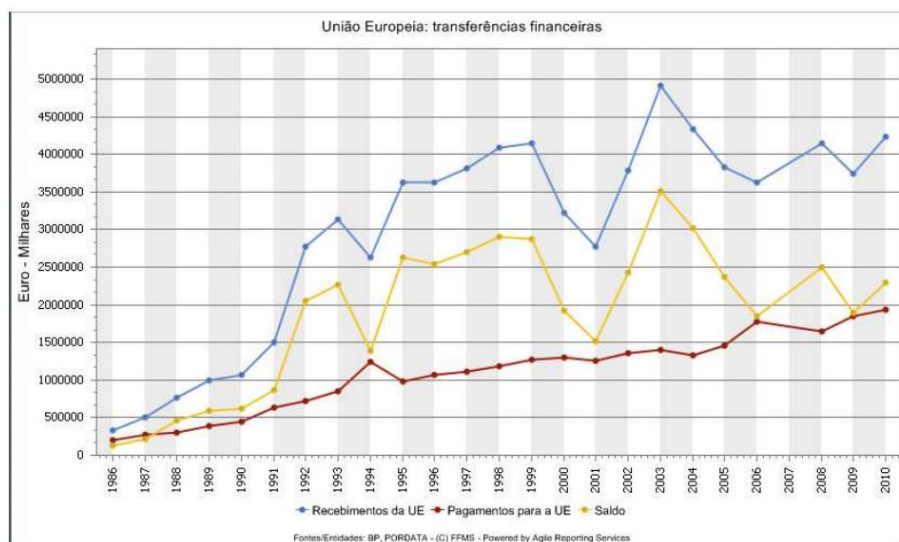
Apesar das sucessivas melhorias nas primeiras décadas após a adesão à CEE, Portugal via-se agora enraizado no contexto da UE, no qual teve de estar sujeito às políticas europeias,

acompanhando as oscilações económicas ocorridas no “velho continente”, em que Pinto (2011; p. 75) afirma que (...) *as contrapartidas económicas esperadas com a adesão de Portugal às Comunidades Europeias parecem ter sido parcialmente postas em causa a partir de meados da década de 90, esmorecendo o otimismo quase geral e vigente até então. As dificuldades de crescimento atuais da economia portuguesa começaram a esboçar-se por essa altura, conhecendo uma tendência progressiva para o seu agravamento.*

Portugal, para além de acartar as fragilidades do sistema económico europeu, enfrenta também as suas próprias fragilidades. Os indicadores económicos revelam um desequilíbrio na balança comercial portuguesa, em que as importações apresentam uma maior percentagem que as exportações. Uma vez que Portugal necessitou de transferências monetárias por parte da União Europeia, o défice nacional tem vindo a aumentar ao longo das últimas décadas, (...) *o lançamento de fundos estruturais aquando da adesão de Portugal e de Espanha com as consequentes transferências monetárias compensatórias, têm registado um decréscimo nos últimos anos. Paralelamente, o défice do Estado português tem vindo a aumentar e o problema da sua resolução, exigida pela União, parece tornar-se quase insolúvel apesar do alargamento dos prazos* (Pinto, 2011: p. 81).

Este dado relativo às transferências monetárias entre Portugal e a União Europeia é visível através do seguinte gráfico 21.

Gráfico 21: Transferências Financeiras entre Portugal e a UE (1986-2010) (Fonte: Pordata)



Uma outra fragilidade é o envelhecimento da população portuguesa, que apesar de ser uma realidade demográfica de grande parte dos países europeus, a taxa de envelhecimento em

Portugal é muito superior à da média europeia. Segundo os dados do Pordata, em Portugal, em cada 100 jovem existem 157 idosos (dados de 2020), correspondendo a uma taxa de envelhecimento de 157%, bem maior que a média da União Europeia, com 132%, em 2020. Este indicador não só é um fator negativa para a demografia portuguesa, no que diz respeito à renovação de gerações, como implica uma inevitável pressão sobre a segurança social, pois existem cada vez mais idosos para atribuir a suas pensões de reforma e cada vez menos população ativa a descontar para a segurança social. Este trata-se de uma profunda fragilidade socioeconómica que parte de um fator demográfico.

Uma outra condicionante que Portugal enfrentou e enfrenta é relativo às pescas e às quotas estabelecidas pela União Europeia. Com a adesão às Comunidades Europeias, Portugal viu-se obrigado a cumprir as TAC¹² estritamente estabelecidas pela UE. Esta política comum tornou-se uma enorme condicionante, dado que Portugal tem a terceira maior ZEE¹³ da União Europeia, apenas detém 4% das quotas de captura de pesca da Zona Euro, como demonstra a tabela 3.

Tabela 3: Capturas Totais por Estado-Membro, 2013. (Fonte: IPMA/INE)

ES	904 126	18,67%
DK	668 338	13,80%
UK	617 592	12,76%
FR	528 732	10,92%
NL	324 370	6,70%
IE	246 240	5,09%
DE	219 001	4,52%
PL	195 477	4,04%
PT	194 610	4,02%
SE	176 789	3,65%
IT	172 907	3,57%
FI	144 297	2,98%
LV	115 759	2,39%
HR	75 267	1,55%
LT	74 803	1,55%
EE	66 763	1,38%
EL	63 638	1,31%
BE	25 377	0,52%
BG	9 535	0,20%
HU	6 472	0,13%
CZ	3 761	0,08%
MT	2 355	0,05%
SK	1 986	0,04%
RO	1 617	0,03%
CY	1 166	0,02%
AT	350	0,01%
SI	232	0,005%
Total UE-28	4 841 560	100,00%

¹² TAC – Total Admissível de Captura (Fonte: INE)

¹³ ZEE – Zona Económica Exclusiva

A integração de Portugal nas Comunidades Europeias reverteu para que muitos fatores socioeconómicos apresentassem uma evolução positiva e contribuiu para uma melhoria na economia (que passou a ser mais exposta aos mercados externos), nas infraestruturas e no investimento na educação e na saúde, colocando Portugal no panorama das decisões europeias. Porém isso acartou algumas advertências, nomeadamente no setor económico, demográfico e até das pescas, que de certa forma se revelaram como fragilidades desta adesão à CEE/UE.

Contudo, Portugal não apenas se inseriu no espaço da Zona Euro, integrou-se também no Espaço Schengen, que permitiu a circulação de indivíduos, o que beneficiou o forte crescimento de visitas a Portugal, especialmente em regime de turismo.

Capítulo 4: Fronteiras Externas comuns na União Europeia

Desde o Tratado de Roma (1957) até aos dias de hoje, a União Europeia passou por diversos processos e sucessivos tratados que ambicionavam novos objetivos. Um deles foi, desde bem cedo, a circulação livre, quer de mercadorias e bens, quer de pessoas e cidadãos que pertenciam aos Estados-membros da União Europeia.

A livre circulação de pessoas entre países da UE era um objetivo já há muito aguardado, de forma a permitir a “permeabilidade” das fronteiras internas, salvaguardando sempre a liberdade, igualdade nos processos judiciais e políticas de segurança comum para todos os cidadãos dos Estados-membros que circulem na UE.

Este objetivo só foi alcançado com o Tratado da União Europeia (Maastricht, 1992), tal como refere Laureano & Rento (2014, p. 208) (...) *o Tratado da União Europeia estabelece que esta proporciona aos seus cidadãos um espaço de liberdade, segurança e justiça sem fronteiras internas, em que seja assegurada a livre circulação de pessoas, em conjugação com medidas adequadas em matéria de controlos na fronteira externa, de asilo e imigração, bem como de prevenção da criminalidade e combate ao terrorismo.*

Poucos anos depois, é assinado o Acordo Schengen (1985) na pequena localidade luxemburguesa que dá nome ao mesmo. Este acordo passaria a fazer parte do quadro institucional e jurídico do Acordo de Amesterdão (1997). Este passa a estabelecer o “Espaço Schengen”,

porém nem todos os Estados-membros da União Europeia fazem parte, (...) *se é certo que a larga maioria dos Estados-Membros da União Europeia pertence também ao “Espaço Schengen”, verdade é que existem exceções, contando-se nelas o Reino Unido e a Irlanda, Bulgária, Roménia, Chipre, Croácia e a Dinamarca (em regime próprio)* (Laureano & Rento, 2014, p. 209). O mapa da figura 17 permite uma melhor compreensão do Espaço Schengen.

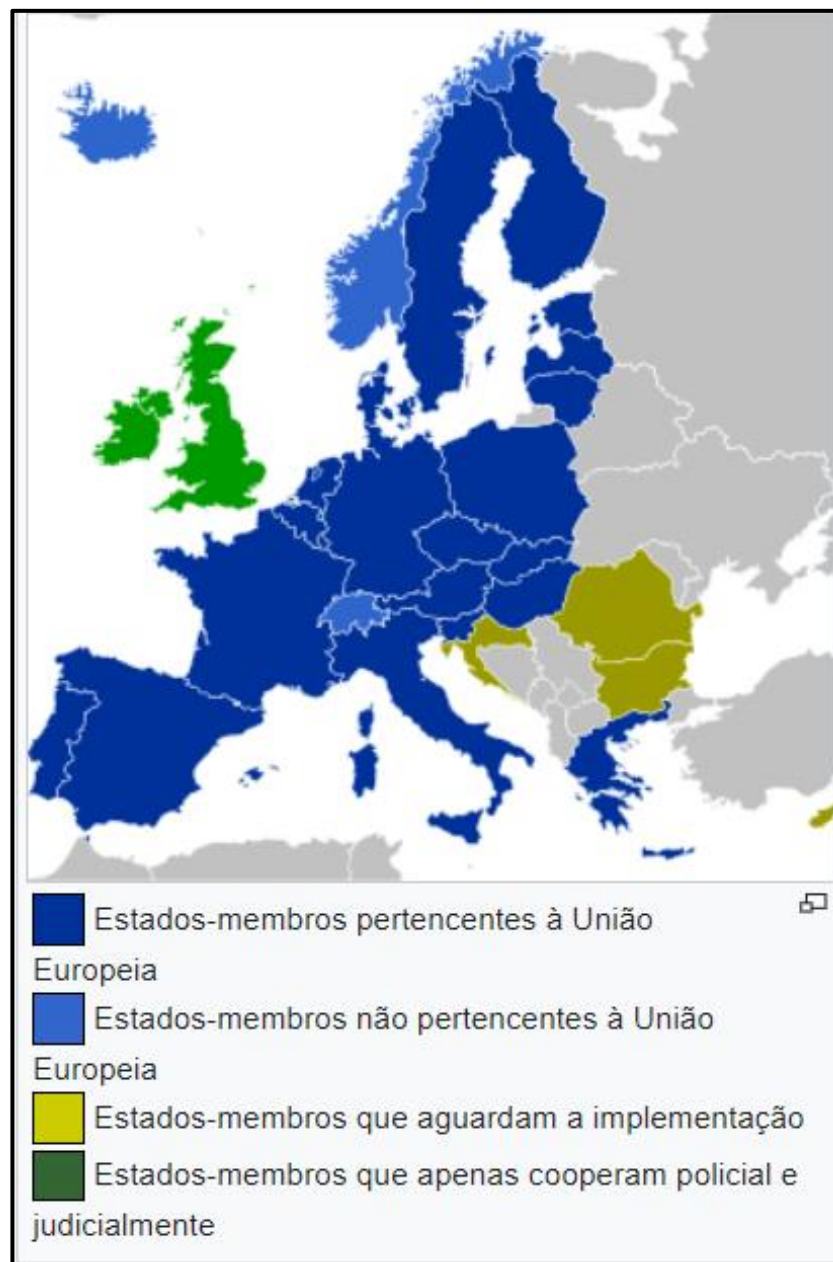


Fig. 17: Mapa do Espaço Schengen

Fonte: União Europeia em https://europa.eu/european-union/about-eu/countries_pt#header_countries_list, Acesso a 06/01/2021.

É importante não confundir o Espaço Schengen com a União Europeia, pois apesar de englobarem Estados-membros da UE, existem exceções no Espaço Schengen. Este, em termos de dimensões, atualmente possui aproximadamente 50.000 km de fronteiras, das quais 7.721 km são terrestres e 42.673 km dizem respeito a fronteiras marítimas (União Europeia, 2015: p.8).

As fronteiras externas da União Europeia e do Espaço Schengen são controladas de forma diferente das fronteiras internas, o que levou à criação de políticas comuns para as fronteiras externas, (...) *no ano seguinte à implementação do Tratado de Nice (2003), foi idealizada a criação de uma agência responsável pelo monitoramento, pela guarda e controle das fronteiras europeias: o Frontex¹⁴. Cabe destacar que a adesão ao Espaço Schengen traz consigo a necessidade de implementação de políticas comuns alusivas às fronteiras externas (vistos, asilo, trânsito, etc.)* (Ludwig, 2019: p. 184).

O Espaço Schengen foi construído para assegurar pilares basilares como a segurança, liberdade e justiça para quem circula dentro deste espaço, pilares esses que se tornam cada vez mais difíceis de se alicerçar. A segurança tem sido uma questão bastante debatida pela conjuntura europeia, nomeadamente a questão do terrorismo que tem vindo a assolar muitos Estados-membros no que diz respeito à segurança dos seus cidadãos, como expressa Laureano & Rentó (2014, p. 211) *justifica-se acentuar, neste momento e com uma forte ênfase, a basilar circunstância do que o difícil equilíbrio entre liberdade e segurança, implicando uma acurada gestão daqueles valores.*

Também no desenvolvimento de uma justiça comum, a criação do Espaço Schengen veio aproximar as nações europeias para uma cooperação nos processos jurídicos destinados aos cidadãos dos países aderentes ao Espaço Schengen (...) *o Tratado de Maastricht veio criar a área da cooperação na justiça e nos assuntos internos (área de mera cooperação intergovernamental), nela se englobando matérias como a política de vistos (títulos jurídicos para a entrada num território), as políticas de asilo e o incremento da cooperação policial entre Estados-Membros* (Laureano & Rentó, 2014: p. 211).

¹⁴ A Frontex surgiu em 2004, com o intuito de dar suporte aos Estados-membros da UE e do Espaço Schengen no que tange à administração de suas fronteiras externas, com base na resolução 2007/2004 do Conselho (Ludwig, 2019: p. 184).

A criação deste Espaço Schengen permitiu que muitos cidadãos pudessem transpor as fronteiras não só em termos laborais, como na procura de trabalho qualificado, mas também a crescente procura de intercâmbios de estudantes, e a maior facilidade de circular em regime de turismo, uma vez que não havia tantas barreiras burocráticas como pedidos de visto, passaporte, entre outros para a livre circulação entre Estados-membros.

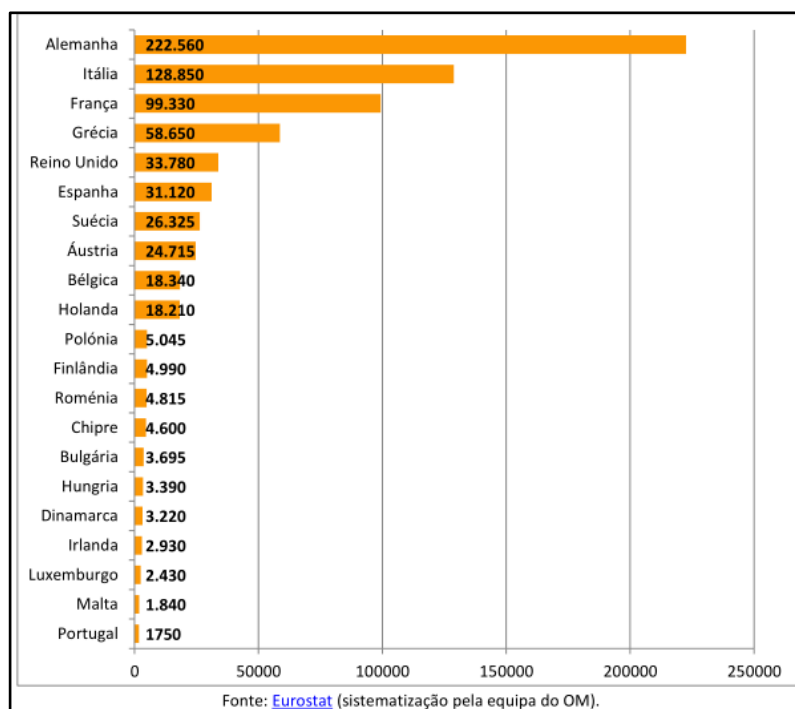
Nesta perspetiva da procura turística, todos os países que pertencem ao Espaço Schengen ficaram a beneficiar com uma dinâmica fronteiriça mais segura e ao mesmo tempo mais fácil em termos de acesso. Estes fatores reverteram para um crescimento significativo de visitas em contexto de turismo, onde este foi um grande motor impulsionador da economia portuguesa, contribuindo para cerca de 12% do PIB nacional (*Fonte: INE. Acesso: 04/01/2020*).

As políticas de segurança, justiça e de livre circulação tornaram o Espaço Schengen atrativo, especialmente para indivíduos que não pertencem à União Europeia e que são forçados a migrar por questões de conflito, de injustiça social, perseguição étnica/ racial, política ou religiosa, e até mesmo devido às mudanças climáticas. Nomeadamente os refugiados que procuram na Europa oportunidades e melhores condições de vida. As fronteiras externas do Espaço Schengen começaram a ser alvo de questões políticas relacionadas com a migração.

A estatística fala por si e nota-se alguns aspetos que o Espaço Schengen veio consagrar. Um deles são as políticas de asilo internacional, mesmo para com cidadãos de outros continentes que não o Europeu, (...) *nos últimos anos verifica-se um aumento expressivo do número dos requerentes de asilo na União Europeia. De 2008 para 2017 a UE28 passou de cerca de 200 mil requerentes de asilo para mais de 700 mil (+213%), observando-se, todavia, um decréscimo em 2017 face ao ano anterior, quando o número registado atingiu 1,2 milhões de requerentes de asilo* (Observatório das Migrações, Relatório de 2018; Alto Comissariado para as Migrações; p. 6). Alguns dados estatísticos são importantes para comprovar esta realidade.

Os dados da EUROSTAT refletem a política de acolhimento dos países europeus relativamente a indivíduos requerentes de asilo (gráfico 22).

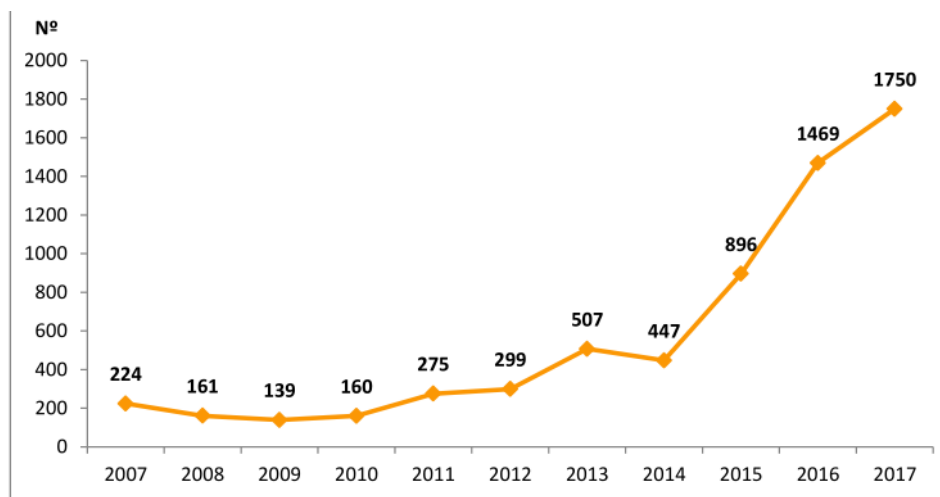
Gráfico 22: Requerentes de asilo, por principais países da União Europeia, em 2017



Segundo o Observatório das Migrações, Relatório de 2018; Alto Comissariado para as Migrações (p. 5): (...) os países da União Europeia (UE) com maior número de requerentes de asilo nesse ano foram: a Alemanha (222.560 requerentes), que absorveu 32% dos pedidos acolhidos na UE em 2017; a Itália (128.850, acolhendo 18% dos requerentes de asilo); a França (99.330, com 14% dos requerentes); a Grécia (58.650, com 8,3%) e o Reino Unido (33.780, com 4,8%). Neste ano, Portugal encontrava-se em 21º lugar no conjunto dos 28 países da UE, registando apenas 1.750 requerentes de asilo, representando 0,2% do total de pedidos acolhidos na UE em 2017.

O número de pedidos de asilo e de proteção internacional cresceu exponencialmente em toda a Europa, sobretudo desde o verão 2015, ano da “crise de refugiados”, no qual a Europa foi colocada à prova no que diz respeito às políticas das suas fronteiras externas. Portugal não foi exceção, e ao longo da última década os pedidos de proteção internacional cresceram substancialmente, como é possível ver no gráfico 23.

Gráfico 23: Pedidos de proteção internacional em Portugal, entre 2007 e 2017



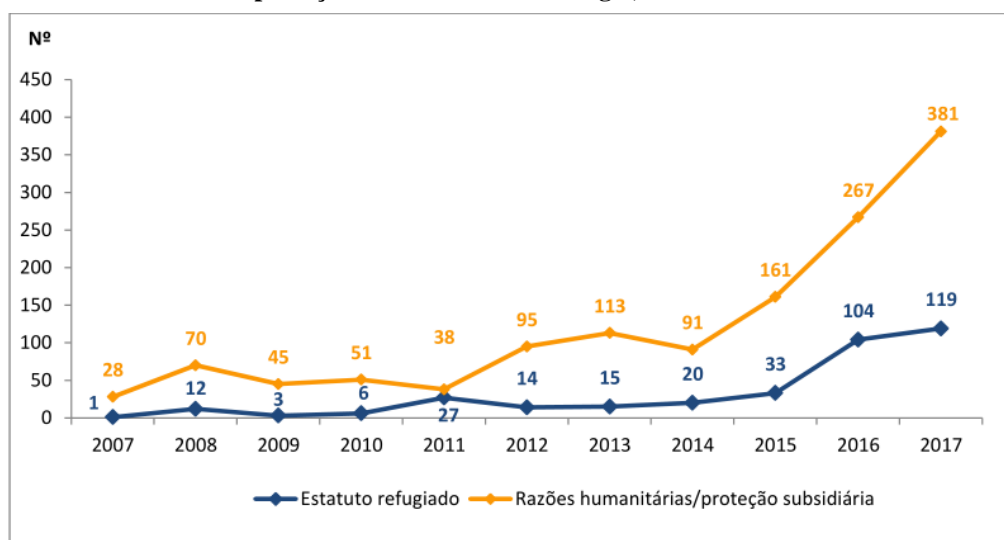
Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Sistematização pela equipa do OM.

No ano de 2017 foram contabilizados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras 1.750 pedidos de proteção internacional, que equivalem a um acréscimo de 19% face ao ano anterior, durante o qual foram apresentados 1.469 pedidos de asilo. Relativamente ao início desta década (em 2011), quando o número de pedidos perfazia 275, os pedidos de proteção internacional tornaram-se quase sete vezes mais. (Observatório das Migrações, Relatório de 2018; Alto Comissariado para as Migrações; p. 5).

Paralelamente, o crescimento de atribuição do estatuto de refugiado acompanhou o mesmo padrão, no qual (...) o estatuto de refugiado foi concedido a um total 354 pessoas em Portugal, nunca ultrapassando as 20 concessões por ano até 2015, quando foram concedidos 33 estatutos de refugiado em Portugal. O aumento expressivo da concessão do estatuto de refugiado ocorreu a partir de 2016, quando se registaram 104 concessões (+215% que em 2015), tendo o ano de 2017 registado 119 concessões (+14% que em 2016 e +340% que em 2011) (Observatório das Migrações, Relatório de 2018; Alto Comissariado para as Migrações; p. 17).

O gráfico 24 permite analisar os dados estatísticos para Portugal (entre 2007 e 2017) desta realidade migratória.

Gráfico 24: Concessão do estatuto de refugiado e de autorizações de residência por razões humanitárias ou proteção subsidiária em Portugal, entre 2007 e 2017



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Sistematização pela equipa do OM.

De acordo com o Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2017 do SEF, os 119 estatutos de refugiado atribuídos destinaram-se sobretudo a países africanos e asiáticos. As autorizações de residência por proteção subsidiária concedidas em 2017 foram concedidas “maioritariamente a nacionais de países asiáticos (278), europeus (42) e africanos (42).” (Observatório das Migrações, Relatório de 2018; Alto Comissariado para as Migrações; p. 5).

As fronteiras externas e a criação do Espaço Schengen foram um grande feito da construção da União Europeia, assegurando a proteção, justiça e liberdade de circulação para os cidadãos dos Estados-membros. Contudo, este Espaço Schengen tem sido exposto cada vez mais a delicados episódios de entreatajuda humanitária, nomeadamente à questão dos refugiados que procuram melhores condições de vida e de justiça no continente europeu, refletindo numa exigente gestão de esforços intergovernamentais e assim poder dar resposta a esta crise humanitária.

Capítulo 5: Estratégia Pedagógico-didática

5.1) O Jogo didático como estratégia de ensino: Enquadramento teórico

O processo de ensino aprendizagem tem sido cada vez mais exigente no que diz respeito a trazer novas estratégias didáticas e interativas para a sala de aula. Os avanços tecnológicos permitiram que novas formas multimédia ajudassem a expor conteúdos pedagógicos bem como proporcionar uma interação mais estimulante, quer por parte dos alunos quer por parte dos docentes. Varandas (2015: p.57) menciona o facto das (...) *escolas e os professores devem acompanhar estas mudanças, adequando os seus papéis às experiências de aprendizagem proporcionadas aos alunos e procurando implementar estratégias (...) para responder aos novos desafios tecnológicos e ao modo como a escola deve utilizar a tecnologia no desenvolvimento e reforço da qualidade das aprendizagens a realizar pelos alunos.*

O autor remete-nos ainda para a importância da introdução das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) em contexto de sala de aula, ao referir que (...) *o progresso das TIC, veio alterar os papéis dos atores educativos, influenciando os acontecimentos que decorrem nas salas de aulas resultantes do processo de ensino-aprendizagem* (Varandas, 2015; p.57).

Desde a introdução de conteúdos em imagem (*PowerPoint*), à visualização de conteúdos multimédia como vídeos, documentários, até mesmo à introdução de Sistemas de Informação Geográfica como o *Google Earth*, todas estas ferramentas tornaram-se excelentes instrumentos complementares para reforçar e enriquecer o processo de ensino-aprendizagem em Geografia. A interatividade, a atenção, participação e o gosto pela aprendizagem têm tido cada vez mais peso na lecionação, independentemente da unidade curricular. Neste sentido, os jogos didáticos afirmam-se ferramentas que ajudam a mobilizar conhecimentos e conteúdos de forma motivadora e interativa.

Para além do método expositivo, há a necessidade de estimular a participação e cooperação dos alunos no processo ensino aprendizagem, de forma a adquirir, mobilizar e aplicar os conteúdos programáticos, bem como valorizar valências relativas ao saber estar, empenho, entre outros.

O método expositivo por si só não permite ao aluno explorar todas as valências do processo ensino aprendizagem, como refere Pereira (2013: p. 21): *A exposição oral das ideias é talvez o método de ensino mais antigo e mais utilizado pelos professores. No entanto, têm surgido algumas críticas quanto a este método, pois fomenta a passividade dos estudantes, levando ao desinteresse e desatenção dos mesmos. A crítica mais severa apontada a este método de ensino tem a ver com o processo de aquisição dos conhecimentos. Ora este método “é uma espécie de depósito interno”, ou seja, o aluno é um mero recetor de informação. Todavia, o ensino deve ser realizado de uma forma motivadora e que estimule o interesse do aluno.*

As atividades lúdicas detêm um elevado potencial para se transformarem em estratégias didáticas que potenciam a interação entre os conteúdos pedagógicos e a realidade tecnológica que está presente no dia-a-dia dos alunos. Pereira (2013; p.21) faz referência à importância da introdução de atividades lúdicas, bem como os jogos didáticos como instrumento auxiliar ao processo ensino-aprendizagem: *Nos dias que correm, o aluno tem acesso a meios de comunicação muito diversificados o que torna a escola, por vezes, bastante mais desmotivadora pela forma como os conteúdos são ensinados na escola. Assim, o jogo pode ser considerado um auxiliar educativo e uma forma de motivar os alunos para a aprendizagem.*

Couto (2018; p.15) destaca a importância e relevância dos jogos didáticos no processo ensino aprendizagem, no qual sublinha que (...) *a utilização do jogo nas aulas pode ser um instrumento eficaz no que diz respeito ao ensino aprendizagem dos alunos, pois possibilita-lhes aprender de uma forma diferente e com alguma informalidade.*

A autora refere ainda que o jogo didático é uma forma diferente de colocar os alunos a aprender, fora da “rotina”, promovendo também o espírito de ajuda e trabalho colaborativo: *o jogo como ferramenta de ensino-aprendizagem, pode ajudar os alunos a aprender melhor, de uma forma diferente da rotina habitual da sala de aula e fomentando a maior cooperação entre eles. Trazer o lúdico para a sala de aula pode assim constituir uma motivação para aprender Geografia (Couto, 2018: p.15).*

Apesar do jogo didático proporcionar uma experiência de ensino mais apelativa e estimulante, esta estratégia didática deve acompanhar aquilo que são os objetivos pedagógicos e o processo de ensino aprendizagem: (...) *nesse prisma, não se deve considerar apenas como um divertimento ou um prazer. Deverá ser associado a uma atividade com determinados objetivos*

a atingir e um meio de aprendizagem. O jogo implica que haja esforço, trabalho, disciplina, originalidade e respeito entre “jogadores” (Pereira, 2013: p.21).

Muito para além do objetivo de ensinar conteúdos letivos, o jogo desenvolve nos alunos uma espécie de autodisciplina, que por sua vez ajuda no desenvolvimento cognitivo, mas também na construção da personalidade, como expressa Pereira (2013: p.21) *O jogo é uma forma “inteligente” de criar nos alunos uma autodisciplina e sentido de cumprimento das regras propostas. O respeito e empenho na atividade de jogo é inclusivamente, um exercício de cidadania porque também na sociedade em que vivemos, temos regras de conduta e leis que se não as cumprirmos, teremos de ser responsabilizados pelos nossos atos.*

Os jogos didáticos trabalham outras valências que os docentes devem ter em conta, tal como elenca Miranda (2001; p.64) (...) *com o jogo didático é possível alcançar vários objetivos como os relacionados com a cognição (desenvolvimento da inteligência e da personalidade); a afeição (desenvolvimento da sensibilidade e da estima); a socialização (simulação de vida em grupo); a motivação (envolvimento da ação, do desafio e mobilização da curiosidade) e a criatividade (capacidade de adaptar novas estratégias e recursos).*

A interação e participação dos alunos é um aspeto fundamental na dinâmica da aula, no qual se deve ter em conta os métodos e estratégias didáticas de forma a estimular a atenção, participação e a construção do conhecimento.

Miranda & Vieira (2019; p.3) realçam que (...) *para dinamização das aulas tem que haver um método que antes de qualquer coisa possa atrair o interesse dos estudantes envolvidos, pois desde que executada de maneira objetiva e planejada, essa atividade conduzirá a apropriação do saber. Ao promover aulas mais participativas o docente estará estimulando o desenvolvimento da criatividade, da curiosidade e, sobretudo, da capacidade de refletir criticamente.*

O jogo didático pode também ser uma forma de expor num contexto interativo o progresso ou evolução de eventos de origem geográfica. Relativamente ao tema deste relatório de estágio, que se foca no processo de construção da União Europeia, a visualização e o recurso do jogo com mapas interativos não só é vantajoso para a captação da atenção dos alunos, como também estimula o processo de mobilização de conhecimentos e ajuda o desenvolvimento da memória geográfica. Segundo Souza & Yokoo (2013; p.5) (...) *no ensino de Geografia as*

atividades lúdicas devem tratar de questões e fatores das mais diversas áreas como distribuição geográfica, mapas, localização territorial, ou seja [...] acontecimentos políticos que exerçam influencia sobre a população de um modo geral. O ambiente a ser recriado pelos jogos deve entrar em contato com determinado tipo de acontecimento ou processo, e as possíveis evoluções que a sociedade passou, fazendo com que o aluno possa acompanhar essas transformações.

Deste modo, o jogo didático proporciona o desenvolvimento de várias valências pedagógicas e de socialização, onde em alguns casos se destaca a cooperação e a partilha, estimula a atenção e participação, bem como promove a construção da memória geográfica e a capacidade de compreender e localizar, no espaço e no tempo, fenómenos e acontecimentos que dizem respeito à Geografia.

Várias podem ser as TIC que conjugam estratégias para estimular a atenção e empenho dos alunos, mas sem esquecer uma dinâmica interativa em que estes podem mobilizar conhecimentos. Um bom exemplo é o jogo/aplicação *Kahoot*.

Bottentuit Junior (2017) afirma que (...) *as tecnologias, se bem empregadas, podem ajudar o professor a atingir esses objetivos educacionais, pois permitem uma variedade de possibilidades, bem como oferecem aos alunos a oportunidade de ver e exercitar seus conhecimentos, sobretudo com o auxílio dos recursos multimídia (som, imagem, texto, vídeo, animação, etc.).*

O autor destaca ainda algumas vantagens da utilização desta ferramenta como o *Kahoot*, tais como o aumento da motivação, melhoria no raciocínio, melhoria da concentração nas aulas, trabalho colaborativo, bem como a exploração das TIC e Sistemas de Informação geográficos (SIG) em contexto de sala de aula e a avaliação da aprendizagem em tempo real.

São inúmeras as vantagens do jogo didático como estratégia de ensino, porém terá as suas limitações quando colocado em prática, aspeto esse que irá ser desenvolvido nos próximos subcapítulos.

5.2) Caracterização e procedimentos da estratégia didático-pedagógica

Antes de apresentar a caracterização e estrutura da estratégia didático-pedagógica, é importante descrever os momentos da aula para contextualizar em que parte foi inserido o jogo didático. A tabela 4 descreve cada momento da aula para melhor compreensão.

Tabela 4: Sequência dos momentos da aula (elaboração própria)

1º Momento	Verificação das presenças dos alunos;
2º Momento	Redação do sumário;
3º Momento	Explicar o que é a União Europeia, desde a sua formação aos seus sucessivos alargamentos;
4º Momento	Visualização de um vídeo sobre os diferentes símbolos da União Europeia;
5º Momento	Explicação dos vários símbolos alusivos à formação da UE;
6º Momento	Visualização de um vídeo referente aos marcos históricos e os sucessivos alargamentos até aos dias de hoje;
7º Momento	Consolidação de conteúdos alusivos às fases de construção da União Europeia;
8º Momento	Jogo de consolidação de conhecimentos recorrendo à plataforma <i>kahoot</i> .

A aplicação *kahoot* é uma plataforma de jogos e interação online que auxilia na aprendizagem e mobilização de conhecimentos de forma mais interativa e lúdica. É uma aplicação gratuita e bastante intuitiva no que diz respeito à sua utilização. Basta criar uma conta e começar a utilizar os jogos, como ferramenta de aprendizagens.

Uma das mais valias desta aplicação reside, não só na elaboração do próprio *kahoot*, mas também na partilha e acesso a outros já elaborados e disponibilizados por outros autores. Além disso, permite a adaptação e personalização consoante as necessidades de cada aula. Na aula observada, optei por criar o meu próprio *kahoot* “Liga da Europa” (figura 18), acerca do tema que ia lecionar.

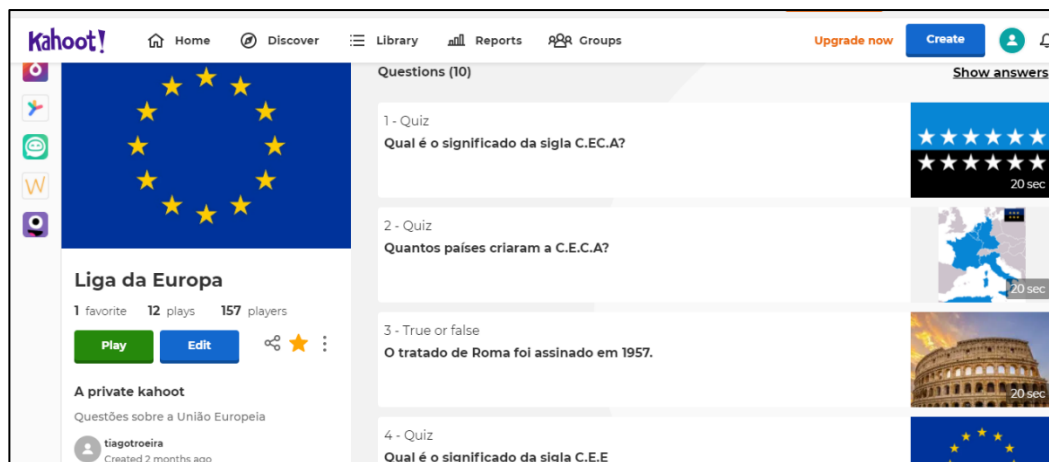


Fig. 18: Disposição inicial do jogo didático “Liga da Europa”

Após o *login* e acesso ao perfil pessoal, a criação do *kahoot* é bastante rápida e intuitiva, basta clicar em *Create* e começar a elaborá-lo de acordo com aquilo que se pretende para as aulas. Primeiramente atribui-se um título, de seguida cria-se as questões e as opções de resposta. Por parâmetros de formatação todas as opções de resposta estão incorretas, por isso é necessário assinalar a resposta correta, definir o tempo de resposta, e ainda é possível acrescentar a cada questão uma imagem ou um vídeo.

Não há limite de questões, basta clicar em *Add question*. Para terminar, clica-se em *Done* e o *kahoot* criado é guardado automaticamente na área pessoal. Antes de colocar este jogo didático em prática, deve-se ainda clicar em *Preview* para o testar, de modo a salvaguardar questões de pormenor que poderão suscitar dúvidas por parte dos alunos. Este processo permite uma visão dupla em simultâneo, a do ecrã do professor que é projetado na sala de aula e a do ecrã que aparece disponível para os alunos nos seus dispositivos.

Para poder utilizar a app basta ter um dispositivo com ligação a internet, no qual os alunos foram autorizados a aceder aos seus telemóveis e smartphones para a realização deste jogo didático.

Com o recurso à tabela 5 observa-se a sequência das etapas da execução do jogo didático como estratégia pedagógica.

Tabela 5: Etapas de execução do jogo como estratégia didático-pedagógica (elaboração própria)

Etapa 1	Selecionei o jogo “Liga da Europa” que foi previamente criado por mim;
Etapa 2	Escolhi o modo de jogo mais adequado (<i>modo clássico- aprendizagem individual</i>), tendo em conta a situação pandémica vivida e ao facto de a aula assistida ter sido efetuada a distância por via da aplicação Zoom;
Etapa 3	Para que os alunos pudessem participar, compartilhei o ecrã com o PIN do jogo;
Etapa 4	À medida que os alunos entravam no jogo, apareciam os seus nomes e era feita a contagem de jogadores/alunos;
Etapa 5	As perguntas eram disponibilizadas através da partilha de ecrã e nos próprios dispositivos de cada jogador;
Etapa 6	Após todos os alunos responderem a cada questão são apresentadas estatísticas com o resultado de cada pergunta e com a pontuação geral;
Etapa 7	No final de todas as questões, é apresentado o placar geral com o nome e pontuação de todos os alunos assim como é exposto um pódio dos vencedores, que é automaticamente gerado pela aplicação;
Etapa 8	No final do jogo, está disponível um relatório com o resultado das respostas e outras informações sobre o desempenho dos alunos, assim como a percentagem de acerto para cada pergunta, o que nos permite observar em que questões os alunos tiveram mais dificuldades e assim poder aplicar estratégias de remediação.

Remetendo para a sequência dos momentos da aula (tabela 4), é importante referir que esta estratégia didático-pedagógica foi utilizada no final da aula como *forma de consolidação de conteúdos* assim como um meio para avaliar, ainda de que forma subjetiva, se os alunos compreenderam os conhecimentos transmitidos ao longo da aula.

Deste modo, e recorrendo às questões no qual os alunos apresentaram mais dificuldades, cabe aos professores implementar estratégias de forma que os alunos possam consolidar melhor os conteúdos lecionados, neste caso, alusivos à construção da União Europeia, visto que as estratégias didáticas devem sempre servir como “ponte” entre os conteúdos a lecionar e os objetivos pedagógicos de cada unidade curricular.

5.3) Resultados da aplicação da estratégia didático-pedagógica na ótica da comunidade escolar

5.3.1) Resultados do inquérito realizado à comunidade docente escolar alusivo à utilização do jogo como estratégia didático-pedagógica

As estratégias didáticas são várias e diversificadas, sendo o jogo didático uma estratégia que deve ser adequada não só aos conteúdos programáticos, mas também ao “público-alvo”, que neste caso são os alunos. Antes de apresentar os resultados da estratégia didática e suas respetivas reflexões, achei por bem realizar um inquérito destinado à comunidade docente do Agrupamento de Escolas de Mira, alusivo à utilização do jogo didático com estratégia pedagógica. Assim, neste primeiro subcapítulo destinado aos resultados, irei analisar a estatística de algumas questões incorporadas no questionário.

As três primeiras questões (gráficos 25, 26 e 27) caracterizam o núcleo de docentes do Agrupamento de Escolas de Mira.

Gráfico 25: Caracterização dos docentes do Agrupamento de Escolas de Mira, por sexo. *Fonte: Agrupamento escolas de Mira*

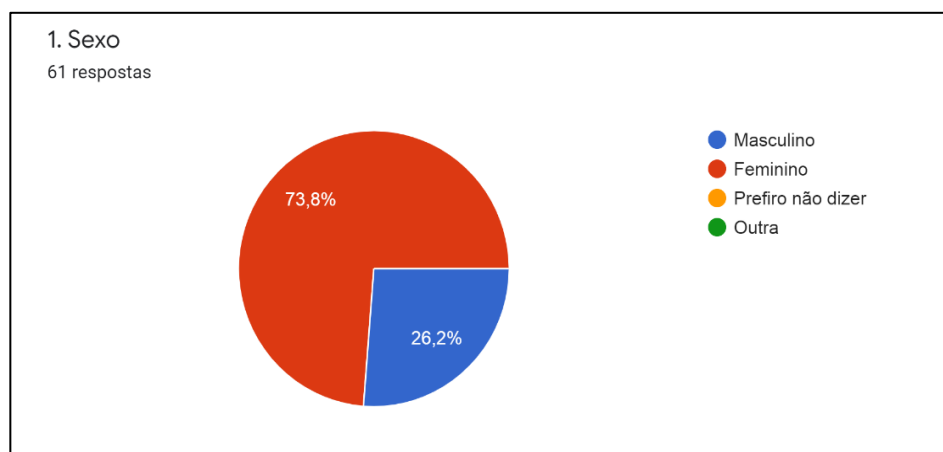


Gráfico 26: Caracterização dos docentes do Agrupamento de Escolas de Mira, por grupo disciplinar. *Fonte: Agrupamento escolas de Mira*

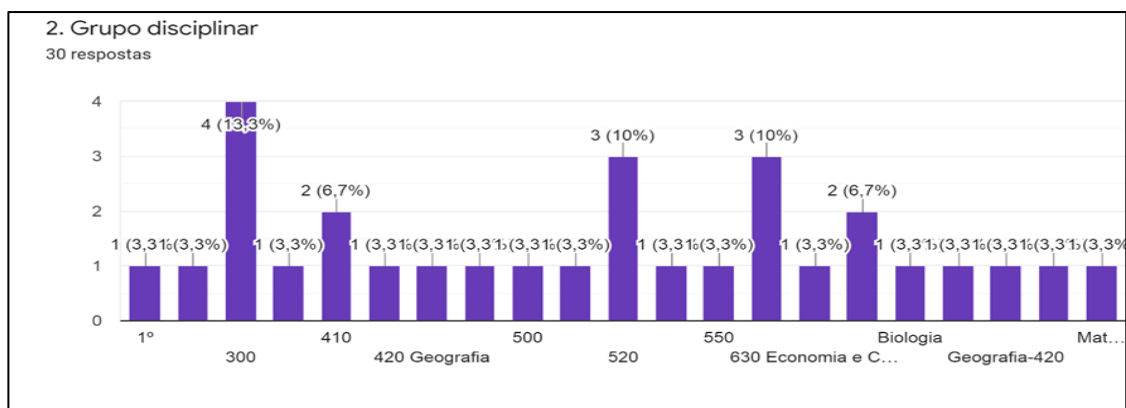


Gráfico 27: Caracterização dos docentes do Agrupamento de Escolas de Mira, por anos de serviço. *Fonte: Agrupamento escolas de Mira*



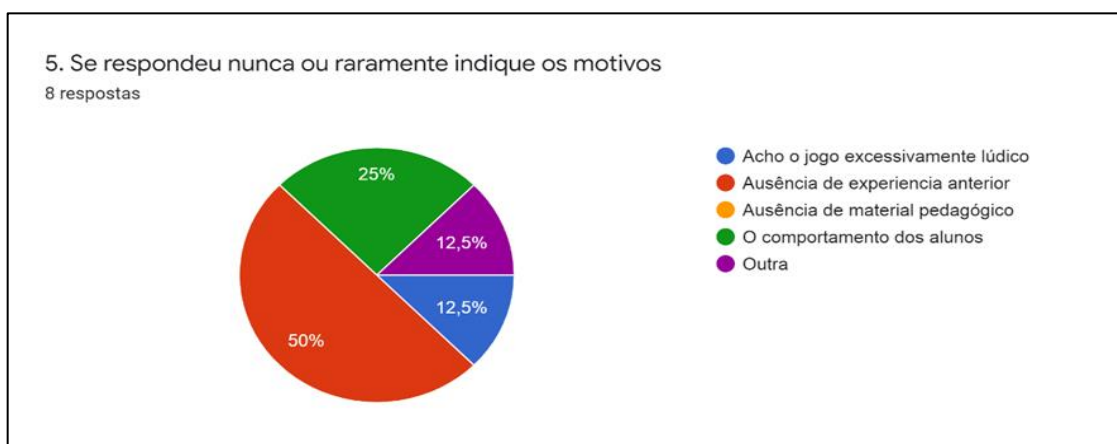
A partir destes três primeiros gráficos observa-se que quase 75% dos docentes que responderam a este inquérito são do sexo feminino, o que demonstra que a maioria dos docentes do Agrupamento de Escolas de Mira são do género feminino.

Um outro dado interessante a analisar é o tempo de serviço, no qual mais de 96% dos docentes colocados Agrupamento de Escolas de Mira trabalham há mais de 20 anos no ramo da educação, o que reflete a ausência de jovens professores neste Agrupamento de Escolas.

De seguida serão analisados os gráficos alusivos à utilização do jogo como estratégia didática, por parte da comunidade docente do Agrupamento de Escolas de Mira (gráficos 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35).

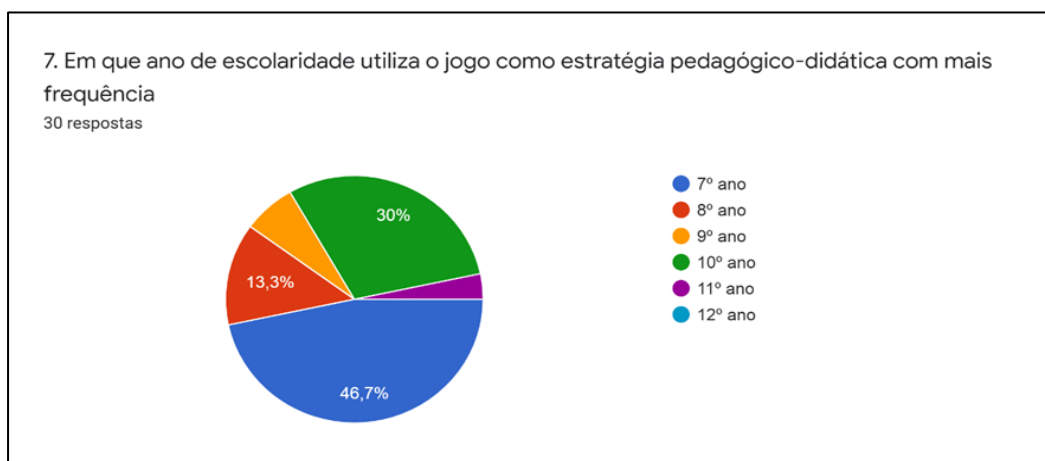
Gráfico 28: Frequência de utilização do jogo como estratégia didática. *Fonte: Agrupamento escolas de Mira*

De acordo com o gráfico 28 observa-se que apenas uma pequena percentagem de docentes do Agrupamento de Escolas de Mira utiliza o jogo como estratégia didática de forma frequente ou com muita frequência.

Gráfico 29: Motivos para pouca (nunca ou raramente) utilização do jogo como estratégia didática *Fonte: Agrupamento escolas de Mira*

Pela interpretação do gráfico 29 é possível elencar os motivos pelos quais ocorre pouca ou nenhuma utilização do jogo como estratégia didática. Metade dos docentes inquiridos aponta a “ausência de experiência anterior” com jogos didáticos motivo para a não implementação desta estratégia em sala de aula. Há que realçar que 25% dos docentes aponta o (mau) comportamento dos alunos como entrave ao recurso a estratégia didática.

Gráfico 30: Em que ano de escolaridade há a utilização do jogo como estratégia didática *Fonte: Agrupamento escolas de Mira*



O gráfico 30 permite concluir que os docentes utilizam o jogo como estratégia didática nos anos de escolaridade mais baixos, maioritariamente no 7º e 8º anos do Ensino Básico. Isto reflete que este género de interação mais lúdica é mais apropriado a idades mais jovens, de forma a transmitir os conteúdos de forma mais interativa.

Gráfico 31: Tipologia de jogos didáticos que os docentes mais utilizam *Fonte: Agrupamento escolas de Mira*

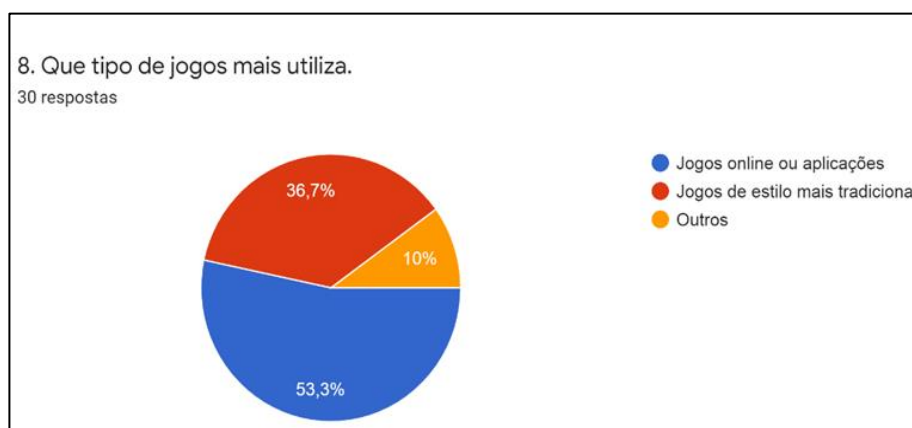
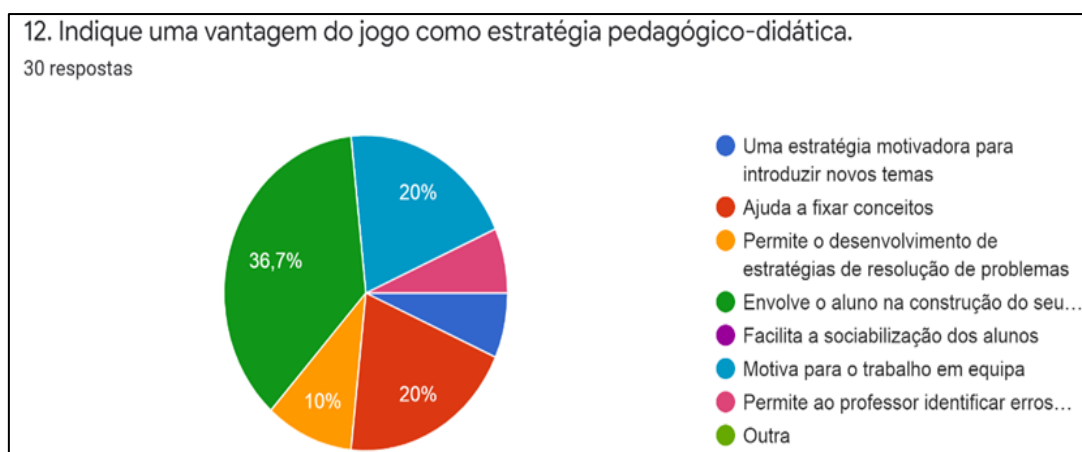


Gráfico 32: Aplicações digitais de jogos didáticos que os docentes mais utilizam. *Fonte: Agrupamento escolas de Mira*



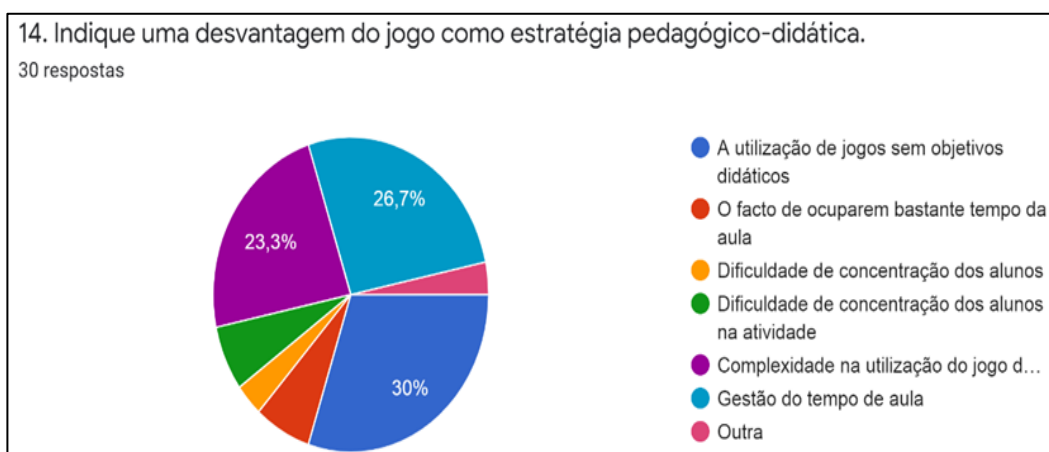
De acordo com os gráficos 31 e 32 é possível concluir que a maioria dos docentes do Agrupamento de Escolas de Mira utiliza jogos online ou aplicações digitais e, dentro destes jogos online, aquele que é o mais utilizado é precisamente o *kahoot*, o que demonstra uma certa familiarização com esta aplicação, por parte da comunidade docente.

Gráfico 33: Vantagens (apontadas pelos docentes) do jogo como estratégia didática Fonte: Agrupamento escolas de Mira



De acordo com os docentes inquiridos, mais de metade deles (56,7%) afirma que o jogo didático é uma estratégia que motiva os alunos na introdução de novos temas e conteúdos programáticos e envolve os alunos no processo de construção do seu conhecimento, bem como na construção da aula em si. Há docentes (20%) que realçam ainda o facto de que o jogo didático auxiliar na fixação de conceitos e conteúdos. Naturalmente que após o elencar de algumas vantagens é pertinente observar a outra face da moeda, e analisar algumas desvantagens do jogo como estratégia didática.

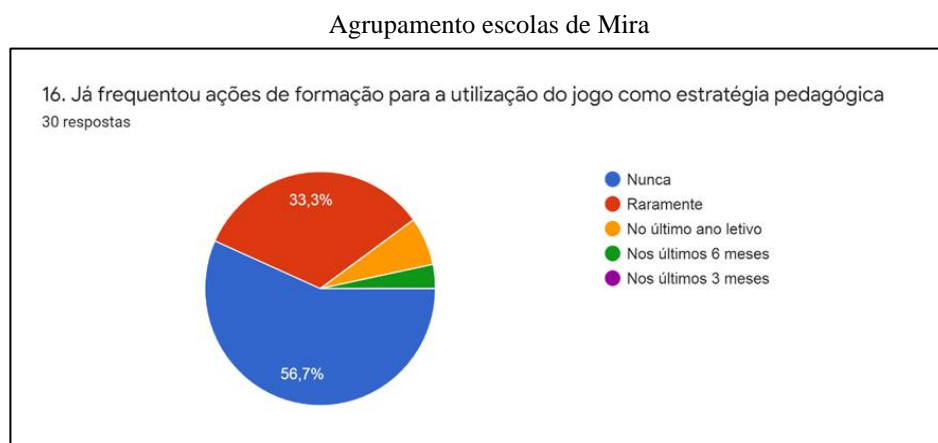
Gráfico 34: Desvantagens (apontadas pelos docentes) do jogo como estratégia didática Fonte: Agrupamento escolas de Mira



A maioria dos professores (80%) aponta como principais desvantagens da aplicação do jogo como estratégia didática a gestão do tempo em sala de aula, a complexidade na utilização do jogo didático e a utilização de jogos sem objetivos didáticos.

Para fazer face e colmatar as dificuldades encontradas na utilização do jogo didático, foi colocada a questão aos docentes se alguma vez frequentaram algum tipo de formação para utilização dos jogos didáticos, no qual os resultados estão presentes no gráfico 35.

Gráfico 35: Frequência com que os docentes já realizaram formação em jogos didáticos. Fonte:



Neste aspeto, mais de metade dos docentes (56,7%) inquiridos afirmam que nunca tiveram formação e apenas 10% tiveram formação neste contexto num período de tempo compreendido dos últimos 12 meses, o que reflete a falta de experiência na utilização do jogo com estratégia didática.

5.3.2) Resultados da aplicação da estratégia didático-pedagógica em contexto de sala de aula

Após a descrição e caracterização da estratégia didática deste trabalho há que averiguar os resultados da sua aplicação e verificar se o jogo foi ou não uma boa ferramenta utilizada em contexto de sala de aula. Antes de mais, é de salientar, que o comportamento dos alunos na aula observada foi, de modo geral, bom e todos demonstraram atenção e empenho durante todo o período da aula. Com a implementação do *kahoot* como jogo didático, é possível observar e analisar alguns dados estatísticos relativos às respostas dos alunos. Começando com a percentagem de acerto que foi, de certa forma, boa, com valores nos 75%, tal como observado na figura 19.

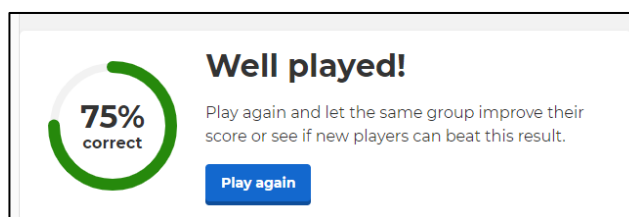


Fig. 19: Percentagem de acerto na realização do *kahoot* “Liga da Europa”. Fonte: Kahoot.

Partindo para uma análise mais detalhada dentro dos próprios questionários do jogo, é possível analisar que houve questões que suscitaram algumas dúvidas na maioria dos alunos da turma. A figura 20 demonstra a percentagem de acerto para cada questão.

Question	Type	Correct/incorrect
1 Qual é o significado da sigla C.E.C.A?	Quiz	88%
2 Quantos países criaram a C.E.C.A?	Quiz	56%
3 O tratado de Roma foi assinado em 1957.	True or false	94%
4 Qual é o significado da sigla C.E.E	Quiz	88%
5 Quais foram os países que aderiram à C.E.E em 1973?	Quiz	69%
6 Que país aderiu à C.E.E em 1981?	Quiz	94%
7 Portugal entrou para C.E.E em 1986.	True or false	94%
8 Quais foram os países que aderiram à U.E em 1995?	Quiz	31%
9 Quantos países aderiram a U.E em 2004?	Quiz	56%
10 Atualmente, quantos países fazem parte da U.E?	Quiz	81%

Fig. 20: Percentagem de acerto por cada questão do *kahoot* “Liga da Europa” (Fonte: Kahoot)

Analisando as questões 2 - “Quantos países criaram a CECA”; 8 – “Quais foram os países que aderiram à U.E. em 1995” e 9 – “Quantos países aderiram à U.E. em 2004?” é possível retirar algumas reflexões, no qual devo questionar se a parte expositiva alusiva aos processos de alargamento da UE foi bem explicada ou se houve algum fator relacionado com desatenção por parte da turma.

Contudo, e de modo geral, o jogo foi uma boa estratégia didático-pedagógica, que refletiu bons resultados de participação, empenho e motivação. Assim, afirmo que esta estratégia é uma boa ferramenta a implementar no contexto de sala de aula, quer seja num momento mais inicial da aula como introdução aos conteúdos, quer como momento final para consolidação dos mesmos.

Capítulo 6: Vantagens e desvantagens da aplicação do jogo didático com estratégia pedagógica

6.1) Vantagens da aplicação do jogo didático com estratégia pedagógica

Como já mencionado, o jogo didático pode trazer muitas vantagens no processo de ensino-aprendizagem e pode ser introduzido em vários momentos da aula. Para além de ser uma estratégia mais interativa, o jogo didático permite a cooperação e o trabalho em equipa por parte dos alunos, assim como estimula a motivação e ajuda na captação da atenção dos alunos para a atividade. No caso deste trabalho, o jogo didático foi uma ferramenta complementar que auxiliou no momento final da aula, pois permitiu consolidar os conteúdos e conhecimentos transmitidos ao longo da aula. O *kahoot* é uma aplicação muito útil para o professor, pois a partir da percentagem de acerto em cada questão, é possível identificar dificuldades por parte dos alunos e antecipar medidas e/ou outras estratégias didáticas com mais eficácia.

Uma vez que os jovens estão cada vez mais familiarizados com as novas tecnologias, é possível utilizar aplicações e estratégias interativas para estimular a sua atenção, cooperação e empenho dentro da sala de aula. Esta estratégia promove a capacidade de adaptação dos docentes, facilitando a capacidade de ajuste às evoluções sociais e tecnológicas das novas gerações.

6.2) Desvantagens da aplicação do jogo didático com estratégia pedagógica

Apesar de ser inúmeras as vantagens da utilização do jogo como estratégia didático-pedagógica, há que ter em conta também as suas desvantagens e condicionantes. Primeiramente, não se pode executar esta estratégia sem que ela esteja alicerçada em conteúdos programáticos, logo tem que haver sempre objetivos associados à sua aplicação.

Uma outra condicionante é o tempo de aula disponível para a aplicação da estratégia didática. Deste modo, é necessário um bom planeamento dos momentos da aula para que a estratégia seja bem inserida e bem executada de acordo com a limitação de tempo para cada aula. Uma outra condicionante é a destabilização da aula por parte dos alunos, no qual é necessário

gerir bem o comportamento coletivo e individual de modo a não proporcionar comportamentos desestabilizadores por parte dos alunos.

Por fim, uma outra condicionante é a complexidade do jogo/aplicação que vai ser utilizada em sala de aula, é crucial enquadrar a sua aplicabilidade com a capacidade de compreensão que é característico de cada turma.

Conclusão

Com a resolução deste relatório de estágio retira-se várias notas conclusivas relativas à componente científica deste trabalho, que abrange o processo de formação da União Europeia e, naturalmente, também a componente didática, no qual é feita uma caracterização, análise e reflexão alusiva ao jogo como estratégia didático-pedagógica implementada.

A caracterização da turma do 7ºX é importante para denotar direta e indiretamente a dinâmica dentro da mesma, o que facilita as estratégias didáticas a implementar e o acompanhamento mais adaptado a cada aluno. Ao longo do ano letivo 2020/2021, foram desenvolvidas diversas atividades extracurriculares que compuseram o Plano Anual de Atividades, o que demonstrou ser um leque de experiências enriquecedoras e que acrescentaram valor, responsabilidade e empenho para além da componente letiva.

Ao longo dos primeiros quatro capítulos, é abordada a componente científica, em que se pode verificar o processo de formação da União Europeia, resultante de um enorme esforço e vontade política para voltar a (re)unir as nações europeias após a Segunda Guerra Mundial. Uma vez que o continente europeu ficou dividido em dois blocos, a leste sob a “alçada” da URSS e a ocidente sob a grande influência dos Estados Unidos da América e as potências vencedoras.

Rapidamente houve uma necessidade de reerguer a Europa, quer em questões socioeconómicas, quer também em a nível de paz e segurança. Após a o Tratado de Paris, que deu origem à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, os Estados-membros fundadores iniciaram uma longa jornada de alargar esta instituição. Com os sucessivos alargamentos e tratados, a União Europeia conta hoje com 27 Estados-membros, e enfrenta desafios que colocam à prova a união desta instituição, como a saída do Reino Unido da União Europeia, as mudanças climáticas, assim como a questão dos refugiados.

Portugal também aderiu à Comunidade Económica Europeia, em 1986, adesão essa que se fez sentir de forma expressiva ao longo das últimas décadas. Ao verificar indicadores socioeconómicos, relacionados com as infraestruturas e economia interna e externa, conclui-se que foram inúmeras as vantagens desta adesão. Com melhorias na saúde, educação e formação, na terciarização da economia e desenvolvimento científico, Portugal tornou-se, nas primeiras décadas de adesão, um país europeu periférico, mas com grande atratividade, sobretudo no setor

do turismo. Porém nem tudo foram vantagens, pois esta adesão também acartou inúmeras dificuldades e desafios a Portugal. O envelhecimento da população portuguesa, infraestruturas pouco desenvolvidas, os sucessivos resgates financeiros, uma balança económica desequilibrada, levaram a que Portugal tivesse de olhar para estas questões não de forma individual, mas também procurar soluções na conjuntura coletiva da União Europeia.

Tentar transmitir estes conhecimentos e conceitos aos alunos do 7º ano do Ensino Básico pode ser desafiante. Igualmente desafiante é tentar captar a atenção e empenho por parte dos alunos, no qual o docente tem de estar cada vez mais contextualizado com a realidade em que os jovens vivem. Num mundo dominado pela globalização e pelos TIC, os professores devem dominar todos estes meios para utilizá-los a seu favor e incorporá-los em contexto de sala de aula.

Deste modo, a estratégia didático-pedagógica que foi utilizada neste trabalho foi o jogo, não de forma recreativa, mas sim de forma lúdica, de modo a transmitir conhecimentos e colocá-los em prática. Assim, com recurso ao jogo online *kahoot*, os alunos conseguiram aprender o processo de formação e alargamento da UE e, depois, colocar esses mesmos conhecimentos em prática com a resolução de um *quiz*. Esta estratégia teve resultados bastante bons e só mostra que é possível aproximar a realidade tecnológica que os alunos dominam para o contexto de sala de aula, de forma a estimular a atenção, participação e empenho dos alunos, ampliando também o leque de ferramentas e estratégias didáticas que os docentes devem ter.

Este relatório de estágio foi bastante exigente quanto à sua construção, o que espelha bem aquilo que foi um ano letivo em estágio pedagógico no Agrupamento de Escolas de Mira, que foi igualmente desafiante. Toda a experiência e lições adquiridas durante este ano letivo ajudaram a dar os primeiros passos neste que é o meu percurso como professor.

Referências bibliográficas

Amaral, J. (2006) O impacto económico da integração de Portugal na Europa. Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa, (Nº115 – 3ª Série: pp. 113-128)

Barros, C; Nossa, P; Fernandes, J. (2016) *Cuidados de Saúde em Populações Envelhecidas: oferta de cuidados continuados e paliativos na unidade de Mogadouro, Planalto Mirandês* – Portugal. (pp 161-176)

Cacho, C. (2012) *Principais Investimentos em infraestruturas portuárias em Portugal – um balanço da última década*; Associação dos Portos de Portugal, CCB, Lisboa.

Chaves, M. (2012) *As negociações de adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia -C.E.E. -1977/1985*. Tese de doutoramento, Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica de Lisboa, Lisboa.

Costa, O. (2017) *A União Europeia e sua política exterior (história, instituições e processo de tomada de decisão)* Fonte: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01590474> (Acesso a 24/11/2020)

Costa, I. (2017) *Reestruturação Da Europa pós-segunda guerra (1945 a 1968): um estudo as causas e consequências geopolíticas económicas do sistema mundial*. Universidade Federal do Rio Grande, Brasil.

Costa, O. V. C. D. (2011). *O Jogo didático como estratégia de aprendizagem* (dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa).

Couto, C. T. N. (2018). *O jogo como estratégia de ensino e aprendizagem em Geografia no 7.º ano de escolaridade*.

Cunha, A. (2004) *A Política Agrícola Comum na Era da Globalização*. Coimbra: Almedina, 2004, (p. 13).

Cunha, L. (2004). *Europa: Diversidade Paisagística e Fronteiras Naturais em Desenvolvimento*. In M. Ribeiro, *Ideias de Europa: que fronteiras?* (pp.29-34). Coimbra: Quarteto.

Faria, L. L. (1992). *Unidade e diversidade: a cultura europeia e as línguas da Comunidade*. *Análise Social*. Vol. XXVII, (pp. 985-994).

Farias, S. M. G. R. I. (2015). *O Jogo: Estratégia de Ensino e de Aprendizagem em Português e Espanhol* (dissertação de doutoramento)

Fernanda Pinto (2011) *A integração de Portugal nas Comunidades Europeias* – Dissertação de mestrado; Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra

Ferraz, T. A. P. (2020). *As vias alternativas da pedagogia da gamificação nos 1.º e 2.º CEB*; (dissertação de doutoramento).

Fontaine, P. (2010) *A Europa em 12 lições*. Direção Geral da Comunicação da Comissão Europeia, Bruxelas. Fonte: <http://www.ec.europa.eu/publications> (Acesso a 24/11/2020).

Fulbrook, M. (2009). *História da Europa Oxford: A Europa desde 1945*. Porto: Fio da Palavra.

Junior, B. (2017). *O aplicativo Kahoot na educação: Verificando os conhecimentos dos alunos em tempo real*; Universidade do Minho

Junior, J. B. B. (2017). *O aplicativo Kahoot na educação: verificando os conhecimentos dos alunos em tempo real*. In Livro de atas X Conferência Internacional de TIC na Educação– Challenges (pp. 1587-1602).

Manual de Geografia “Fazer Geografia 3.0”; Porto Editora.

Marques, L. (2019) *Portugal 2020: Contexto histórico-político e análises aos resultados obtidos no período 2014-2020 em Portugal*. Dissertação de Mestrado -Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Martins da Silva, A. (2010) *História Da União Europeia*. Universidade de Coimbra, Coimbra (p.374)

Miranda, S. (2001) *No Fascínio do jogo, a alegria de aprender*; (pp. 64-66)

Nunes, A. (2017) *Crise da Europa, Crise da Democracia*. Universidade de Brasília

Oliveira, J.M. (2001) *Geografia da União Europeia*. Cadernos de Geografia do Instituto de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra, Coimbra

Oliveira, J. A; Souza, G.A. (2016) *Geografia da Saúde: ambientes e sujeitos sociais no mundo globalizado*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas. Brasil

Varandas, J. (2015) *Descobrir a Europa com a Geografia. Um desafio à participação ativa dos alunos*. Dissertação de Mestrado – Universidade de Lisboa, Lisboa.

Ourique, D. (2014) *A União Europeia em Portugal: Limitações comunicacionais de uma instituição representativa*. Relatório de Estágio – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Pedro Lains, (2007) *Os Caminhos da Integração: da autarcia à Europa do Euro, Em Nome da Europa – Portugal em Mudança (1986-2006)*, Estoril, Principia Editores, (pp. 35 e 36)

Pérez-Bustamante, R., & Colso, J. M. U. (2004). *História da União Europeia*. Coimbra: Coimbra Editora.

- Pereira, A. L. L. (2013). *A Utilização do Jogo como recurso de motivação e aprendizagem*.
- Pereira, S. F. C. (2018). *O jogo como estratégia para o desenvolvimento de competências histórico-geográficas no 2º ciclo do Ensino Básico* (dissertação de doutoramento).
- Silva, A. M. (2010) *História da Unificação Europeia: A Integração Comunitária (1945-2010)*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Soares, A. (2009) *O Tratado de Roma: a “reliquia” da construção europeia*. Gabinete de História Económica e Social, Lisboa.
- Sousa, F. (2000) *Portugal e a União Europeia* – Revista Brasileira de Política Internacional: vol. 43 no.2 Brasília, Brasil
- Sousa, I. & Yokoo, S. (2013) *Jogo lúdico no ensino de geografia*. In O Método Científico, EPCT VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica.
- Sousa, J. Galiau, S. & Fernandes, A. (2009) *A evolução das acessibilidades em Portugal e suas repercussões na Organização do Território* – 2º Congresso Lusófono de Ciência Regional, Cabo Verde.
- Sousa, S. (2000) *O Alargamento da União Europeia aos Países da Europa Central e Oriental (PECO): Um Desafio para a Política Regional Comunitária*; (adaptado) Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra
- Squeff, T. (2016) *O desenvolvimento da política agrícola comum da União Europeia*. Revista de Direito Internacional, Brasília, v. 13, n. 3 (pp. 374-389)
- Varandas, J. M. D. S. (2015). *Descobrir a Europa com a geografia: um desafio à participação ativa dos alunos* (dissertação de doutoramento).
- Verri, J; Endlich, A. (2009). *A utilização de jogos aplicados no ensino de geografia*. Revista Percurso - NEMO Maringá, v. 1, n. 1, p. 65-83

Documentos oficiais:

Relatório final das Infraestruturas aeroportuárias financiadas pela União Europeia (2014); Tribunal de Contas Europeu (consultado a 02/01/2021)

A Economia portuguesa e o alargamento da União Europeia (2004), Relatório Final. (consultado a 23/12/2020)

Situação da Educação: dados de referência -Relatório (2010)

Comissão Europeia (2011) *Combater o Abandono Escolar Precoce: Um Contributo Essencial para a Estratégia «Europa 2020»*, COM (2011) 18 final – Bruxelas

Política Comum das Pescas (2016) Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia

ANEXOS

Anexo 1: Planificação de longo prazo



Disciplina-Geografia
Ano Escolaridade:7º

Planificação anual
2020/2021

Domínios	AE: CONHECIMENTOS, CAPACIDADES E ATITUDES	DESCRIPTORIOS DO PERFIL DOS ALUNOS	Tópicos de Conteúdo
Localizar e compreender os lugares e as regiões	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar esboços da paisagem descrevendo os seus elementos essenciais. Situar exemplos de paisagens no respetivo território a diferentes escalas geográficas, ilustrando com diversos tipos de imagens. Descrever a localização relativa de um lugar, em diferentes formas de representação da superfície terrestre, utilizando a rosa dos ventos. Descrever a localização absoluta de um lugar, usando o sistema de coordenadas geográficas (latitude, longitude), em mapas de pequena escala com um sistema de projeção cilíndrica. Distinguir mapas de grande escala de mapas de pequena escala, quanto à dimensão e ao pormenor da área representada. Calcular a distância real entre dois lugares, em itinerários definidos, utilizando a escala de um mapa Aplicar as Tecnologias de Informação Geográfica, para localizar, descrever e compreender os lugares. 	<p>A-Linguagem e textos</p> <p>B-Informação e comunicação</p> <p>C-Raciocínio e resolução de problemas</p> <p>F-Desenvolvimento pessoal e autonomia</p> <p>G-Bem estar, saúde e ambiente</p> <p>I-Saber científico e tecnológico</p>	<p>A TERRA: ESTUDOS E REPRESENTAÇÕES</p> <p>-A descrição da paisagem</p> <p>-Os mapas como forma de representar a superfície terrestre</p> <p>-Escala e cálculo de distâncias</p> <p>-A localização relativa</p> <p>-A localização absoluta</p> <p>-Os países do mundo</p>
Problematizar e debater as inter-relações entre fenómenos e espaços geográficos	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer diferentes formas de representação do mundo de acordo com a posição geográfica dos continentes e com os espaços de vivência dos povos, utilizando diversas projeções cartográficas (em suporte papel ou digital). Reconhecer as características que conferem identidade a um lugar (o bairro, a região e o país onde vive), comparando diferentes formas de representação desses lugares. Inferir sobre a distorção do território cartografado em mapas com diferentes sistemas de projeção. Discutir os aspetos mais significativos da inserção de Portugal na União Europeia. 		



Disciplina-Geografia
Ano Escolaridade:7º

Planificação anual
2020/2021

Domínios	AE: CONHECIMENTOS, CAPACIDADES E ATITUDES	DESCRIPTORIOS DO PERFIL DOS ALUNOS	Tópicos de Conteúdo
Comunicar e participar	<ul style="list-style-type: none"> Selecionar as formas de representação da superfície terrestre, tendo em conta a heterogeneidade de situações e acontecimentos observáveis a partir de diferentes territórios 	<p>A-Linguagem e textos</p>	<p>O MEIO NATURAL</p>
Localizar e compreender os lugares e as regiões	<ul style="list-style-type: none"> Distinguir clima e estado do tempo. Reconhecer a zonalidade dos climas e biomas, utilizando representações cartográficas. 	<p>B-Informação e comunicação</p> <p>C-Raciocínio e resolução de problemas</p>	<p>Climas e formações vegetais (biomas):</p> <p>-Estado do tempo e clima (conceito e elementos climáticos).</p>
Problematizar e debater as inter-relações entre fenómenos e espaços geográficos	<ul style="list-style-type: none"> Descrever impactes da ação humana na alteração e ou degradação de ambientes biogeográficos, a partir de exemplos concretos e apoiados em fontes fidedignas. Identificar exemplos de impactes da ação humana no território, apoiados em fontes fidedignas. Reconhecer a necessidade da cooperação internacional na gestão de recursos naturais, exemplificando com casos concretos, a diferentes escalas. 	<p>F-Desenvolvimento pessoal e autonomia</p> <p>G-Bem estar, saúde e ambiente</p>	<p>- Zonas climáticas e seus biomas</p>
Comunicar e participar	<ul style="list-style-type: none"> Relatar situações concretas de complementaridade e interdependência entre regiões, países ou lugares na gestão de recursos hídricos 	<p>I-Saber científico e tecnológico</p>	<p>-Impactes da ação humana na alteração e ou degradação de ambientes biogeográficos</p>

Recursos materiais	
Recursos digitais (e-manual, PowerPoint, Escola virtual / outros recursos), Biblioteca escolar, Manual adotado e Dossier do aluno.	
AVALIAÇÃO	
Modalidades de Avaliação	Instrumentos de Avaliação
Diagnóstica, Formativa, Sumativa Auto e heteroavaliação.	Instrumentos de avaliação diversificados (grelhas de observação, listas de verificação, questões de aula, apresentações orais, fichas de avaliação, trabalhos individuais e de grupo...)

Calendarização: 1º período – 42 aulas

2º período – 36 aulas

3º período – 33 aulas

	1º Período	2º Período	3º Período	Totais
Aulas previstas	42	36	33	111
Apresentação, avaliação diagnóstica e autoavaliação	3	1	1	5
Aulas para avaliação	6	6	5	17

Anexo 2: Planificação de curto prazo e respetiva aula**Aula assistida nº 1**

Agrupamento de Escolas de Mira


Escola Secundária Dr.ª Maria Cândida

Ano letivo 2020/2021

Plano de aula

Disciplina: Geografia

7º Ano

26/03/2021 (50 minutos)	Domínio: A localização dos diferentes elementos da superfície terrestre	
	Subdomínio: União Europeia	
Sumário: A união Europeia: a sua formação, símbolos, alargamentos e os seus objetivos. Realização do jogo “Liga da Europa.”		

Questões Chave

- O que é a União Europeia?
- Como surgiu a União Europeia?
- Quais os símbolos da União Europeia?
- Quais os objetivos da União Europeia?

Finalidade Educativa (objetivo geral).

- Compreender o processo de formação da União Europeia, os seus símbolos, os processos de alargamento e os seus objetivos.

Metas Curriculares:

- Localizar os países europeus e, em particular, os que integram a União Europeia;
- Mencionar os principais objetivos da União Europeia;
- Referir os sucessivos alargamentos da União Europeia;
- Discutir a participação individual e comunitária, na União Europeia.

Aprendizagens essenciais:

Localização de diferentes elementos da superfície terrestre

- Problematizar e debater as inter-relações entre fenómenos e espaços geográficos.
- Discutir os aspetos mais significativos da inserção de Portugal na União Europeia.
- O que é a União Europeia



Descritores do perfil do aluno: A (Linguagem e textos); B - (Informação e comunicação); F- (Desenvolvimento pessoal e autonomia); G- (Bem-estar, saúde e ambiente); I – (Saber científico e tecnológico).

Estrutura da aula

- Verificar as presenças;
- Escrita do sumário;
- O que é a União Europeia;
- Vídeo sobre os símbolos da União Europeia;
- Os vários símbolos da União Europeia;
- Vídeo de como surgiu a União Europeia, os marcos mais importantes e os respetivos alargamentos;
- Consolidação do surgimento da União Europeia, os seus marcos históricos e os respetivos alargamentos;
- Jogo de consolidação de conhecimentos na plataforma kahoot.

Recursos Mobilizados

- Computador;
- Manual;
- PowerPoint;
- Vídeos alusivos aos assuntos abordados;
- Jogo: “Liga da Europa” na plataforma;
- Manual de Geografia.

Recursos bibliográficos

Cunha, L. (2004). Europa: Diversidade Paisagística e Fronteiras Naturais em Desenvolvimento. In M. Ribeiro, Ideias de Europa: que fronteiras? (pp.29-34). Coimbra: Quarteto.

Faria, L. L. (1992). Unidade e diversidade: a cultura europeia e as línguas da Comunidade. *Análise Social*. Vol. XXVII, (pp. 985-994).

Varandas, J. (2015) Descobrir a Europa com a Geografia. Um desafio à participação ativa dos alunos. Dissertação de Mestrado – Universidade de Lisboa, Lisboa.

Ourique, D. (2014) A União Europeia em Portugal: Limitações comunicacionais de uma instituição representativa. Relatório de Estágio – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Fontaine, P. (2010) A Europa em 12 lições. Direção Geral da Comunicação da Comissão Europeia, Bruxelas. Fonte: <http://www.ec.europa.eu/publications> (Acedido a 13/03/2020).



Oliveira, J.M. (2001) Geografia da União Europeia. Cadernos de Geografia do Instituto de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra, Coimbra (p.114).

Silva, A. M. (2010) História da Unificação Europeia: A Integração Comunitária (1945-2010). Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Costa, O. (2017) A União Europeia e sua política exterior (história, instituições e processo de tomada de decisão) Fonte: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01590474> (Acedido a 24/11/2020)

Marques, L. (2019) Portugal 2020: Contexto histórico-político e análises aos resultados obtidos no período 2014-2020 em Portugal. Dissertação de Mestrado -Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Minuto europeu <https://www.youtube.com/user/minutoeuropeu>.

Manual de Geografia “Fazer Geografia 3.0”; Porto Editora, páginas 56, 57,58 e 59.

Tiago Troeira nº 2015245221

30/06/2021



1



2



3



4



5




6

30/06/2021

1951

Tratado de Paris
18 de Abril de 1951
Criou a C.E.C.A. - Comunidade Europeia do Carvão e do Aço



Belgica, França, Alemanha, Itália, Luxemburgo, Holanda

7

Europa dos 6



8

C.E.C.A.

objetivos:
Facilitar a circulação do carvão e do aço entre os seis países



→

Facilitar a reconstrução europeia



9

1957

Tratado de Roma
25 de Maio de 1957
pelos seis países que tinham formado a C.E.C.A.

Nascem


- Comunidade Económica Europeia (CEE)
Levou à criação de políticas monetárias, agrícolas, sociais
- Comunidade Europeia de Energia Atómica (EURATOM)



10

1973

Extensão alargamento
Euz. 1 de Janeiro de 1973
Entrada de três países.



Dinamarca, Irlanda, Reino Unido

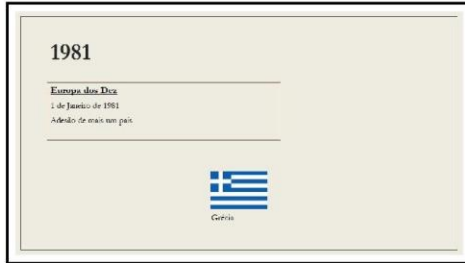
11

Europa dos 9



12

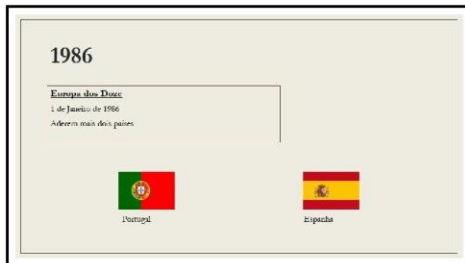
30/06/2021



13



14



15



16

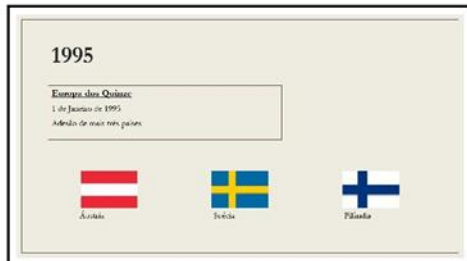


17



18

30/06/2021



19



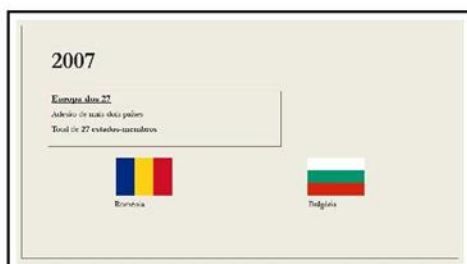
20



21



22



23



24

30/06/2021



25



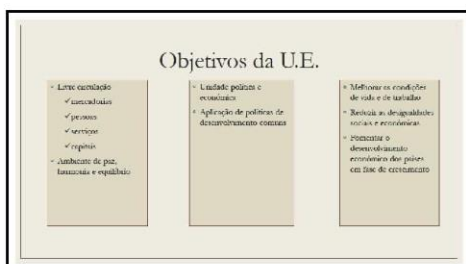
26



27



28



29



30

30/06/2021

QUAL É O SIGNIFICADO DA SIGLA C.E.C.A.?

- A) COMUNIDADE ENERGÉTICA EUROPEIA
- B) COMUNIDADE EUROPEIA DO CARVÃO E DO AÇO
- C) COMUNIDADE ECOLÓGICA EUROPEIA

31

QUANTOS PAÍSES CRIARAM A C.E.C.A.?

- A) CINCO
- B) SEIS
- C) SETE

32

EM QUE ANO SE ASSINOU O TRATADO DE ROMA?

- A) 1951
- B) 1953
- C) 1957

33

QUAL É O SIGNIFICADO DA SIGLA C.E.E.?

- A) COMUNIDADE ENERGÉTICA EUROPEIA
- B) COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA
- C) COMUNIDADE ECOLÓGICA EUROPEIA

34

QUAIS FORAM OS PAÍSES QUE ADERIRAM À C.E.E. EM 1973?

- A) IRLANDA, REINO UNIDO E ESPANHA
- B) IRLANDA, REINO UNIDO E GRÉCIA
- C) IRLANDA, REINO UNIDO E DINAMARCA

35

QUE PAÍS ADERIU À C.E.E. EM 1981?

- A) IRLANDA
- B) ESPANHA
- C) GRÉCIA

36

30/06/2021

EM QUE ANO PORTUGAL ENTROU PARA A C.E.E.?

A) 1984

B) 1986

C) 1988

37

QUAIS FORAM OS PAÍSES QUE ADERIRAM À U.E. EM 1995?

A) ÁUSTRIA, SUÉCIA E FINLÂNDIA

B) ÁUSTRIA, NORUEGA E FINLÂNDIA

C) ÁUSTRIA, POLÓNIA E FINLÂNDIA

38

QUANTOS PAÍSES ADERIRAM À U.E. EM 2004?

A) NOVE

B) DEZ

C) ONZE

39

ACTUALMENTE, QUANTOS PAÍSES FAZEM PARTE DA U.E.?

A) VINTE

B) VINTE E CINCO

C) VINTE E SETE

40

Contexto histórico-político

1945
Fim da II Guerra Mundial
Foi necessário reconstruir a Europa através de desenvolvimento socioeconómico, segurança e união entre as nações europeias.

1947
Os EUA apoiam a recuperação económica da Europa, sendo coordenado pelo Plano Marshall
Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE).

1951
Tratado de Paris
Surge a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), tendo como objetivo a livre circulação de materiais como o aço e o carvão pelos mercados internacionais na Europa.

1957
Tratado de Roma
A CECA deu origem à Comunidade Económica Europeia (CEE) e surge também a Comunidade Europeia de Energia Atómica (EURATOM).

1992
Tratado de Maastricht
Permite à CEE realizar um mercado sem fronteiras internas e reforçar a cooperação no domínio das políticas do ambiente, investigação e tecnologia.

41

Caracterização da União Europeia

1991
Reunificação da Alemanha
Devido à queda do Muro de Berlim (1989) que dividiu a Alemanha em duas partes.

1992
Tratado de Maastricht
A CEE, juntamente com o EUROATOM, levou o estatuto de EU.

1997
Tratado de Amesterdã
Amplia o nível da política externa, da política comum e da cooperação a nível de justiça e dos assuntos internos. Tratado complementar ao Tratado da União Europeia.

2001
Tratado de Nice
Possibilitou a reforma institucional necessária ao alargamento da União Europeia aos países candidatos de Leste e do Sul da Europa.

2007
Tratado de Lisboa
Reforça a ideia de que a UE deve ser um "espaço de liberdade, segurança e justiça".

42

30/06/2021

Referências bibliográficas

Francis, B. (2016). *A Europa em 11 dias: viagem fácil de Constantinopla à Catalunha*. Porto: Porto Editora.

Francis, B. (2017). *Uma viagem... com o jogo*. Porto: Porto Editora.

Quilón, J. (2006). *Europa: História, Geografia e Recursos Turísticos em Desenvolvimento*. In M. Ribeiro, M. G. Dias, e J. Quilón (Eds.), *Europa: História, Geografia e Recursos Turísticos em Desenvolvimento*. Porto: Porto Editora.

Quilón, J. (2015). *História e Geografia da Europa*. Porto: Porto Editora.

Quilón, J. (2016). *Europa: História, Geografia e Recursos Turísticos em Desenvolvimento*. In M. Ribeiro, M. G. Dias, e J. Quilón (Eds.), *Europa: História, Geografia e Recursos Turísticos em Desenvolvimento*. Porto: Porto Editora.

Quilón, J. (2017). *Europa: História, Geografia e Recursos Turísticos em Desenvolvimento*. In M. Ribeiro, M. G. Dias, e J. Quilón (Eds.), *Europa: História, Geografia e Recursos Turísticos em Desenvolvimento*. Porto: Porto Editora.

Quilón, J. (2018). *Europa: História, Geografia e Recursos Turísticos em Desenvolvimento*. In M. Ribeiro, M. G. Dias, e J. Quilón (Eds.), *Europa: História, Geografia e Recursos Turísticos em Desenvolvimento*. Porto: Porto Editora.

Quilón, J. (2019). *Europa: História, Geografia e Recursos Turísticos em Desenvolvimento*. In M. Ribeiro, M. G. Dias, e J. Quilón (Eds.), *Europa: História, Geografia e Recursos Turísticos em Desenvolvimento*. Porto: Porto Editora.

Quilón, J. (2020). *Europa: História, Geografia e Recursos Turísticos em Desenvolvimento*. In M. Ribeiro, M. G. Dias, e J. Quilón (Eds.), *Europa: História, Geografia e Recursos Turísticos em Desenvolvimento*. Porto: Porto Editora.

Quilón, J. (2021). *Europa: História, Geografia e Recursos Turísticos em Desenvolvimento*. In M. Ribeiro, M. G. Dias, e J. Quilón (Eds.), *Europa: História, Geografia e Recursos Turísticos em Desenvolvimento*. Porto: Porto Editora.

Anexo 3: Planificação curto prazo e respetiva aula**Aula assistida nº 2**

Agrupamento de Escolas de Mira
Escola Secundária Dr.ª Maria Cândida
Ano letivo 2020/2021
Plano de aula
Disciplina: Geografia
7º Ano

27/04/2021	Domínio: Clima	
(50 minutos)	Subdomínio: Estado do tempo e clima	
Sumário: Como é que o relevo influencia a variação da temperatura? Resolução de exercícios e visualização de vídeos.		

Questões-Chave

Como é que a altitude influencia na variação da temperatura?

O que é o gradiente térmico vertical?

De que forma a exposição geográfica das vertentes tem influência na variação da temperatura?

Palavras-chave

- Temperatura
- Altitude
- Altura
- Relevo
- Gradiente térmico vertical
- Vertente soalheira
- Vertente umbria

Finalidade Educativa (objetivo geral).

- Compreender a variação da temperatura em função do relevo as respetivos conceitos.

Metas Curriculares:

Compreender a variação da temperatura em função do relevo

1. Explicar a influência da altitude na variação da temperatura.
2. Definir gradiente térmico vertical.
3. Explicar a influência da exposição geográfica das vertentes na variação da temperatura (vertentes umbrias/sombrias de soalheira).

**Aprendizagens essenciais:**

O Meio natural- Localizar e compreender os lugares e as regiões.

Estado do tempo e clima- como a temperatura varia com o relevo?

Descritores do perfil do aluno: A (Linguagem e textos); B - (Informação e comunicação); F- (Desenvolvimento pessoal e autonomia); G- (Bem-estar, saúde e ambiente); I – (Saber científico e tecnológico).

Estrutura da aula

- Verificar as presenças;
- Escrita do sumário;
- Exploração de conceitos base para compreender como varia a temperatura com o relevo;
- Exercício para interiorização do conceito de altitude;
- Esquema de como a temperatura varia com a altitude e sua explicação;
- Exemplo prático de como a temperatura varia em altitude;
- Resolução de exercícios;
- Vídeo sobre alpinismo para melhor compreensão da matéria;
- Como é que a temperatura varia em função da orientação geográfica das montanhas em relação aos raios solares? Exemplos práticos e exercícios.

Recursos Mobilizados

- Computador;
- Manual;
- PowerPoint;
- Vídeos alusivos aos assuntos abordados;

Recursos bibliográficos

Manual de Geografia “Fazer Geografia 3.0- O meio natural”; Porto Editora, páginas 16 e 17.

Site We love geography <https://welovegeography.pt/clima#tit3>

“Um dos Melhores Aplinistas de Montanha de Sempre.”
<https://www.natgeo.pt/video/tv/um-dos-melhores-aplinistas-de-montanha-de-sempre>.

“Biography film Portuguese climber Joao Garcia”
<https://www.youtube.com/watch?v=B7zjRXw061E>.



Escola virtual

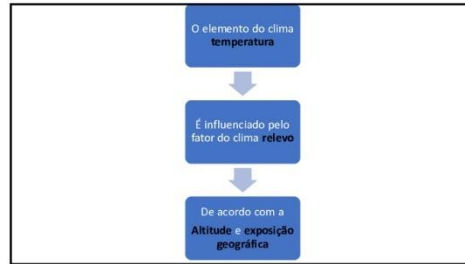
<https://app.escolavirtual.pt/lms/playerteacher/resource/4743199/E?se=&seType=&coId=&area=search>

Tiago Troeira nº 2015245221

30/06/2021

Geografia
7º ano
Meio Natural
O clima
Questão chave:
Como é que o relevo influencia a variação da temperatura?

1



4

Sumário

Como é que o relevo influencia a variação da temperatura?
Resolução de exercícios e visualização de vídeos.

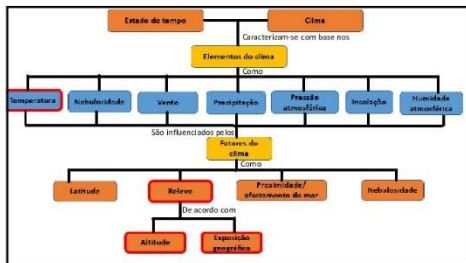
2

Variação da temperatura com a altitude

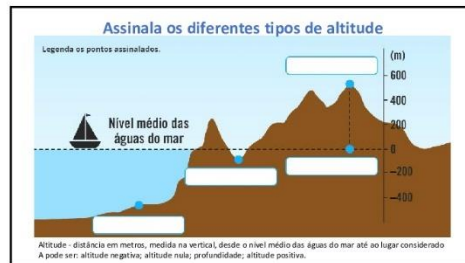
Pré-requisitos

- **Temperatura**- grau de aquecimento do ar.
- **Altitude**- distância em metros, medida na vertical, desde o nível médio das águas do mar até ao lugar considerado.
- **Altura**- distância calculada na vertical, desde a base até a extremidade superior.
- **Relevo**- acidentes orográficos/ formas da superfície terrestre.

5



3



6

30/06/2021



7



10

Variação da temperatura com a altitude

Exercícios

- Descreve a variação da temperatura com a altitude.
- Indica a temperatura no ponto A e no ponto B.
- Justifica a temperatura registada no ponto B.

8

Vídeo

- <https://www.natgeop.pt/video/tv/um-dos-melhores-aplinistas-de-montanha-de-sempre>
- <https://www.youtube.com/watch?v=B7aRXw061E>

11



9

Nome	Altitude (m)	País	Primeira ascensão	Primeiro escalador	Primeira mulher
Everest	8848	Nepal	1953	Edmund Hillary	1953
K2	8611	Pakistão	1955	George Band	1955
G3	8585	China	1975	Wang Fuzhou	1975
Lhotse	8516	Nepal	1956	Walter Bonatti	1956
Makalu	8481	Nepal	1955	Edmund Hillary	1955
Dhaulagiri	8168	Nepal	1960	Walter Bonatti	1960
Annapurna	8091	Nepal	1950	Edmund Hillary	1950
Shivapuri	8027	Nepal	1961	Walter Bonatti	1961
Manaslu	8163	Nepal	1975	Walter Bonatti	1975
Nanga Parbat	8125	Pakistão	1953	Edmund Hillary	1953
G1	8080	China	1975	Wang Fuzhou	1975
G2	8048	China	1975	Wang Fuzhou	1975
G4	8008	China	1975	Wang Fuzhou	1975
G5	7992	China	1975	Wang Fuzhou	1975
G6	7926	China	1975	Wang Fuzhou	1975
G7	7893	China	1975	Wang Fuzhou	1975
G8	7855	China	1975	Wang Fuzhou	1975
G9	7825	China	1975	Wang Fuzhou	1975
G10	7756	China	1975	Wang Fuzhou	1975
G11	7719	China	1975	Wang Fuzhou	1975
G12	7684	China	1975	Wang Fuzhou	1975
G13	7649	China	1975	Wang Fuzhou	1975
G14	7614	China	1975	Wang Fuzhou	1975
G15	7579	China	1975	Wang Fuzhou	1975
G16	7544	China	1975	Wang Fuzhou	1975
G17	7509	China	1975	Wang Fuzhou	1975
G18	7474	China	1975	Wang Fuzhou	1975
G19	7439	China	1975	Wang Fuzhou	1975
G20	7404	China	1975	Wang Fuzhou	1975
G21	7369	China	1975	Wang Fuzhou	1975
G22	7334	China	1975	Wang Fuzhou	1975
G23	7299	China	1975	Wang Fuzhou	1975
G24	7264	China	1975	Wang Fuzhou	1975
G25	7229	China	1975	Wang Fuzhou	1975
G26	7194	China	1975	Wang Fuzhou	1975
G27	7159	China	1975	Wang Fuzhou	1975
G28	7124	China	1975	Wang Fuzhou	1975
G29	7089	China	1975	Wang Fuzhou	1975
G30	7054	China	1975	Wang Fuzhou	1975

12

30/06/2021

Como é que a temperatura varia em função da orientação geográfica das montanhas em relação aos raios solares?

No hemisfério Norte, as vertentes voltadas a sul apresentam temperaturas mais elevadas ao longo do ano.
 Nas vertentes voltadas a norte, registam-se temperaturas mais reduzidas.



As vertentes que estão expostas a sul são designadas soalheiras e, por isso, mais quentes.
 As vertentes que estão orientadas para norte são designadas umbrais, logo mais frias.

13

Fontes

- Manual de Geografia "Fazer Geografia 3.0- O meio natural"; Porto Editora, páginas 16 e 17.
- Site We love geography <https://welovegeography.pt/clima#tit3>
- "Um dos Melhores Apolinistas de Montanha de Sempre" <https://www.naigeo.pt/video/tv/um-dos-melhores-apolinistas-de-montanha-de-sempre>.
- "Biography film Portuguese climber Joao Garcia" <https://www.youtube.com/watch?v=B7zjRXw061E>.
- Escola virtual <https://app.escolavirtual.pt/lms/playerteacher/resource/4743199/E?e=&glType=&colId=&area=search>

16

Como é que a temperatura varia em função da orientação geográfica das montanhas em relação aos raios solares?



14

Como é que a temperatura varia em função da orientação geográfica das montanhas em relação aos raios solares?

- Indica a estação meteorológica que apresenta a temperatura mais baixa do mês mais frio.
- Indica a estação meteorológica que, no mês mais quente, apresenta a temperatura mais elevada.
- Relaciona estas diferenças de temperatura com a exposição geográfica dos lugares.



15

Anexo 4: Fichas de avaliação

Ficha nº 1

Agrupamento de Escolas de Mira



2020-2021

Geografia – 7º Ano

Ficha de Avaliação

Nome: _____

Ano/Turma: _____

Classificação: _____

Professor: _____ Enc. Educ. _____ Data: ___/___/___

Grupo I

1. Assinala com um X a opção correta.
 - 1.1 A **definição** de geografia é...
 - A () É toda a superfície da terra exceto as cidades.
 - B () A ciência que estuda a distribuição dos elementos naturais e humanos à superfície da terra e as inter-relações entre esse elementos e fenómenos.
 - C () O estudo dos elementos humanos na paisagem terrestre.
 - 1.2 O **objeto de estudo** da geografia é...
 - A () a superfície terrestre, que é composta por diferentes paisagens.
 - B () a área correspondente às paisagens naturais.
 - C () a área correspondente às paisagens humanas.
 - 1.3 Quais são os **métodos de estudo** da geografia?
 - A () Projeção, representação e planificação.
 - B () Observação, localização, descrição e interpretação.
 - C () Pormenorização, detalhe, observação e metodologia.

Grupo II

2. A **observação** é um importante elemento em Geografia.
 - 2.1 Identifica com a sigla **OD** os casos de **observação direta** e com **OI** os casos de **observação indireta**.

<input type="checkbox"/>	Pode-se fazer com um atlas na sala de aula.	<input type="checkbox"/>	Pode ser feita através de documentários.
<input type="checkbox"/>	Pode ser feita através do globo.	<input type="checkbox"/>	É necessário estar no local.
<input type="checkbox"/>	Não é necessário estar no local.	<input type="checkbox"/>	Pode ser feita através de mapas e plantas.
<input type="checkbox"/>	Pode-se fazer olhando pela janela da sala.	<input type="checkbox"/>	Faz-se numa visita de estudo.

3. Observa a figura 1 e complete os espaços tendo em conta os planos de observação.

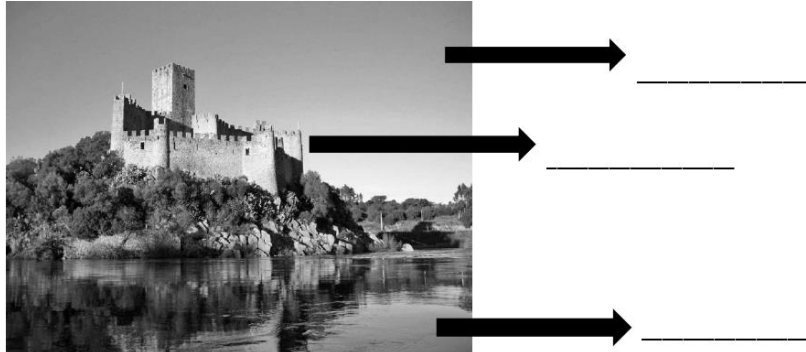


Fig. 1 Castelo de Almourol

Grupo III

Figura 2



Figura 3



Figura 4



Figura 5



4. Preenche a seguinte tabela de acordo com as figuras apresentadas:

Paisagem	Elementos naturais	Elementos humanos	Tipo de paisagem
Figura 2			
Figura 3			
Figura 4			
Figura 5			

Grupo IV

5. Une as imagens correspondentes aos diferentes tipos de projeções cartográficas.



Projeção Azimutal



Projeção Cônica




Projeção Cilíndrica

6. **Faça um círculo** a volta da designação correta de SIG.
- (A) Sistema de Informação Geográfica.
 - (B) Sistema de Interpretação Geográfica.
 - (C) Sinais de Informação Geoespacial.

Questão	I 1.1	I 1.2	I 1.3	II 2.1	II 3.	III 4.	IV 5.	IV 6.
Cotação	6	6	6	20	12	30	15	5

Bom Trabalho!!!

Ficha nº 2

Agrupamento de Escolas de Mira 2020/2021		
Ficha de Avaliação de Geografia (2) – 7.º ano		
NOME: _____		
N.º: _____ TURMA: _____ DATA: _____		
PROFESSOR: _____ CLASSIFICAÇÃO: _____		
ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO: _____		

1 - Observe com atenção o mapa da Figura

Mapa Hipsométrico de Portugal Continental



1.1 -Indique os elementos fundamentais de um mapa, presentes no mapa da Figura.

15

_____ ; _____ ; _____ ;
 _____ ; _____ ; _____ ;

1.2 - Classifique a escala do mapa da Figura.

6

1.4 - Converta a escala do mapa da figura num outro tipo de escala que conheça.

6

2 – A rosa-dos-ventos é composta por pontos Cardeais, Colaterais e intermédios.

8

Refira os pontos Colaterais que conhece (Sigla e por extenso):

1- _____

2- _____

3- _____

4- _____

3 –Faça corresponder os conceitos do quadro I às definições do quadro II.

15

Quadro I	Quadro II
a) Latitude	1 – Círculo máximo perpendicular ao Equador
b) Paralelo	2 – Linha vertical imaginária que liga o Pólo Norte ao Pólo Sul.
c) Longitude	3 – Distância angular medida entre o Equador e o paralelo que passa pelo lugar
d) Meridiano	4 – Círculo menor paralelo ao equador
e) Eixo da Terra	5 – Distância angular medida entre o semimeridiano de Greenwich e o semimeridiano que passa pelo lugar

a) _____ ; b) _____ ; c) _____ ; d) _____ ; e) _____

- 4 - A Figura representa os continentes e os oceanos.



- 4.1 - A este da Europa, localiza-se a... (coloque um X na opção correta)

5

- (A) África. ___
 (B) Oceânia. ___
 (C) Ásia. ___
 (D) América do Norte. ___

- 4.2 - A Europa é banhada a oeste pelo oceano...

5

- (E) Índico. ___
 (F) Atlântico. ___
 (G) Pacífico. ___
 (H) Ártico. ___

- 4.3 - A nordeste do continente africano localiza-se a...

5

- Ásia. ___
 África. ___
 Antártida. ___
 Oceânia. ___

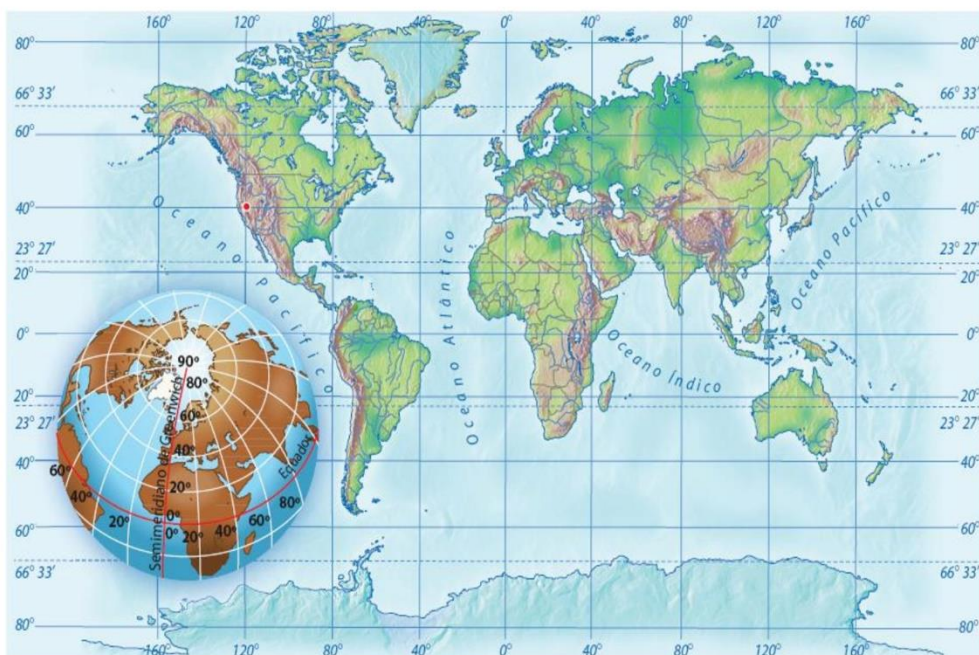
- 5 - Refira o nome da localização que determinou no exercício anterior.

5

6 - Assinale no planisfério os lugares A, B, C, D e E nas coordenadas que lhe são correspondentes.

25

Lugares:	A	B	C	D	E
Latitude	0°	60°N	0°	40°S	20°N
Longitude	0°	40°O	40°E	160°E	120°E



Bom trabalho!

Ficha nº 3



Agrupamento de Escolas de Mira

2020-2021

Geografia – 7º Ano

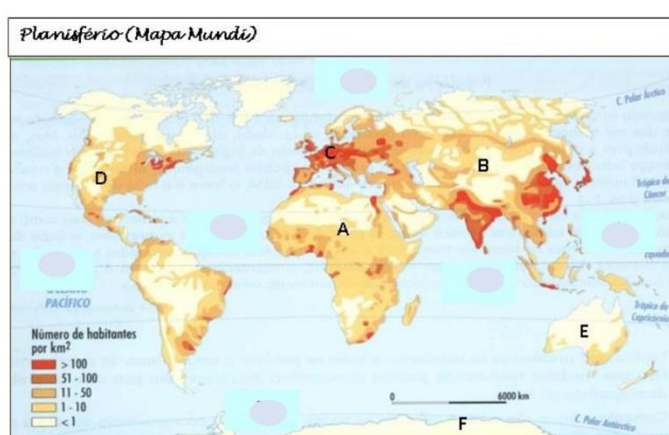
Ficha de Avaliação

Nome: _____

Ano/Turma: _____ Classificação: _____

Professor: _____ Enc. Educ. _____ Data: ___/___/___

1 – A Figura representa um planisfério. Como se sabe a superfície terrestre é composta por continentes e por oceanos.



1.1 - Identifica cada um dos continentes e cada um dos oceanos.

Continentes:

A: _____

B: _____

C: _____

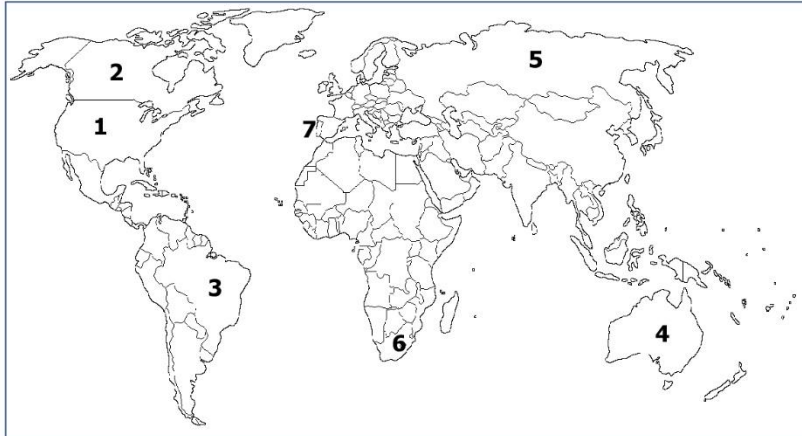
D: _____

E: _____

F: _____

12

2. Observa o mapa Mundi e identifica os países a que corresponde cada número



- 1 - _____
- 2 - _____
- 3 - _____
- 4 - _____
- 5 - _____
- 6 - _____
- 7 - _____

21

2.1 - Identifica a capital de Portugal: _____

2.2 - Identifica a capital de França: _____

2.3 - Identifica a capital do Brasil: _____

9

3. “Como sabes a Europa não está sozinha no mundo; ela é rodeada por oceanos, mares e continentes que fazem parte das suas fronteiras naturais.”



3.1 - Localiza no mapa da figura anterior, assinalando com as respetivas letras (A, B, C e D, e e F), os limites naturais da Europa.

A – Oceano Atlântico;
 C – Mar Mediterrâneo;
 E – Mar Cáspio;

B – Oceano Glacial Ártico;
 D – Mar Negro;
 F – Montes Urais.

18

4. Observa, com atenção, o atual mapa político da Europa e identifica os países que te são pedidos.

Nº	Nome do País
1	
2	
3	
4	
5	

15



7. – Relativamente ao clima e estado de tempo, relaciona cada conceito presente na lista com a respetiva definição.

Lista de Conceitos: 1-Clima; 2-Meteorologia; 3-Estado de Tempo; 4-Elementos do Clima; 5-Climatologia.

Definição

_____ Conjunto de condições atmosféricas que se verificam num determinado lugar, num curto espaço de tempo.

_____ Todos os elementos que permitem caracterizar o clima.

_____ Ciência que estuda os fenómenos atmosféricos associados aos estados de tempo.

_____ Ciência que estuda os climas, tendo como apoio a meteorologia.

_____ Sucessão habitual dos estados de tempo numa região, durante um longo período (normalmente 30 anos).

15

Bom trabalho!

Anexo 5: Inquérito realizado à comunidade docente escolar alusivo à utilização do jogo como estratégia didático-pedagógica

30/06/2021

O jogo como estratégia pedagógico-didática.

O jogo como estratégia pedagógico-didática.

Questionário de investigação no âmbito do mestrado do ensino em geografia.

***Obrigatório**

1. Email *

2. 1. Sexo

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
- Feminino
- Prefiro não dizer
- Outra

3. 2. Grupo disciplinar

4. 3. Anos de experiência profissional como professor *

Marcar apenas uma oval.

- Até 5
- 5-10
- Mais 20

30/06/2021

O jogo como estratégia pedagógico-didática.

5. 4. Utiliza o jogo como estratégia didática, se utiliza, com que frequência *

Marcar apenas uma oval.

- Nunca
- Raramente
- Ocasionalmente
- Frequentemente
- Muita Frequência

6. 5. Se respondeu nunca ou raramente indique os motivos

Marcar apenas uma oval.

- Acho o jogo excessivamente lúdico
- Ausência de experiência anterior
- Ausência de material pedagógico
- O comportamento dos alunos
- Outra

7. 6. Se respondeu outra na questão anterior, indique qual

30/06/2021

O jogo como estratégia pedagógico-didática.

8. 7. Em que nível/ano de escolaridade utiliza o jogo como estratégia pedagógico-didática com mais frequência *

Marcar apenas uma oval.

- Pré- escola
 1º ano
 2º ano
 3º ano
 4º ano
 5º ano
 6º ano
 7º ano
 8º ano
 9º ano
 10º ano
 11º ano
 12º ano

9. 8. Que tipo de jogos mais utiliza. *

Marcar apenas uma oval.

- Jogos online ou aplicações
 Jogos de estilo mais tradicional
 Outros

10. 9. Se respondeu outra na questão anterior, indique quais

30/06/2021

O jogo como estratégia pedagógico-didática.

11. 10. Que aplicação de jogos mais utiliza em meio digital? *

Marcar apenas uma oval.

- kahoot
- Quizziz
- Gamilab
- Outra

12. 11. Se respondeu outra na questão anterior, indique qual

13. 12. Indique uma vantagem do jogo como estratégia pedagógico-didática. *

Marcar apenas uma oval.

- Uma estratégia motivadora para introduzir novos temas
- Ajuda a fixar conceitos
- Permite o desenvolvimento de estratégias de resolução de problemas
- Envolve o aluno na construção do seu próprio conhecimento
- Facilita a sociabilização dos alunos
- Motiva para o trabalho em equipa
- Permite ao professor identificar erros ou dificuldades de aprendizagem
- Outra

14. 13. Se respondeu outra na questão anterior, indique qual

30/06/2021

O jogo como estratégia pedagógico-didática.

15. 14. Indique uma desvantagem do jogo como estratégia pedagógico-didática. *

Marcar apenas uma oval.

- A utilização de jogos sem objetivos didáticos
- O facto de ocuparem bastante tempo da aula
- Dificuldade de concentração dos alunos
- Dificuldade de concentração dos alunos na atividade
- Complexidade na utilização do jogo dentro da sala de aula, devido à falta de recursos
- Gestão do tempo de aula
- Outra
- Outra: _____

16. 15. Se respondeu outra na questão anterior, indique qual

17. 16. Já frequentou ações de formação para a utilização do jogo como estratégia pedagógica

Marcar apenas uma oval.

- Nunca
- Raramente
- No último ano letivo
- Nos últimos 6 meses
- Nos últimos 3 meses

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

Anexo 6: 18 de dezembro 2020- Distribuição de presentes de Natal, oferecidos pela Câmara Municipal de Mira.



Anexo 7: Dia de Aulas ao Ar Livre- 25 maio 2021



Anexo 8: Campanha de apoio aos animais “Abrigo de Carinho - Associação Amigos dos Animais” – esta atividade consistiu na recolha de alimentos e outros bens. 7 de junho 2021.



Anexo 9: Surf no Crowd- 12 junho de 2021

